

A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA DIPLOMÁTICA

EM BUSCA DA SISTEMATIZAÇÃO DE SEUS
MARCOS TEÓRICOS COMO SUBSÍDIO AOS
ESTUDOS ARQUIVÍSTICOS

NATÁLIA BOLFARINI TOGNOLI

A CONSTRUÇÃO TEÓRICA DA DIPLOMÁTICA

Conselho Editorial Acadêmico
Responsável pela publicação desta obra

Dr^a Maria Cláudia Cabrini Grácio
Prof^a Dr^a Helen de Castro Silva Casarin
Dr. Edberto Ferneda
Prof. Dr. João Batista Ernesto de Moraes

NATÁLIA BOLFARINI TOGNOLI

**A CONSTRUÇÃO TEÓRICA
DA DIPLOMÁTICA**

EM BUSCA DA SISTEMATIZAÇÃO DE
SEUS MARCOS TEÓRICOS COMO
SUBSÍDIO AOS ESTUDOS
ARQUIVÍSTICOS

**CULTURA
ACADÊMICA**
Editora

© 2014 Editora UNESP
Cultura Acadêmica
Praça da Sé, 108
01001-900 – São Paulo – SP
Tel.: (0xx11) 3242-7171
Fax: (0xx11) 3242-7172
www.editoraunesp.com.br
feu@editora.unesp.br

CIP – Brasil. Catalogação na Fonte
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

T576c

Tognoli, Natália Bolfarini

A construção teórica da Diplomática [recurso eletrônico] : em busca da sistematização de seus marcos teóricos como subsídio aos estudos arquivísticos / Natália Bolfarini Tognoli. – 1. ed. – São Paulo : Cultura Acadêmica, 2014.

recurso digital

Formato: epdf

Requisitos do sistema: adobe acrobat reader

Modo de acesso: world wide web

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7983-571-1 (recurso eletrônico)

1. Arquivos e documentos (Documentos). 2. Livros eletrônicos. I. Título.

14-17204

CDD: 025.1714

CDU: 930.25

Este livro é publicado pelo Programa de Publicações Digitais da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)

Editora afiliada:



*Dedico este trabalho a todos os estudantes de Arquivologia.
Que ele possa servir como um guia ao
ensino e à pesquisa de Diplomática no Brasil.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, à minha família – meus pais, Eduardo e Valéria, e minha irmã, Luíza –, pelo apoio incondicional dado durante todos esses anos de estudo e pesquisa, e, em especial, ao meu marido, melhor amigo e companheiro, Gilberto, que adiou seus sonhos para que eu pudesse perseguir os meus. Sem você nada disso seria possível.

Ao meu orientador, José Augusto, por acreditar sempre e servir como um exemplo de pessoa, pesquisador, orientador e professor. Você me ensinou como ser aquilo que sempre sonhei.

À professora Antonella Ghignoli, da Università degli Studi di Firenze, por sua inesquecível generosidade em me orientar durante meu estágio na Itália, abrindo meu olhar e minha mente para muitas das questões colocadas neste trabalho.

Ao professor Joseph Tennis, da Universidade de Washington, co-orientador desta tese, por suas contribuições e *insights*, exaltando e valorizando este trabalho em todos os momentos, mostrando-me que eu estava no caminho certo.

À professora Luciana Duranti, pela amabilidade e disponibilidade sempre que precisei. Agradeço pelo incentivo e pelas reuniões, conversas e e-mails trocados ao longo de dez anos.

Aos membros da banca, prof^a dr^a Wilmara, prof. dr. Renato, prof. dr. Mário e prof. dr. Rodrigo, pela disponibilidade em contribuir para este trabalho.

Agradeço, ainda, ao prof. dr. Eduardo Murguia, da Universidade Federal Fluminense, pelas contribuições dadas no momento da minha qualificação.

Agradeço ao Thiago Barros e à Suellen Milani, amigos e companheiros de jornada acadêmica, pelo apoio incondicional quando pensei que não conseguiria dar conta e pelas discussões ao longo de todos esses anos.

Agradeço ao Zé Neto, meu amigo e competente professor de Gramática, por corrigir, sempre, todos os meus trabalhos.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estágio de doutorando no exterior, possibilitando que eu realizasse o sonho de viver na Itália, durante um ano, com meu marido, fazendo aquilo de que mais gosto.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), por apoiar e financiar minhas pesquisas.

*[...] la carta; depositaria fedele d'ogni
pensiero, d'ogni documento e d'ogni
notizia; mezzo dell'ammirabil
comunicazione tra chi fu e chi è, che ci fa
ragionare con chi sta lungi mille miglia, e
udir la voce di chi visse mill'anni avanti;
istrumento del maggior beneficio, e del
maggior diletto della vita, e cui abbiam
l'obbligo in gran parte del sollevare con
l'illustrazione dell'intelletto la misera
natura nostra sopra se stesso.*

Scipione Maffei

SUMÁRIO

Introdução 13

1. A história da Diplomática:

primeiros tratados e manuais modernos 19

Breve história das falsificações e crítica documental 21

Bella diplomatica 25

Os marcos teóricos da Diplomática Clássica:
suas obras e contribuições 27

A criação dos institutos de História:
um impulso aos estudos das ciências auxiliares 43

Os marcos teóricos da Diplomática Moderna:
suas obras e contribuições 47

As implicações da Diplomática Moderna
para os arquivos 55

2. Diplomática Clássica e Moderna:

elementos conceituais e análise comparativa 59

O documento nas obras de Diplomática:
a construção de um objeto 60

A forma do documento e o desenvolvimento da crítica diplomática: o aperfeiçoamento do método 65

O sujeito na Diplomática e a distinção entre público e privado 77

Tradição documental 79

Definindo a Diplomática entre os séculos XVII e XIX 83

3. Início da Diplomática Contemporânea:
a mudança no foco da arte crítica 87

A contribuição da escola diplomática francesa em meados do século XX 89

A consolidação da Diplomática Contemporânea a partir dos estudos de Carucci e Duranti 106

4. O método diplomático:
a construção de um modelo ideal 125

Metateoria e Diplomática 126

Diplomática: sistematizando métodos 128

Considerações finais 147

Referências bibliográficas 151

Sobre a autora 157

INTRODUÇÃO

A questão da falsificação de documentos está presente na história das civilizações desde a Antiguidade, uma vez que a autenticidade documental não era uma característica intrínseca ao documento, mas, sim, atribuída a ele de acordo com a instituição na qual estava alocado. Nesse sentido, registrou-se, na Idade Média, uma maior preocupação com a aplicação de normas para a confecção de documentos, emergindo, assim, um período de grande importância para o espírito crítico, no qual a consciência da força de um documento escrito foi manifestada.

Nesse contexto, originam-se disciplinas e métodos que procuram, por meio do exame dos documentos, estabelecer e assegurar sua autenticidade. Destaca-se, aqui, a Diplomática, cuja origem remonta ao século XVII, quando – em 1681 – Jean Mabillon publicou, na França, o primeiro tratado que estabelecia critérios específicos para a crítica textual.¹

Após a publicação de Mabillon, outros tratados e manuais de grande importância para a constituição da Diplomática foram escritos ao longo dos anos, especialmente na França, na Áustria, na Alemanha e na Itália, contribuindo para a consolidação da disciplina dentro das denominadas “ciências documentais”, ao postularem conceitos e métodos para a crítica de documentos medievais.

A importância das referidas obras é sentida na Arquivística a partir de meados do século XX, quando Robert-Henri Bautier (1961) identifica os docu-

1. Nesse período, registram-se a Edótica e a Paleografia como disciplinas igualmente ligadas à estrutura textual.

mentos de arquivo como o objeto de estudo da Diplomática. Mais tarde, Antonia Heredia Herrera (1991) e Luciana Duranti (1995) destacam as obras de Diplomática como as primeiras manifestações de princípios, conceitos e métodos para a organização dos documentos de arquivo, levando muitos a acreditar que as primeiras ideias arquivísticas encontravam-se fundamentadas nessas obras.

Essas discussões ganham fôlego notadamente no final do século XX e início do XXI, a partir das publicações de Paola Carucci, na Itália, e posteriormente de Luciana Duranti, no Canadá. Ambas, defendendo a expansão dos estudos da Diplomática aos documentos contemporâneos, cunharam a chamada Diplomática Arquivística, dando início a um novo ciclo de publicações e construção de conhecimento sobre a disciplina.

Desse modo, a busca por uma reconstrução da Diplomática fundamentada em seus marcos teóricos por meio do estudo dos tratados e manuais da área, é de especial importância, notadamente ao universo arquivístico, uma vez que contribui para o resgate de sua própria episteme.

Especificamente no contexto brasileiro, as discussões da aplicabilidade da Diplomática encontram fulcro em seu aporte metodológico à Ciência da Informação, na medida em que fornece subsídios para a análise documental na Arquivística – por meio do estudo da Tipologia documental – e para o tratamento temático da informação na Biblioteconomia. No entanto, em que pese a extensa lista de obras que abordam a Diplomática, a literatura ainda carece de uma sistematização das ideias dos autores clássicos que compõem a disciplina e, mais especificamente, de como elas interagem e trabalham para a constituição e para a fundamentação dos primeiros conceitos sobre a organização de documentos. Melhor dizendo, a questão é: como essas obras contribuíram para a construção e desenvolvimento teórico da Diplomática, a partir do século XVII, e até que ponto os conceitos e métodos propostos pelos autores fundamentam, de fato, as primeiras ideias concernentes à organização dos arquivos?

Diante do exposto, propõe-se, neste trabalho, um resgate teórico sistematizado da Diplomática (considerando sua “cartografia” e sua própria historicidade) com base no estudo e análise das obras mais importantes para a constituição da área durante quase quatro séculos (XVII-XXI) de existência, identificando nelas aspectos convergentes e traços distintivos em relação ao método diplomático e ao objeto de estudo da área. Objetiva-se, também, uma sistematização das principais ideias que contribuíram para a evolução da disciplina e como elas sustentam as questões relativas à organização arquivística – com especial ênfase aos autores fundamentais na construção e desenvolvimento da Diplomática.

Nesse contexto, procurou-se identificar e sistematizar os marcos teóricos da Diplomática enquanto disciplina, em especial no que se refere aos autores e às

teorias e metodologias que lhe são subjacentes, emergindo como objetivos específicos: a) identificação de traços divergentes e convergentes com relação ao método diplomático e ao objeto de estudo da Diplomática; b) identificação de um fio condutor entre essas obras; c) construção de uma “cartografia” de marcos teóricos da Diplomática; e d) reflexão de uma possível fundamentação epistemológica da Arquivística nessas obras.

Para a execução dos objetivos delineados, realizou-se um estudo exploratório, teórico e documental *in loco* das obras mais significativas da Diplomática Clássica e Moderna, publicadas entre os séculos XVII e XX, na Biblioteca Nazionale di Firenze e na Biblioteca dell’Università degli Studi di Firenze (Seção de Obras Raras). Em seguida, foram utilizados os textos publicados no periódico eletrônico *Scrineum* (Universidade de Pavia) e no portal eletrônico francês Perseé (com artigos científicos em vasta literatura publicada na École des Chartes) sobre a Diplomática Contemporânea e sua relação com a Arquivística. A base de dados Archive.org e o site da Biblioteca Estadual de Berlim (Staatsbibliothek zu Berlin) foram acessados para o download de algumas obras teóricas de Diplomática – digitalizadas e disponibilizadas.

A realização deste estudo justifica-se por contribuir para as discussões teóricas sobre a Diplomática, uma vez que propõe um resgate sistematizado da disciplina a partir de suas obras mais importantes, no intuito de contribuir para a construção teórica da mesma por meio da identificação de seus marcos teóricos. Por conseguinte, esta investigação se faz pertinente, ainda, por fornecer subsídios teóricos para a epistemologia das primeiras ideias concernentes à organização dos documentos de arquivo.

Somando-se a isso, justifica-se por dar continuidade a uma trajetória de pesquisa: primeiro de iniciação científica,² que abordou a construção da Diplomática Contemporânea e o papel de Luciana Duranti – enquanto um marco teórico expressivo – para a construção da disciplina, traçando um histórico a partir da década de 1960, quando seu objeto de estudo é colocado em contato com o objeto da Arquivística; e depois de mestrado,³ que abordou a contribuição epistemológica da Diplomática Contemporânea – enquanto uma das três correntes teóricas canadenses –⁴ para a construção da Arquivística Contemporânea, demonstrando

2. Processo Fapesp n. 2006/02347-4.

3. Processo Fapesp n. 2007/06006-0.

4. Entende-se, aqui, a Diplomática Contemporânea inserida também no contexto canadense, uma vez que Luciana Duranti desenvolve seus estudos na Universidade de British Columbia, em Vancouver, Canadá.

a utilidade do método diplomático para a organização do conhecimento arquivístico.

Ressalta-se, também, o fato de o presente estudo inserir-se plenamente no contexto e na tradição de pesquisa da linha Produção e Organização da Informação do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da UNESP, que tem abordado a Diplomática no âmbito teórico-metodológico da produção e organização da informação.

O livro possui quatro capítulos teóricos.

Nas três primeiras seções do Capítulo 1 – “A história da Diplomática: primeiros tratados e manuais modernos” – são abordados os elementos históricos que deram origem à disciplina, como as falsificações mais famosas e as guerras diplomáticas, bem como os principais tratados publicados no Antigo Regime e seus respectivos autores. Nas três seções finais, aborda-se a criação dos institutos de História e suas contribuições aos estudos diplomáticos, assim como os marcos teóricos da Diplomática Moderna e suas respectivas obras. Ao final, discutem-se as consequências da organização temática para os arquivos, em decorrência de sua abertura aos estudos históricos.

O Capítulo 2 – “Diplomática Clássica e Moderna: elementos conceituais e análise comparativa” – versa sobre os elementos conceituais que caracterizam a Diplomática enquanto arte crítica: seu objeto, sua forma, as pessoas que participam da formação do documento e a distinção entre documento público e privado, além da tradição documental, traçando uma comparação entre os tratados do Antigo Regime e os manuais modernos e analisando a evolução da disciplina por meio de suas obras.

O Capítulo 3 – “Início da Diplomática Contemporânea: a mudança no foco da arte crítica” – trata do terceiro momento decisivo nos estudos diplomáticos, quando os limites cronológicos e territoriais de seu objeto são expandidos e a Diplomática aproxima-se da Arquivística. Para tanto, o capítulo é dividido em duas seções: a primeira apresenta a contribuição da escola diplomática francesa do século XX para um deslocamento no foco da disciplina, a partir dos estudos dos marcos teóricos da época e de suas obras; a segunda, por sua vez, versa sobre a consolidação da Diplomática Contemporânea, quando esta é incorporada aos estudos arquivísticos, e a contribuição dos estudos de Paola Carucci e Luciana Duranti, marcos teóricos desse período.

O Capítulo 4 – “O método diplomático: a construção de um modelo ideal” – faz uma síntese dos métodos propostos pelas diplomáticas Clássica, Moderna e Contemporânea, bem como do objeto de análise da área, com base nos estudos metateóricos de Ritzer, e apresenta um tipo ideal de método

diplomático, combinando todos os métodos em um só com o objetivo de compreender como os elementos dos métodos se comportam, como se mantêm ou se transformam ao longo dos anos e qual o significado que exercem nos contextos estabelecidos.

Ao final, são apresentadas as considerações finais deste trabalho.

1

A HISTÓRIA DA DIPLOMÁTICA: PRIMEIROS TRATADOS E MANUAIS MODERNOS

A história da Diplomática está fundamentalmente ligada à das falsificações. Graças a elas, grandes obras foram escritas, buscando enunciar métodos e elementos para a verificação da autenticidade/falsidade de documentos. Essas obras constituem-se, na maioria, de tratados e manuais redigidos durante o Antigo Regime (*Ancien Régime*) e a época moderna e, embora possuíssem objetivos diferentes, foram, ao longo dos anos, se complementando para formar as bases teóricas da disciplina.

Enquanto os tratados escritos no Antigo Regime tinham como objetivo comprovar a autenticidade dos documentos para fins prático-jurídicos, os manuais modernos buscavam, além disso, identificar elementos para provar a autenticidade de documentos medievais que eram utilizados como fonte para a História.

O presente capítulo apresenta um estudo das obras mais significativas para o nascimento e desenvolvimento da Diplomática,¹ inserindo-as nos respectivos contextos históricos, sistematizando os autores e suas principais contribuições

1. É importante esclarecer que, nos tratados do Antigo Regime, a Diplomática é considerada uma arte – entendida no contexto do século XVII –, uma vez que examinava cuidadosamente um diploma, buscando determinar e compreender seus elementos com base em análises e comparações nas quais pudessem ser observados uma ordem e um padrão, para verificar a autenticidade dos diplomas. Em um segundo momento, nos manuais modernos, é considerada uma ciência – entendida no contexto do século XIX –, quando se observa a intenção de teorizar e oferecer definições e conceitos para si e para seu objeto, o diploma.

para a área. Para tanto, em um primeiro momento, foram analisados os tratados escritos na França e na Itália, durante os séculos XVII, XVIII e início do XIX, a fim de reconstruir a primeira parte do capítulo da história da Diplomática. Em seguida, analisaram-se os manuais modernos, notadamente aqueles publicados na Áustria, na Alemanha, na Itália e na França, os quais apresentaram novas perspectivas de análise dos documentos, introduzindo novo método e definições, responsáveis por uma mudança na maneira de pensar a crítica diplomática e o documento.

O Quadro 1.1 apresenta os autores estudados neste capítulo e suas respectivas obras, consideradas marcos teóricos da disciplina:

Quadro 1.1 – Marcos teóricos da Diplomática Clássica e Moderna

<i>Autores</i>	<i>Obras analisadas</i>
Daniel van Papebroch	<i>Propylaeum antiquarium circa veri ac falsi discrimen in vetustis membranis</i> . In: <i>Acta Sanctorum Aprilis</i> , 1675.
Jean Mabillon	<i>De re diplomatica</i> , 1681.
Scipione Maffei	<i>Istoria diplomatica che serve d'introduzione all'arte critica in tal materia</i> , 1727.
René-Prospér Tassin; Charles François Toustain	<i>Nouveau traité de Diplomatie: où l'on examine les fondements de cet art</i> , 1750-1765.
Angelo Fumagalli	<i>Delle istituzioni diplomatiche</i> , 1802.
Theodor von Sickel	<i>Acta regum et imperatorum Karolinorum digesta et enarrata</i> , 1867.
Julius von Ficker	<i>Beiträge zur Urkundenlehre</i> , 1877.
Harry Bresslau	<i>Handbuch der Urkundenlehre für Deutschland und Italien</i> , 1889 [<i>Manuale di diplomatica per la Germania e l'Italia</i> , 1998].
Arthur Giry	<i>Manuel de Diplomatie</i> , 1893.
Cesare Paoli	<i>Diplomatica</i> , 1898.

Nesse contexto, o presente capítulo divide-se em duas partes. Na primeira, são destacados: “Breve história das falsificações e crítica documental”, que apresenta brevemente algumas histórias de falsificações famosas, assim como as normas para redação dos documentos introduzidas no *Corpus Iuris Civilis*; “*Bella diplomatica*”, que discute as disputas entre ordens religiosas em favor de títulos de propriedades; e “Os marcos teóricos da Diplomática Clássica: suas

obras e contribuições”, que sistematiza os principais marcos teóricos da Diplomática Clássica, destacando as obras mais importantes e suas contribuições para o desenvolvimento da área. Na segunda parte do capítulo, são apresentadas a Diplomática Moderna e suas principais obras, com destaque para: “A criação dos institutos de História: um impulso aos estudos das ciências auxiliares”, que apresenta o Institut für Österreichische Geschichtsforschung (IÖG), em Viena, e a École des Chartes, em Paris, e suas respectivas contribuições na construção da Diplomática Moderna; “Os marcos teóricos da Diplomática Moderna: suas obras e contribuições”, que sistematiza os principais marcos teóricos da Diplomática Moderna, destacando suas obras mais importantes e suas contribuições para o desenvolvimento da área; e “As implicações da Diplomática Moderna para os arquivos”, discutindo quais foram as consequências da organização temática para os arquivos, em decorrência de sua abertura aos estudos históricos.

Breve história das falsificações e crítica documental

É ilusão pensar que os problemas concernentes à falsificação de documentos estão relacionados às novas tecnologias ou às novas formas de produção dos documentos contemporâneos. A História está repleta de exemplos de falsificação de documentos antes mesmo da invenção da imprensa, com ápice durante a Idade Média. Como destacou Guenée (2006, p.529),

as falsificações são inúmeras do início ao fim da Idade Média. No século IX, particularmente sob Carlos, o Calvo, apareceram falsificações que marcaram toda a cultura medieval. No fim do século XV, João Nanni, também conhecido como Annio de Viterbo, publicou em Roma as obras de vários autores da Antiguidade que se acreditavam perdidas: ele tinha escrito todas. Seguramente, a falsificação marca a Idade Média.

Na Antiguidade, a autenticidade era uma característica atribuída ao documento de acordo com o local no qual ele era depositado. Quando os cidadãos precisavam legitimar seus documentos para provar deveres e direitos, depositavam-nos em templos ou depósitos públicos (*dépôt publics*), que garantiam a eles fé pública, considerando-os monumentos incorruptíveis. Em Atenas, os documentos públicos eram mantidos no Templo de Minerva, e, em Roma, os templos de Apolo, Vesta e Saturno foram os escolhidos para conservar os documentos financeiros e as cartas entre privados.

Quando falsos diplomas começam a ser depositados nesses templos, faz-se necessária a introdução de normas para a redação de documentos, assim como de disposições penais para os falsificadores.

O código do imperador Justiniano I (483-565) é o melhor exemplo para ilustrar essas normas. Durante seu governo, o imperador bizantino realizou um grande trabalho legislativo-jurídico com uma nova compilação das leis romanas (desde a época do imperador Adriano, entre 117 e 138) conhecida como *Corpus Iuris Civilis*. A obra, realizada por dez juristas, foi dividida em quatro partes: *Código de Justiniano*, o qual reunia todas as constituições imperiais desde Adriano; *Digesto* ou *Pandectas*, contendo os comentários dos juristas romanos mais importantes, com fragmentos de jurisconsultos clássicos; *Institutas*, um manual compilado de forma mais simples e clara que o *Digesto*, e que era utilizado para o ensino do Direito nas escolas; e as *Novelas*, que eram as constituições e leis elaboradas depois de 534.

A obra de Justiniano reunia todas as regras, normas e leis existentes e publicadas e, no tocante aos documentos, foi importante por estabelecer a forma que um negócio deveria ter no momento de sua redação (*redactio in mundum*) para que pudesse ter um valor jurídico e probatório. A partir das normas de Justiniano, qualquer negócio que fosse redigido fora do ordenamento preestabelecido não seria reconhecido como jurídico e digno de prova. Segundo Crescenzi (2005, p.74), “a norma disciplina a validade e a eficácia de alguns negócios quando concluídos com a forma escrita; ou melhor, a constituição justiniana disciplina os requisitos e os efeitos da forma escrita quando as partes decidiram adotá-la na conclusão de alguns negócios”.

As normas de Justiniano tiveram grande valia no terreno privado. Durante a Antiguidade tardia (aproximadamente de 300-600 d.C.), a ação de documentar assume uma fisionomia determinada e um grande impulso, graças aos negócios privados. As convenções entre as partes interessadas no negócio jurídico passam a ser documentadas e, com isso, novas formas surgem, como os contratos.

Se já na Antiguidade era possível encontrar normas para a compilação de negócios jurídicos entre as partes, foi preciso esperar até a Idade Média para verificar a autenticidade ou falsidade desses documentos.

Em razão da grande quantidade de documentos falsos produzidos na Idade Média, notadamente para provar a propriedade de terras, iniciam-se, no período, os estudos diplomáticos (entendidos aqui, ainda, como os estudos dos diplomas), que buscavam reconhecer a falsidade ou autenticidade de diplomas referentes às épocas anteriores.

Vários são os exemplos de crítica documental nesse período. A crítica realizada pelo bispo são Gregório de Tours (538-594) sobre a autenticidade de um

diploma de doação do rei merovíngio Childeberto II (570-595), apresentado pelo bispo de Reims, está entre os mais antigos exemplos de análise documental. Ao analisar a assinatura (*souscription*) do diploma, o bispo de Tours conclui por sua falsidade. Em 1074, os monges de Saint-Serge e Saint-Aubin d'Angers entram em disputa pela posse da Igreja de Champigné e mais cinco abadias, recorrendo aos documentos e à sua análise para verificar a quem pertenciam as propriedades. Em 1125, a autenticidade de um pretenso diploma de Conrado II, datado de 1025, é colocada em análise por um grupo reunido por Henrique V, que, constatando diferença na data e no título do imperador, declara-o falso.

Contudo, enquanto na Antiguidade a autenticidade era uma característica atribuída ao documento de acordo com o local no qual ele era depositado, na Idade Média, a autoridade era responsável por dar ao documento tal característica.

O único critério com que o historiador podia realmente contar era o da autoridade da fonte. Havia textos que tinham autoridade e textos que não. Havia textos que tinham mais ou menos autoridade. Deviam-na ao seu autor ou ao seu fiador. Um texto aprovado por um príncipe tinha menos autoridade que um texto aprovado por um rei [...]. Enfim, desde que o critério não era o verdadeiro, mas o autêntico, não faltam exemplos em que um documento foi fabricado por um autor que bem sabia não ser ele verdadeiro, mas esperava que a aprovação de uma autoridade o tornasse autêntico. (Guenée, 2006, p.531.)

As falsificações continuaram frequentes durante todo o período da Idade Média, principalmente entre as ordens e membros da Igreja e entre os imperadores, cuja vontade de enriquecer e de aumentar poder e prestígio fez que fossem falsificadas centenas de documentos. Ironicamente, serão também os membros da Igreja que escreverão grandes obras sobre a crítica do documento, nos séculos XVII e XVIII, dando origem à Diplomática.

No século XII, é criado um sistema de crítica que, segundo Boüard (1929, p.19), já poderia ser considerado científico, uma vez que abrangia todas as características internas e externas do documento. Trata-se da obra do papa Inocêncio III (1160-1216), considerado um dos pioneiros da Diplomática, embora também tenha cometido falhas ao julgar autênticos dois documentos falsos do papa Constantino I.² Em sua obra, Inocêncio III formula algumas regras para examinar

2. Os documentos, além de possuir algumas fórmulas incorretas, deveriam estar escritos em papiro, devido à época em que foram redigidos, mas estavam escritos em pergaminho. Inocêncio III, no entanto, não notou o detalhe.

o material sobre o qual os diplomas eram escritos, sua escrita e seus estilos, além do estudo dos lacres de chumbo colocados nas bulas papais.

No entanto, as regras formuladas até essa época, tanto por Inocêncio III como por outros, eram válidas apenas para os documentos contemporâneos, ou produzidos havia poucos anos. Muitas vezes, era necessário verificar a autenticidade de documentos mais antigos e, para fazê-lo, ainda faltavam os instrumentos apropriados.

Em geral, são raros os casos nos quais se procedia a um exame crítico do documento sobre a base de argumentos que usaríamos hoje. Incomparavelmente mais frequentes são os casos de documentos que hoje sabemos com certeza ser grosseiras falsificações, mas que foram reconhecidos como autênticos e validados pelos sucessores dos soberanos que os emitiam, assim como por funcionários e notários aos quais foram apresentados para confirmar sua autenticidade. Isso demonstra que, em geral, nem as chancelarias, nem os tribunais ou notários da Idade Média possuíam conhecimentos precisos sobre os usos observados em épocas anteriores à redação dos documentos. (Bresslau, 1998, p.25, tradução nossa.)

Novas regras seriam, mais uma vez, apresentadas durante o Renascimento, respectivamente por Francesco Petrarca (1304-1374) e Lorenzo Valla (1407-1457). O primeiro, em decorrência de um pedido do imperador Carlos IV, estudou e elaborou uma crítica sobre os falsos privilégios concedidos por Júlio César a Nero, constatando diferença na datação do documento com relação aos outros dados que conduziam o documento a uma época posterior.³ O segundo teve um papel importante ao demonstrar, em 1440, a falsidade da famosa Doação de Constantino (*Constitutum Domini Constantini Imperatoris*),⁴ na qual, supostamente, o imperador Constantino (306-337) doava ao papa Silvestre I (314-335) terras e imóveis dentro e fora da Itália no ano de 315. Aplicando uma crítica filológica, Valla conseguiu provar a falsidade do documento, que permanece ainda hoje ilegítimo perante a Igreja Católica.

3. Segundo Bresslau (1998, p.23), o estudo da contradição entre a data do documento e seus outros elementos, com o objetivo de verificar sua autenticidade, já existia na Idade Média e ainda é visto como uma das razões mais importantes para negar a autenticidade de um documento.

4. O documento, cujo autor é desconhecido, declarava que o imperador Constantino havia confessado sua fé na Igreja Católica por ter sido curado de lepra por intercessão do papa Silvestre I, e, por essa razão, doava ao mesmo as comunidades cristãs do Oriente, as igrejas de Roma e outras terras em pontos do Império.

Bella diplomatica

Embora possuam semelhanças com os métodos propostos posteriormente, as críticas documentais estabelecidas até esse período ainda eram bastante rudimentares e delas quase nada foi aproveitado após a enunciação da Diplomática de Mabillon.

É, seguramente, no século XVII que surgem as primeiras formulações críticas e teóricas sobre o exame dos documentos, sobretudo na Alemanha e na França. Os constantes episódios de discussão sobre a autenticidade/falsidade de diplomas que comprovavam direitos de propriedade enriqueceram o período com obras sobre a crítica dos documentos. Esses casos ficaram conhecidos como guerras diplomáticas (*bella diplomatica*).⁵

Na Alemanha, os estudos tiveram início a partir de uma exigência de natureza substancialmente prático-jurídica. As constantes lutas por direitos de soberania de uma classe do Império sobre a outra eram travadas com base nos documentos antigos.⁶ Os diplomas eram utilizados como uma arma para atacar o adversário ou defender-se dele. Nesse contexto, sua autenticidade era sempre colocada em dúvida: aqueles que os utilizavam para provar direitos, declaravam-nos autênticos. Consequentemente, eram considerados falsos pelos grupos rivais.

Apesar de as disputas entre os direitos de classes no interior do Sacro Império Romano-Germânico terem contribuído para a formulação das primeiras críticas – ainda pouco consistentes – do documento, outro “setor” da sociedade teve sua colaboração exaltada ao máximo nesse contexto: a Igreja Católica. Durante o século XVII, eram comuns as disputas de território entre as ordens religiosas que, por sua vez, recorriam aos antigos documentos para legitimar seus direitos. Por essa razão, as guerras diplomáticas desenvolveram-se com muito mais fervor nesse ambiente, onde ordens inteiras eram convidadas ao estudo crítico dos documentos preservados em seus arquivos.

5. O termo *bella diplomatica* foi primeiramente introduzido por Johann Peter von Ludewig na obra *Reliquiae manuscriptorum*, de 1720, para designar as constantes “guerras” travadas entre o jesuíta Papebroch e o beneditino Mabillon, em razão da crítica dos documentos da ordem de Saint-Maur. Segundo Bresslau (1998, p.27), inicialmente distinguiram-se a *bella diplomatica litteraria* da *bella diplomatica forensia*. Posteriormente, a expressão passou a designar somente a segunda.

6. Segundo Bresslau (1998, p.27), esse período de disputas de direito entre as classes do Sacro Império Germânico, teve início durante a Guerra dos Trinta Anos (1618-1648) e durou até a assinatura da Paz de Vestfália.

Uma das disputas mais antigas de que se tem notícia deu-se entre o arcebispo da Igreja de Tréveris (*Trierer Dom*), na Alemanha, e o Mosteiro de São Maximino, localizado na mesma região. O grande responsável pela crítica dos documentos – que eram falsos – foi Nicolaus Zyllesius, defensor do mosteiro, que formulou algumas observações válidas para a crítica dos documentos, observando que na chancelaria dos reis merovíngios ainda não era conhecido o cálculo do tempo segundo a era cristã e, por isso, os documentos não podiam datar da época a que diziam pertencer.

Concluindo, tanto Zyllesius quanto a maior parte dos outros escritores que fizeram parte dessas guerras diplomáticas conseguiram aperfeiçoar muito pouco o conhecimento sobre documentos que se tinha na Idade Média, e somente uma dessas controvérsias fez que a nossa ciência desse um passo à frente, *a bellum diplomaticum Lindaviense*. (Bresslau, 1998, p.27, tradução nossa.)

A guerra mencionada por Bresslau deu-se entre o mosteiro e a cidade de Lindau, que disputavam bens e privilégios com base em um documento do imperador Ludovico, falsificado no século XII. Para esclarecer as dúvidas com relação à autenticidade/falsidade do documento, a cidade solicitou um parecer ao professor Hermann Conring (1606-1681), historiador de Helmstedt. Em 1672, escreve *Censura diplomatis quod Ludovico Imperatori fert acceptum coenobium lindaviense*, em que prova a falsidade do documento.

Sobre esse fato, Bresslau (1998, p.28, tradução nossa) comenta: “O trabalho de Conring foi o primeiro a adotar de maneira sistemática um método de regras para julgar um documento falso, confrontando-o com outros documentos autênticos do mesmo autor”.

Assim como as obras anteriores, o tratado de Conring não era perfeito. Os poucos documentos disponíveis para a análise prejudicaram seu trabalho. No entanto, sua obra representa um ponto de partida para os estudos posteriores. Com a superação de seus erros e falhas, seria possível chegar à enunciação de uma disciplina capaz de analisar criticamente um documento, sendo este falso ou autêntico.

Como mencionado anteriormente, no século XVII as guerras diplomáticas também tiveram lugar na França. Conseqüentemente, importantes trabalhos, que buscavam provar direitos e privilégios de mosteiros e ordens religiosas por meio da crítica dos diplomas antigos, foram publicados. Sem dúvida, a guerra diplomática mais conhecida é a travada entre o jesuíta bolandista Daniel Papebroch (1628-1714) e o beneditino Jean Mabillon (1632-1707), com início em 1665.

Os marcos teóricos da Diplomática Clássica: suas obras e contribuições

Em janeiro de 1643, a Igreja Católica, preferindo dedicar-se a uma teologia menos especulativa, publicou, sob os auspícios do jesuíta Jean Bolland⁷ (1596-1665), os primeiros volumes da *Acta Sanctorum*, uma grande obra de edição crítica sobre a vida dos santos da igreja, com o objetivo de separar os fatos das lendas.

O trabalho do jesuíta tornou-se um grande sucesso na época, sendo considerada uma grande obra da Igreja Católica. Em 1665, após a morte de Bolland, assumem a direção dos volumes seguintes Henschenius Godfrey e Daniel van Papebroch (Godefridus Henschenius e Daniel Papebrochius).

Em 1675, ao escrever o prefácio ao segundo volume do mês de abril da *Acta*, intitulado *Propylaeum antiquarium circa veri ac falsi discrimen in vetustis membranis*, Papebroch declara falso um diploma de doação de Dagoberto I – que na realidade era de Dagoberto II – em favor do Mosteiro de São Maximino, o mesmo da crítica de Nicolaus Zyllesius, contra a cidade de Tréveris. No entanto, assim como Conring, Papebroch conhecia e tinha a sua disposição poucos documentos, o que não era suficiente para que ele pudesse elaborar uma crítica correta sobre sua autenticidade ou falsidade e, por essa razão, seu método de análise, considerado hipercrítico e nada científico, foi rechaçado. Papebroch chegou a afirmar, na conclusão do capítulo dez de seu prefácio, que não havia nenhum documento autêntico no período que antecedia Dagoberto I, e apenas poucos exemplos de documentos autênticos dos soberanos merovíngios e carolíngios (Papebroch, 1675, p.29).

No entanto, apesar de possuir uma escassa fonte documental, Papebroch continuou a emitir seu juízo sobre a falsidade e autenticidade de documentos antigos,⁸

7. Jean Bolland dedicou grande parte de sua vida ao estudo dos santos da Igreja Católica. Incentivado pelos trabalhos de Heriberto Rosweyde, que já em 1629 estudava a vida e obra dos santos, o jesuíta viajou por toda a Europa, visitando mosteiros, abadias, bibliotecas e arquivos em busca de documentos que provassem a existência e os costumes dos santos. Assim, ele estabeleceu, para cada santo, um registro completo, seguindo o calendário católico romano. Seus estudos – até a publicação dos dois primeiros volumes da obra, em janeiro de 1642 – duraram catorze anos. Do seu nome se origina o termo “bolandista”, utilizado para designar os jesuítas de seu grupo.

8. Já no volume I da *Acta Sanctorum*, do mês de abril, Papebroch colocou em dúvida os documentos que atestavam que a ordem dos carmelitas derivava do profeta Elias, causando um grande alvoroço entre os monges da ordem, que publicaram, durante doze anos, obras defendendo a ordem e criticando Papebroch. Este, para se defender, escreve uma obra de 900 páginas como resposta, em 1695, exaltando ainda mais os ânimos na ordem. Nesse momento, fez-se

declarando como falsos principalmente os diplomas merovíngios que se encontravam, em sua maioria, no Mosteiro de Saint-Denis,⁹ na França.

No momento da publicação de Papebroch, os beneditinos – que haviam fundado em Saint-Germain-des-Prés, sob a direção de dom Grégoire Tarrisé, um centro de erudição incomparável, e eram conhecidos por sua importante contribuição aos estudos históricos e científicos, sobretudo após 1648, quando seguiam um programa elaborado por dom Luc d’Achéry – sentiram-se ultrajados e iniciaram um estudo para responder, de maneira científica, àquelas acusações.

Os arquivos monásticos vistos na dissertação de Papebroch, e particularmente os arquivos beneditinos de Saint-Denis onde se conservava a série mais rica de diplomas merovíngios, encontraram seu defensor em d. Mabillon, monge de Saint-Germain-des-Prés. É ele que, em resposta aos ataques do bolandista, elabora em silêncio uma grande obra, na qual a busca por princípios não dá lugar à polêmica. Ela surge em 1681, sob o título: *De re diplomatica libri sex*. (Boüard, 1929, p.23, tradução nossa.)

O trabalho de Papebroch merece destaque dentre os estudos teóricos da Diplomática por ser a primeira obra a emitir regras para o juízo dos documentos sem o objetivo puramente prático-jurídico de verificar a autenticidade de diplomas visando à legitimação de direitos e privilégios. Embora a tentativa tenha sido em vão e suas regras sejam desprovidas de qualquer juízo científico, sua obra ainda permanece no centro das atenções e merece ser revisitada por todo estudioso de Diplomática, mesmo se tratando de um exemplo de “como não fazer a crítica de um documento”.

Dentre as regras formuladas por Papebroch, estão algumas sobre como verificar as subscrições (*subscriptiones*) e os erros cronológicos (*errores chronologici*), o estilo (*stylum*) e as fórmulas (*formulas – invocatio*) dos diplomas, os materiais utilizados em sua confecção (pergaminhos – *membranae*), os documentos com monogramas (*monogrammaticum chartae*) e os selos e lacres (*sigillo*).

Todas essas regras são desprovidas de qualquer preocupação com o estabelecimento e definição de alguns “conceitos” fundamentais da Diplomática, como documento diplomático, ou documento autêntico e/ou falso, que irão permear as obras de Diplomática no século XIX.

necessária a intervenção do papa Inocência XII, que resolveu a questão impondo silêncio entre as partes (*Enciclopedia Cattolica*, 1952).

9. A Basílica de Saint-Denis foi fundada no século VII pelo rei Dagoberto I, em Paris, juntamente com o mosteiro beneditino de mesmo nome.

O prefácio de Papebroch possui 31 páginas e está dividido em duas partes: “Pars prima (de veterum foundationum, donationum, privilegiorum instrumentis discernendis)” e “Pars secunda (de praetensa quorundam carmeliticorum conventuum antiquitate)”. A primeira, dedicada à crítica dos diplomas merovíngios e de Dagoberto I, é dividida em dez capítulos: (I) “S. irminam (cujus patri adscribitur diploma horrense) Dagoberto, non I, fed II natam esse, longe verosimilius dicitur”; (II) “Diploma horrense supposititium cum San-Maximiniano indubitato confertur: quod ad stylum e formulas”; (III) “Horrensis membranae impostura ex ipsa characterum forma dijudicanda proponitur”; (IV) “Monogrammaticum chartae horrensis signu, quam fit à Dagoberti aevo remotum, oftenditur”; (V) “Alexandri Wilthemii de hac materia iudicium”; (VI) “Quomodo horrense diploma fabricatum e errores chronologici ex reginone accepti fuisse videantur”; (VII) “Ad eumden modum examinantur e rejicuntur chartae quaedam lobienses e cameracenses”; (VIII) “Similes ecclesiarum aliquot aliarum chartae historico examine reprobatae”; (IX) “Indicantur aliae plures chartae regibus merovingicis affictae”; (X) “Conclusio hufus materiae, cum evictione bullarum aliquot, romanis pontificibus suppositarum”.

É possível concluir que, de fato, o grande impulso para a formulação de um juízo sobre a autenticidade/falsidade dos documentos foi dado por Papebroch, pois, embora sua obra tenha falhado no estabelecimento de regras e critérios verdadeiramente científicos, representou, com certeza, o ponto de partida necessário para que os beneditinos compilassem os primeiros tratados sobre a crítica dos diplomas e se tornassem os grandes eruditos da crítica diplomática nos séculos XVII e XVIII.¹⁰

Foi nesse período, mais precisamente em 1644, que o monge beneditino dom Jean Mabillon, de Saint-Denis, é chamado por dom Luc d’Achéry para integrar a ordem dos mauristas do Mosteiro de Saint-Germain-des-Prés,¹¹ em Paris. Desde muito jovem, Mabillon já manifestara seu talento e sua integridade, despertando a admiração de d’Achéry e de todos aqueles que com ele desenvolveram seus trabalhos. Tassin e Toustain (1765, p.8, tradução nossa), em *Nouveau traité de Diplomatique*, manifestam sua veneração ao monge, no primeiro capítulo do tratado, intitulado “Défense générale de la Diplomatique de d. Mabillon”, declarando “não haver um homem letrado, que não tenha admirado o

10. É interessante destacar que, após alguns anos e algumas cartas trocadas com Mabillon, Papebroch se arrepende por ter atacado, com sua obra, os diplomas de Saint-Denis.

11. No século XVII, o Mosteiro de Saint-Germain-des-Prés passa a integrar a ordem de São Mauro, e logo se torna um dos principais centros intelectuais da França, notadamente com os estudos dos mauristas.

imenso trabalho, a sagacidade maravilhosa e a erudição profunda de P. Mabillon”. Segundo Bresslau (1998, p.31, tradução nossa), “Mabillon foi um homem admirável não apenas por causa da sua enorme capacidade de trabalho, mas também por sua excelente perspicácia crítica”.

Elogios à parte, Mabillon soube exatamente como aproveitar-se de sua posição e capacidade crítica aguçada, viajando por toda a Europa em busca de material para suas obras sobre a crítica dos documentos, assim como para a coleção de manuscritos raros da biblioteca da ordem de Saint-Germain e da história da Igreja na França. Por onde passava, o monge era acolhido com muita honra. Os arquivos e as portas das ordens estavam sempre abertos para ele e suas pesquisas.

Dom Luc d’Achéry, que sabia do talento e do prestígio de que gozava Mabillon, propôs a ele que escrevesse a vida dos santos da ordem beneditina, *Acta sanctorum Ordinis S. Benedicti*, com base nos documentos recolhidos por ele e mantidos em Saint-Germain. Em 1668, o primeiro volume da obra foi publicado; em 1669, o segundo; e em 1672, o terceiro.¹² No entanto, apesar de sua consciência acadêmica e de seu método crítico, a obra foi alvo de contestação por parte de outros membros da congregação, que em 1677 apresentou uma petição requerendo a anulação do trabalho. Mabillon defendeu-se e conseguiu superar a polêmica publicando, em 1675, o primeiro de quatro volumes de *Vetera analecta* (1675-1685), obra que continha os resultados de suas viagens e pesquisas por toda a Europa e que contava alguns fatos históricos importantes para a Igreja Católica, principalmente na França.

Em 1681, após uma longa experiência crítica – erudita e, de fato, consistente – com os diplomas e a história da França e da Europa, Mabillon é o “escolhido” para contestar a obra de Papebroch, publicando *De re diplomatica libri VI*, dando o nome de Diplomática à crítica científica dos documentos.

Embora tenha suas origens nas críticas de Papebroch, a obra de Mabillon não se limita apenas a respondê-las, fundando ainda um método para a análise dos diplomas de qualquer época e país – embora se refira particularmente à França e aos primeiros séculos da Idade Média. Como bem destacou Bresslau (1998, p.31), “mesmo sendo uma obra de ocasião, o trabalho de Mabillon demonstra pouco de tal característica”. O beneditino trata da tese sustentada por seu adversário apenas em alguns capítulos do primeiro e terceiro livros; a parte principal da obra era, no entanto, dedicada à construção de um novo sistema.

12. Ao total, nove volumes compõem a obra, de 1668 até 1701.

O tratado de Mabillon é dividido em seis livros, e conta com um suplemento ao final do sexto livro.¹³

O primeiro livro (*Liber primus: in quo veterum instrumentorum antiquitas, materia, et scripturae explicantur*) apresenta-se como uma introdução da obra. Aqui são introduzidos sua utilidade e objetivo (*Operis utilitas; scopus*), assim como os vários tipos de documentos que compõem um arquivo – nesse caso, aqueles arquivos de ordens religiosas visitadas por Mabillon (*diplomas, instrumentum, regales, bullis, pagenses, chartae, testamentum, littera, epistola, chirographum e syngrapha*). São abordados, também, os materiais utilizados para o registro do documento (*varia materia olim ad scribendum*), como o papiro egípcio (*papyro aegyptiaca*), os tabulários (*tabulariis*), chumbo (*plumbo*), papel de algodão (*charta cottonea*), pele de peixe (*pellibus piscium*); e o material usado para gravar o conteúdo no material (*varia materia, ex quibus scripta diplomata*), como cera (*cera*) e tinta (*liquor*). Os tipos de escritura (*scripturarum veterum varia genera*) também entram na primeira parte da obra. Aqui, Mabillon distingue as escrituras romanas (em duas espécies vulgares: *pura e semigothica*), as longobárdicas (*longobardicas*), as franco-gálicas (*francogallica*), as merovíngias (*merovingica*), as carolíngias (*Carolina*), as germânicas (*Germanorum*), as anglo-saxônicas (*Anglosaxonum*).

Essa primeira parte da obra pode ser definida como aquela que pretende, além de fornecer um panorama geral do que será discutido, identificar os elementos extrínsecos que compõem um documento (sua matéria, o meio escolhido para registrar o conteúdo no material, os tipos de escritura).

O segundo livro (*Liber secundus: cujus argumentum est diplomatum stilus, subscriptiones, sigilla, et notae chronologicae*) pode ser identificado como aquele em que são abordados os elementos intrínsecos dos documentos. Aqui o conteúdo é identificado como o assunto (*subjectus*), o estilo (*stilo*), as subscrições (*subscriptiones*), os selos (*sigilla*) e a data (*characteres chronologicos*), exhaustivamente estudados no livro. *Inscriptio, titulatio, invocatio, salutatio e imprecationes* também são fórmulas apresentadas como parte do conteúdo do documento. Aqui são contestadas, ainda, as sentenças de Papebroch sobre as fórmulas dos diplomas do reino francês – apresentados em seu *Propyleum*, além da análise das fórmulas iniciais dos diplomas de outros imperadores franceses.

13. Por se tratar de uma obra extensa, optou-se, aqui, por focar apenas os dois primeiros livros, por discutirem, ainda que de modo tímido, especificamente os elementos extrínsecos e intrínsecos dos documentos.

No terceiro livro (*Liber tertius*: in quo auaedam adversariorum objecta diluuntur: tum notitiarum & chartariorum expenditur auctoritas), são contestadas e refutadas as obras de Papebroch, Conring e Naudé.

O quarto livro (*Liber IV*: ubi agitur de francorum regum palatiis, villisque regiis in quibus diplomata condita sunt) é dedicado às residências dos reis francos e trata dos palácios que abrigavam os diplomas.

No quinto livro (*Liber V*: in quo exhibentur explicanturque specimina veterum scripturarum), são explicadas as escrituras e os alfabetos que as compõem. Pode-se dizer que essa parte da obra é dedicada exclusivamente à Paleografia, representando um importante ponto de partida para estudo da disciplina.

E por último, porém não menos importante, o sexto livro (*Liber VI*: complectens varia diplomata e instrumenta ad praecedentium librorum probationem et librorum de re diplomatica supplementum. In quo archetypa in his libris pro regulis proposita, ipsaeque regulae denuo confirmatur, novisque speciminibus et argumentis asseruntur et illustratur), o qual contém os documentos estudados e analisados por Mabillon, juntamente com o suplemento de 1704, em que explica e responde às críticas feitas por Germon a sua obra.

O fato de Mabillon ter escrito uma obra superior às de Papebroch e Conring se deve, em grande parte, à quantidade de documentos que ele teve à disposição para escrever seu tratado. Mabillon teve acesso ao grande arquivo de Saint-Denis (que conservava os documentos autênticos e originais dos reis merovíngios e carolíngios, assim como os documentos eclesiásticos de importantes papas), além dos arquivos de outros mosteiros e de alguns bispos de toda a França e outros países da Europa. Seu acesso aos documentos pode ser considerado o grande diferencial em relação aos outros autores.

A obra de Mabillon finalmente fundou uma crítica dos documentos antigos, e logo foi acolhida não apenas na França, mas em outros países da Europa, como destacou Bresslau (1998, p.33, tradução nossa):

Diante da obra de Mabillon, a Diplomática – em um primeiro momento ainda unida à Paleografia e, um século depois, separada desta – atinge o nível de disciplina científica e, ao mesmo tempo, foi muito importante para afrontar questões de caráter prático-jurídico, suscitando por isso um grande interesse não apenas na França, mas também na Alemanha, na Itália e na Inglaterra.

Apesar de sua importância e relevância terem sido rapidamente reconhecidas, não faltaram opositores à obra. Na época em que foi publicada, uma polêmica surgiu por parte de alguns jesuítas, não aceitando que Mabillon, monge de outra ordem, lhes dissesse ou ensinasse como diferenciar seus documentos (entre

falsos e autênticos). Dentre eles, destacam-se o inglês George Hickes (1703-1705) e, sobretudo, o jesuíta Bartolomeo Germon (1703), que afirmava ser impossível distinguir entre falsos e genuínos documentos tão antigos.

O tratado de Mabillon não é isento de críticas e até mesmo de erros. Apesar de ser incontestável sua importância para o estabelecimento de um método crítico sobre documentos, deve-se ter em mente que foi produzido em um contexto específico, para analisar os documentos dos reis da França anteriores ao século XIII que eram mantidos nos arquivos de ordens religiosas famosas e importantes. Com isso, categorias inteiras de documentos deixaram de ser estudadas e muitos documentos defendidos por Mabillon como autênticos, posteriormente foram novamente contestados e chegou-se à conclusão de que se tratava, realmente, de falsificações – o caso de Papebroch é um claro exemplo.

O italiano Scipione Maffei (1727, p.108), em seu tratado, faz uma crítica ao trabalho de Mabillon ao dizer que a obra mais lembrada dos estudos diplomáticos, além de um interesse de pesquisa, possuía também um grande interesse em defender o mosteiro.

De re diplomatica apresenta-se como uma obra importante, ainda hoje patrimônio da pesquisa científica, porém tendenciosa e longe de exaurir o tema da crítica documental. No entanto, é necessário reconhecer que forneceu as bases para o início dos estudos dos diplomas e foi o ponto de partida para o desenvolvimento e aprofundamento da Diplomática Moderna, que atingiria seu auge nos séculos seguintes, notadamente a partir da fundação das sociedades e institutos para o estudo da História na Alemanha e na Áustria.

Para Bloch (2009, p.63, tradução nossa), “naquele ano – 1681, ano da publicação de *De re diplomatica*, na verdade uma grande data na história do espírito humano –, a crítica dos documentos de arquivo foi definitivamente fundada”. Ainda segundo o historiador, aquele foi um momento decisivo na história do método crítico. Os historiadores e pesquisadores que até aquele momento contentavam-se com o “bom senso” para definir a autenticidade dos documentos, encontraram, na obra de Mabillon, regras objetivas para a crítica do documento, que se apoiavam, agora, na comparação e confronto entre documentos produzidos pela mesma pessoa ou em uma determinada época.

A mesma palavra – “crítica” – que até aquele momento não designava senão um juízo de gosto, assume, então, o sentido de prova de veracidade (ibidem, p.65). O termo vem então sendo usado para definir a atividade de discernir o verdadeiro do falso.

O “método” de Mabillon é, portanto, um método histórico, analítico-comparativo, uma vez que interpreta o documento inserido em uma série cronológica ou em um conjunto específico de documentos de uma determinada época ou

lugar, que serão confrontados e analisados com base nesse contexto preestabelecido. Esse método sustenta o estudo crítico dos documentos até hoje e, por essa razão, *De re diplomatica* pode ser considerada uma das obras mais importantes publicadas na segunda metade do século XVII.

Após a publicação de Mabillon, os estudos diplomáticos e paleográficos ganharam novo fôlego e impulso por toda a Europa, e obras começam a ser publicadas fora da França e da Alemanha. É o caso de *Istoria diplomatica che serve d'introduzione all'arte critica in tal materia*, tratado publicado, na Itália, por Scipione Maffei (1675-1755), em 1727.

A obra de Maffei, escrita em dois livros, pode ser considerada um verdadeiro tratado sobre os diplomas antigos, com uma maior contribuição para a Paleografia do que para a Diplomática.

Ao contrário de Mabillon, Maffei não realiza uma pesquisa de fontes apenas com o objetivo de distinguir documentos falsos dos autênticos, mas para contar a história dos diplomas desde o século V até o XV, enfatizando os caracteres extrínsecos dos documentos, principalmente o material e os tipos de escritura.

No primeiro livro do tratado (*In cui si tratta delle origini, e di quanto c'è rimasto in materia d'istrumenti, e diplomì dal quinto secolo in più*), Maffei conta as origens dos diplomas, fazendo uma genealogia do documento – sinônimo em sua obra de testemunho, ato, contrato, testamento, diploma, carta, memoriais, epístolas – a partir do quinto século. Nessa primeira parte, o autor se ocupa do uso que cada povo, em cada época, fazia dos documentos, dividindo-a em dezenove capítulos: “I. Proemio”; “II. Uso d'istrumenti, e diplomì presso Ebrei, Greci antichi, e Orientali”; “III. Atti tra Greci de'quali ci è rismasta notizia, o per autori, o per monumenti”; “IV. Uso de' documenti presso gl'Itali antichi”; “V. Atti pubblici tra Romani, de'quali c'è rimasta notizia ne gli scrittori”; “VI. Istrumenti e private scritture presso i Romani”; “VII. Antico uso de' diplomì tra' Romani”; “VIII. Come singolarmente ebber questo nome le patenti per le pubbliche vetture”; “IX. De' diplomì abbiamo il primo saggio in Gioseffo”; “X. Tre antichi documenti giudiziali conservati in marmo, o in metallo”; “XI. Si accennano due concessioni d'imperadori”; “XII. Diploma di Galba, o sia onesta missione non più pubblicata”; “XIII. Riflessioni sopra l'essere in due lamine legate insieme, e sopra l'aver dentro e fuori l'estesso scritto e sul descritto, e recognito”; “XIV. Patto con giuramento tratto da tavola di metallo”; “XV. Due istrumenti di patronato e clientela”; “XVI. Istrumento di donazione dell'anno 252 conservato in pietra”; “XVII. Carta di quitanza dell'istesso terzo secolo riportata in marmo”; “XVIII. Che il noto testamento di s. Gregorio Nazianzeno fatto da lui nel quarto secolo, sia legitimo e sincero”; “XIX. Nome di cartola, e di testamento. Due

monumenti antichi, da'quali si può prendere idea della dettatura romana ne'documenti".

No segundo livro (*In cui si annoverano i più antichi documenti, che si conservano, si tratta della carta di papiro in cui sono, si mostra nell'istesse età la successione de' diplomati, si dà un saggio di biblioteca diplomatica, e si spiega l'idea di tutta l'opera*), Maffei estuda profundamente o papiro egípcio, desde sua manufatura até seu uso, cita as principais obras sobre o estudo dos diplomas escritas até então, e explica o objetivo de sua obra. Essa parte é dividida em dezoito capítulos: "I. Documenti che si conservano in originale del quinto secolo"; "II. Documenti del sesto e del settimo, e come son tutti in papiro d'Egitto"; "III. Come in papiro più che in altro anticamente si scrisse, e dell'uso in questo proposito di varii nomi"; "IV. Notizie di tal pianta"; "V. Modo tenuto di farne carta"; "VI. Emendazioni de testo di Plinio, ove tratta del papiro"; "VII. Qualità della carta papiracea"; "VIII. Non essersi fatta carta di scorze d'alberi e men propriamente venir'ora detti felire i papiri"; "IX. Lunghezza de' papiri, ove de' protocolli"; "X. De' libri in papiro, e della carta bambagina, e di lino"; "XI. Come degl'istrumenti, così si mostra la continuata successione de' diplomati, che si chiamano annotazione"; "XII. E autorità, e benefizi. Soscrizione in rosso de gl'imperadori greci"; "XIII. Diplomati pontificii, e regii"; "XIV. Che a gli altri re precedettero in ciò quei d'Italia e se n'hanno i primi esemplari in Cassiodorio"; "XV. Archivi. Regesti. Cancellerie. Referendari. Formole"; "XVI. Notizia delle più considerabili raccolte publicati d'atti e diplomati"; "XVII. Si mostra quanto lontana dal vero sia la volgar credenza dell'aversi già l'arte critica diplomatica"; "XVIII. Piano di tutta l'opera".

Notadamente no segundo livro da obra, são expostos os caracteres extrínsecos dos documentos, assim como juízos sobre as obras de Diplomática publicadas até esse momento. Maffei afirma que, embora a aplicação de uma crítica aos diplomas seja o "estudo da moda", com muitas publicações sobre o assunto, muito ainda deve ser feito, e que mesmo a grande obra de Mabillon comporta falhas, não conseguindo exaurir o assunto da crítica do documento, ao contrário do que pensam muitos estudiosos.

A "rivalidade" entre Maffei e Mabillon, expressa mais pelo primeiro, pode ser observada ao longo de toda a obra. Em um dado momento, Maffei, erudito e profundo conhecedor de obras e textos literários clássicos, assim como de códices e diplomas antigos, vangloria-se de possuir o monumento mais antigo de que se tinha notícia na época, um escrito em papiro egípcio. Segundo ele, quando Mabillon o viu teria dito "este é o instrumento autêntico mais antigo que já tive em minhas mãos" (Maffei, 1727, p.52, tradução nossa).

Ao estudar os diplomas, Maffei não pôde deixar de citar, também, os arquivos, dedicando a esses o Capítulo XV do segundo livro. Em “Archivi. Regesti. Cancellerie. Referendari”, o autor destaca que os arquivos, assim como os diplomas, são também antiquíssimos e memoráveis. Segundo ele (ibidem, p.94, tradução nossa),

a palavra latina *Archiva* foi utilizada por Tertuliano. Justiniano, na décima quinta novela, impôs que fosse construída em cada cidade uma casa pública para o registro dos atos; ordenou que fossem registrados os testamentos e doações e qualquer monumento [...]. Além das cidades, tiveram arquivos também as igrejas, nos quais eram depositados os atos eclesiásticos e os códices, e as doações sagradas e qualquer outro documento.

No entanto, a preocupação em escrever um capítulo sobre os arquivos não contribui significativamente para a elaboração de qualquer regra ou princípio para a organização dos diplomas que ali estavam depositados. O autor o faz somente para ilustrar onde e quando os documentos eram mantidos em arquivos públicos ou da Igreja. Esse costume de dedicar uma parte da obra aos depósitos de documentos pode ser verificado em quase todos os estudos sobre a Diplomática e/ou diplomas antigos.

Embora Maffei tenha dedicado uma grande parte de sua obra ao estudo dos caracteres extrínsecos dos diplomas antigos – num tratado mais de Paleografia que de Diplomática –, ela pode ser considerada uma das primeiras iniciativas italianas sobre o estudo crítico dos diplomas. A minuciosa genealogia dos documentos, construída na primeira parte da obra, é um instrumento *sine qua non* para o estudo diplomático. Maffei é o primeiro a preocupar-se em contar uma história do documento. Essa é, sem dúvida, a maior contribuição de sua obra.

É possível observar que, até esse momento, as obras de Diplomática não traziam uma preocupação com o estabelecimento de definições e conceitos. O objetivo era estabelecer um juízo sobre os documentos que estavam sob a análise para fins prático-jurídicos e, para isso, não era necessário o estabelecimento de termos, e sim a aplicação de um método para verificar os elementos. Esses tratados e manuais tinham a função de criticar os diplomas e de estabelecer sua autenticidade ou falsidade, baseando-se no método analítico-comparativo, e não de criar teorias. Nem mesmo o documento vinha definido. Este era entendido como sinônimo de instrumento, monumento, carta, diploma, ato, testamento, contratos.

Contudo, essa característica dos tratados e manuais começa a desaparecer, sobretudo a partir da publicação da segunda importante obra dos beneditinos franceses: o *Nouveau traité de Diplomatique*: ou l'on examine les fondements

de cet art, cuja redação iniciou-se na França, em 1750, por dom René-Prosper Tassin (1697-1777) e Charles François Toustain (1700-1754), ambos historiadores beneditinos da congregação de Saint-Maur.

A obra, dividida em seis volumes (em tomos) e publicada entre 1750 e 1765, foi terminada apenas por Tassin, pois Toustain morrera antes mesmo da publicação do segundo volume.

Imersos no mesmo ambiente no qual havia alguns anos Mabillon escrevera sua obra mais importante, os beneditinos tornaram-se grandes eruditos e verdadeiras autoridades no exame crítico dos diplomas, publicando uma obra que superaria a de seu mestre. Segundo Bresslau (1998, p.32, tradução nossa), “essa obra supera aquela de Mabillon devido à incrível erudição, à diligência com a qual foi recolhido o material e à quantidade enorme de documentos estudados; mas os dois autores não possuíam a mesma grandeza de seu antecessor no que tange à força criativa e ao talento científico”.

Assim como Mabillon, devido à posição privilegiada na qual se encontrava a ordem dos beneditinos em Saint-Germain, Tassin e Toustain tiveram acesso a uma enorme quantidade de documentos para suas análises, principalmente àqueles pontifícios, contribuindo para que tratassem exaustivamente desse tipo de documento como uma Diplomática especial.

O tratado é dividido em oito partes: (I) A primeira dedica-se aos princípios gerais da Diplomática e aos arquivos, originais e cópias, e tipos de documento; (II) a segunda parte trata dos caracteres extrínsecos dos documentos, como material, instrumentos para a escrita, tinta, origem e história da escritura, tipos de escritura – em particular da latina –, abreviações, cifras, notas, tipos de selos e lacres, caracteres externos dos originais; (III) a terceira segue com os estudos paleográficos sobre os tipos de escritura e elementos intrínsecos, como a língua dos documentos, títulos, nomes, fórmulas, datação, subscrições, pessoas da chancelaria; (IV) a quarta representa um ponto de partida aos estudos da Diplomática especial, uma vez que os autores dedicam-se exaustivamente à documentação pontifícia; (V) na quinta parte, os autores continuam no estudo da Diplomática especial dos documentos de outras pessoas e instituições; (VI) na sexta parte da obra, foca-se o estudo da Diplomática especial dos documentos de imperadores, reis, príncipes e outras pessoas e instituições laicas; (VII) na sétima, são abordadas as falsificações dos documentos; e, (VIII) na última parte, é apresentado o método da Diplomática.

Ao contrário das obras anteriores, que não apresentavam a intenção de definir alguns termos principais para a crítica dos diplomas, como o que é a Diplomática ou o que é um documento falso/autêntico, a obra dos beneditinos traz, pela primeira vez, uma abordagem mais didática, apresentando essas definições até

então ausentes nas primeiras obras. O primeiro livro busca apresentar justamente os princípios da Diplomática, assim como as definições de falso/autêntico, original/cópia, público/privado, diploma e arquivos, entendidos, porém, em um contexto histórico específico, ou seja, naquele dos séculos XVII e XVIII.¹⁴

Dessa forma, a Diplomática é definida como

a ciência ou a arte de julgar finamente os títulos antigos. Ela tem por objeto as *chartes*,¹⁵ onde ela fixa a idade, para um conhecimento exato da natureza dos atos, das escrituras, dos diversos usos próprios àquele século e àquela nação. Seu objetivo é de servir ao julgamento favorável, ou não, dos documentos. (Tassin; Toustain, 1750-1765, p.1, tradução nossa.)

Destaca-se, ainda, o fato de a Diplomática ser tratada ora como arte crítica, ora como ciência, tanto na obra dos beneditinos quanto naquelas de Mabillon e Maffei.

Assim como nas obras anteriores, documento é sinônimo de diploma, que vem definido aqui como “o testemunho mais incorruptível do direito humano” (ibidem, p.1, tradução nossa). Uma afirmação forte, que se sustenta ao longo de toda a obra sobre a característica de autêntico e de autoridade.

Nesse contexto, ou seja, no sentido de continuar afirmando a superioridade dos diplomas sobre qualquer outro documento, os autores dedicam uma grande parte da obra aos arquivos, responsáveis, durante muito tempo, por garantir aos documentos ali depositados o caráter de autenticidade. Novamente, encontra-se uma grande parte da obra dedicada às instituições arquivísticas e sua importância como depósitos dos tesouros públicos, ou seja, dos diplomas. No entanto, não se fazem alusões aos métodos ou princípios de organização desses documentos.

Já estava claro, nessa época, que o arquivo continha o objeto de pesquisa dos diplomatas, que eram os historiadores do período. Esses, em sua maioria ligados à Igreja, buscavam, por meio do estudo dos diplomas e documentos, contar a história de suas ordens e defendê-las com todas as forças e argumentos possíveis. Nesse sentido, era quase uma obrigação moral dedicar uma parte de suas obras àquelas instituições tão importantes.

14. As definições apresentadas pelos autores serão tratadas no Capítulo 3.

15. A palavra *chartes* (*chartae*) corresponde ao documento dispositivo, ou seja, àquele documento que faz cumprir ou valida uma ação, sendo considerado um testemunho da mesma. A documentação medieval era composta basicamente de documentos dispositivos (*chartae*, *chirographum*, *epistola*) e documentos de prova (*notitiae*). No entanto, vale destacar, aqui, que a nomenclatura sofreu mudanças ao longo dos séculos, assim como o uso que se fazia de tais documentos.

Anunciar um novo Tratado de Diplomática, não é somente prometer ensinar a arte de julgar fielmente os antigos diplomas; é ainda propor o conhecimento de sua natureza, uso e valor. Nós nos atemos aqui em encontrar os meios de discernir o verdadeiro do falso, os certos dos incertos, o provável do duvidoso. (Ibidem, p.i, tradução nossa.)

E assim o fizeram Tassin e Toustain. Os monges estudaram uma quantidade enorme de documentos e aperfeiçoaram o método deixado por Mabillon, principalmente no que tange aos documentos eclesiásticos. Assim como Maffei, os beneditinos preocuparam-se em esclarecer as principais diferenças entre aqueles documentos encontrados nos arquivos, conhecidos com o nome genérico de diplomas, cartas, instrumentos, memórias, papéis, letras, escrituras, bulas, peças. Seguindo a classificação de gêneros proposta por Mabillon, os beneditinos os dividiram em cartas eclesiásticas, diplomas reais, atos públicos e cédulas privadas, com uma série de outras subdivisões.

Contudo, assim como os tratados de Maffei e de Mabillon, o *Nouveau traité* também comporta críticas. Apesar da enorme quantidade de documentos reunidos, a tipologia não variou muito, ou seja, os documentos eram, em sua maioria, pontifícios, contribuindo para um estudo de Diplomática especial muito mais bem fundamentado do que aquele de uma Diplomática geral. Uma grande importância é dada também à Paleografia e aos estudos dos elementos externos, tratados de forma exaustiva nas partes II e III.

A obra dos beneditinos possui um caráter didático, e, sobretudo, científico. Seu objetivo não reside apenas em aperfeiçoar o método de Mabillon para a análise dos documentos falsos e/ou autênticos, mas, também, em introduzir definições e explicar a verdadeira natureza dos diplomas. Por essa razão, ainda é uma obra muito pesquisada e consultada, principalmente no que tange aos documentos pontifícios. Recentemente, a obra foi relançada pela biblioteca da Universidade de Michigan, nos Estados Unidos, como parte de um programa de reprodução digital de imagens e está inteiramente disponível para download na internet.

Os tratados publicados até aquele momento, assim como o estudo daqueles eclesiásticos, focavam os estudos dos diplomas dos reis franceses e alemães, o que era muito justificável, uma vez que as principais obras eram escritas por monges franceses ou alemães que pretendiam, como dito anteriormente, por meio da crítica dos diplomas, defender a honra de suas ordens. Documentos italianos eram objeto de estudo somente quando pertenciam aos reis ou imperadores da Itália, e, ainda assim, em quantidades mínimas.

Com o objetivo de preencher as lacunas deixadas por Maffei em seu tratado e de propor um estudo dos documentos italianos que fosse diplomático e não majoritariamente paleográfico, o historiador e abade do mosteiro milanês de Santo Ambrósio, Angelo Fumagalli (1773-1809), que em 1783 já havia fundado a Scuola di Diplomatica e Paleografia do mosteiro, publica, em 1802, *Delle istituzioni diplomatiche*.

É mister destacar, também, que, embora as obras se apresentassem como um tratado de Diplomática geral, observava-se ao longo dos capítulos uma certa tendência a uma Diplomática especial, como é o caso do *Nouveau traité* – com os documentos pontifícios – e até mesmo da obra de Mabillon – com os diplomas dos reis franceses.

Quando Fumagalli decide escrever sua obra, enfatiza claramente que seu objeto de estudo é a Diplomática geral, e que busca preencher o vazio deixado pelos autores italianos, que, mesmo quando estudavam seus documentos, o faziam focando os elementos extrínsecos, e não os intrínsecos, considerados os mais importantes, segundo ele. “Maffei, em sua *Istoria Diplomatica*, que serve como uma preciosa coleta diplomática dos papiros do Egito, foca-se nos caracteres extrínsecos dos diplomas, sobre os quais se ocupa eruditadamente, e nos diz muito pouco sobre aqueles intrínsecos que são os mais essenciais” (Fumagalli, 1802, p.IV, tradução nossa).

A obra de Fumagalli é dividida em três livros. O primeiro trata dos caracteres extrínsecos dos diplomas, desde o material até as tintas utilizadas para escrever; o segundo versa sobre os elementos intrínsecos e as guerras diplomáticas; e o terceiro tem como objeto de estudo antigas cartas, conhecidas como *pagensi*, comportando uma parte sobre os documentos que foram falsificados. Ainda no último livro da obra, uma parte é dedicada aos arquivos, na qual se propõe um “método para ordenar os documentos” e que merece uma atenção especial.

Assim como o *Nouveau traité*, é possível reconhecer alguns esforços no que tange às definições de alguns elementos essenciais para o estudos dos diplomas, já constante nas obras, tal como o capítulo sobre os arquivos.

Após uma breve história sobre os arquivos na Antiguidade e sobre aqueles pertencentes às ordens religiosas, Fumagalli propõe, sob o título “Normas para bem dispor os pergaminhos em um arquivo”, instruções para preservar e conservar os diplomas nos arquivos que dispunham e para desenrolar o pergaminho, ou até como marcar acima da página um número de ordem dentro da série a qual ele pertencia e o título do conteúdo.

Para uma melhor clareza, poderia ser adicionado à direita dos números o título do conteúdo no pergaminho, como *venditionis, testamenti, donationis, juducati*,

libelli etc. Será colocada em seguida a letra do alfabeto, referindo-se ao cartão sobre o qual é colocado. (Fumagalli, 1802, p.453, tradução nossa.)

Embora ainda de forma tímida, Fumagalli é o primeiro a fazer uso da expressão “ciência arquivística” e o primeiro a tratar de seus princípios de formação, distribuição e ordenamento.

O tratado de Fumagalli não representa muita novidade nem supera aqueles que foram apresentados anteriormente; sua importância é ser o primeiro tratado de Diplomática geral da Itália, que, como tal, pode ser considerado um fundamento para os trabalhos seguintes, principalmente italianos, após 1900. Estes, conseqüentemente, influenciaram obras contemporâneas, como as de Pratesi e Duranti, tão em voga no século XXI.

Durante todo esse período, a Alemanha continuou a ter um papel muito importante para a constituição dos estudos diplomáticos, principalmente após a publicação de Mabillon, quando a crítica documental passa a ser considerada, como disse Maffei, a “arte da moda”. Segundo Bresslau (1998, p.36), após o surgimento da obra de Mabillon emergem, com um verdadeiro ardor na Alemanha, os estudos dessa nova disciplina, introduzida no ensino universitário, inicialmente em Jena, em 1742, com o professor Christian Heinrich Eckhard¹⁶ (1716-1751).

Os estudos diplomáticos nas universidades proporcionaram uma grande gama de publicações utilizadas pelos professores para ensinar a nova arte crítica dos documentos. Dentre eles, destaca-se o historiador Johann Christoph Gatterer (1727-1799), que publica, em 1765, *Elementa artis diplomaticae*, combinando uma abordagem histórica global com as práticas das ciências auxiliares, notadamente a Diplomática. Gatterer foi professor de História na Universidade de Göttingen, considerada na época o centro de investigações históricas mais importante da Alemanha.

Os estudos nesse país desenvolveram-se em duas linhas: uma centrava-se na Diplomática geral, como disciplina que estudava os selos, os monogramas, as datas, a escritura dos documentos e suas fórmulas; a outra focava a análise de grupos de documentos selecionados que tratavam de uma época, ou de um rei ou imperador específico, ou seja, a Diplomática especial. Em relação a essa última, destacam-se os trabalhos de Johann Georg Bessel (1672-1749), que estudou os documentos dos reis alemães – de Conrado I a Frederico II – e que, segundo Bresslau (1998, p.38), superou qualquer outro predecessor na Diplomática espe-

16. Autor de *Introductio in rem diplomaticam, praecipue germanicam* (1742).

cial, devido à sua erudição e vasto conhecimento. Bessel, no entanto, não chega a definir critérios para analisar a autenticidade dos documentos, tratando apenas de seus elementos formais.

Alguns anos após a publicação de Bessel, Johann Heumann (1711-1760) publicou dois volumes sobre os documentos carolíngios¹⁷ que representaram um passo à frente, uma vez que foi o primeiro a considerar o conteúdo jurídico dos diplomas como um elemento da crítica diplomática. “Apesar de não ter podido analisar os documentos originais, apenas os fac-símiles, o autor deu um grande impulso ao progresso do método da Diplomática” (Bresslau, 1998, p.38, tradução nossa).

As obras tratadas nesse primeiro momento são aquelas conhecidas como obras do *Ancien Régime*, que não apresentam um estabelecimento de conceitos ou a preocupação com as definições, que marcaram as obras dos séculos seguintes. Com um caráter meramente pragmático, essas obras foram elaboradas por historiadores que faziam parte de ordens religiosas e que buscavam, acima de tudo, defender a honra dos diplomas mantidos em seus arquivos, mesmo que isso implicasse “forçar” uma autenticidade que, às vezes, não existia.

Essa grande preocupação com os documentos de seus arquivos fez também que nessas obras fossem abordados, ora de forma breve, ora exaustiva, as instituições arquivísticas. No entanto, essas obras não estabelecem, em momento algum, as contribuições da Diplomática para uma construção conceitual ou metodológica da Arquivística, o que nos leva a concluir que não houve uma tentativa de aproximação entre as disciplinas, ainda porque a Arquivística era vista como uma técnica que não podia ser colocada no nível da primeira, vista como uma arte crítica, uma ciência.

O que pode ser verificado é que a obra de Fumagalli é a primeira e única, dentre aquelas estudadas aqui, a tratar de “princípios e métodos” de organização dos diplomas, não correspondendo, no entanto, àqueles que serão promulgados mais tarde – como o princípio da proveniência.

Ressalta-se que, embora haja capítulos inteiros dedicados aos arquivos e aos princípios de organização dos documentos, não significa dizer que exista um início das ideias arquivísticas nessas primeiras obras, muito menos uma contribuição da Diplomática. Há uma relação explícita entre documentos de arquivos e a Diplomática, uma vez que os primeiros são e sempre serão objeto de estudo

17. *Commentarii de re diplomatica imperatorum ac regum germanorum inde a Caroli Magni temporibus adornati* (1745-1753); *Commentarii de re diplomatica imperatricum ac reginarum germaniae* (1749).

da disciplina, mas não um aporte teórico ou metodológico da Diplomática à Arquivística ou ao tratamento dos arquivos nesse primeiro momento.

O único motivo para a inserção dos capítulos sobre os arquivos nos tratados do *Ancien Régime* é o fato de o objeto de estudo dos diplomatas encontrar-se inserido nessas instituições. Dedicar um capítulo às instituições arquivísticas e sua importância na Antiguidade tinha o mesmo sentido para o diplomata que escrever um capítulo sobre os elementos externos dos diplomas. Ou seja, a análise das instituições de arquivo fazia parte dos estudos sobre os diplomas, uma vez que era o lugar onde estes se encontravam. Essa é a única razão para a menção dos arquivos e de “princípios” de tratamento nessas obras, e não deve ser confundido com uma tentativa de construir conhecimento arquivístico.

Ao final dessa época, a Diplomática começa a perder seu caráter prático-jurídico, tão forte nos séculos anteriores com as disputas de propriedades da Igreja e de imperadores. A introdução dos estudos diplomáticos nas universidades de Direito e, principalmente, de História começa a mudar o caráter da disciplina, que passa a desenvolver-se como uma ciência auxiliar do historiador, sobretudo na Alemanha e na Áustria do século XIX.

A criação dos institutos de História: um impulso aos estudos das ciências auxiliares

Revoluções sociais, políticas e econômicas marcaram um segundo capítulo na história da Diplomática. As obras escritas nessa época, refletindo o contexto, constituíram uma nova disciplina, cuja preocupação deslocava-se do conteúdo prático-jurídico dos documentos para uma posição privilegiada nos estudos históricos.

Um período foi decisivo na construção da História e de suas ciências auxiliares. Durante o final do século XVIII e meados do XIX, emerge um novo valor de nação, com a consolidação dos Estados nacionais na Europa, marcando um período de grande insatisfação de vários segmentos da sociedade europeia. O descontentamento do povo com as monarquias e os regimes autocráticos, crises econômicas e a falta de representação política da classe média fizeram eclodir revoluções em todo o continente, que buscavam um governo liberal e democrático, com o apoio da burguesia e da nobreza, assim como dos camponeses.

Após a Revolução Francesa, a sociedade assiste ao colapso de antigas instituições e à emergência de outras. Como consequência, os documentos da Idade Média pertencentes às instituições eclesíásticas ou imperiais perdem sua rele-

vância prático-jurídica, uma vez que muitas dessas instituições foram extintas. As consequências dessas mudanças foram sentidas no estudo das ciências auxiliares, principalmente na Diplomática.

Enquanto o período das guerras diplomáticas durou quase até o fim do Império Alemão, na medida em que muitos processos do século XVIII ainda recorriam aos diplomas antigos, sendo necessário por isso discutir sua autenticidade, após a era napoleônica, o *status* jurídico público desses países estava apoiado sobre novos princípios de direito público e internacional, e raramente era necessário recorrer à antiga condição jurídica fixada nos velhos documentos medievais. (Bresslau, 1998, p.39, tradução nossa.)

Os antigos documentos, vistos até então como meios de prova de títulos e direitos de propriedade, passam a ser utilizados para outros fins, encontrando na História uma posição de destaque.

O romantismo, movimento em voga, defendia um sentimento nacionalista, que encontrou fulcro nos estudos dos documentos como as testemunhas mais fiéis do passado, principalmente o medieval. Dessa forma, os arquivos são parte ativa no processo de formação da identidade nacional, ocupando um papel central na historiografia do século XIX.

A abertura dos arquivos ao cidadão e à pesquisa histórica – iniciada na França com a criação dos Archives Nationales, em 1794 – e a descoberta das fontes primárias fizeram do século XIX um marco tanto para a História quanto para as chamadas ciências auxiliares (Paleografia, Diplomática, Arquivística, Heráldica). Os historiadores deslumbraram-se com o mundo que se abria à frente deles, um mundo que podia ser alcançado por meio dos documentos, entendidos como verdadeiras testemunhas imediatas de um passado agora não tão distante.

Baseando-se em uma perspectiva rankiana,¹⁸ os historiadores consideravam os arquivos como os grandes depósitos do passado, e os documentos ali preservados foram considerados fontes privilegiadas e basilares para a pesquisa histórica. Essa visão dos arquivos como lugares privilegiados de pesquisa influenciou uma história positivista, que se baseava em um método crítico e nas ciências auxiliares, o que contribuía para uma visão histórica objetiva do passado, limitando algumas reflexões mais teóricas. Tal visão positivista influencia, consequen-

18. Leopold von Ranke, historiador alemão do século XIX, introduz o método científico na pesquisa histórica e o uso dos documentos enquanto fontes primárias para entender o passado.

temente, as primeiras obras arquivísticas, como o *Manual de arranjo e descrição dos arquivistas holandeses* (Associação dos Arquivistas Holandeses, 1975).

Adiciona-se, ainda, o fato de que muitos mosteiros e dioceses, após as revoluções, tiveram seus documentos distribuídos em arquivos locais e disponibilizados não exatamente para a consulta comum, mas para a pesquisa histórica, e quanto menor relevância jurídica possuíam, mais fácil era consultá-los. Segundo Duchein (1983, p.69, tradução nossa),

em nenhum país – salvo na Suécia, caso único – o direito de acesso aos arquivos estava explicitamente vinculado ao exercício dos direitos democráticos; dito de outra maneira, as leis e os regulamentos foram concebidos para facilitar a investigação de índole histórica e erudita que se baseia nos documentos do passado, mas não para permitir que o cidadão comum conhecesse os procedimentos governamentais e administrativos recentes e atuais.

A abertura e a disponibilização dos documentos fortaleceram, sobretudo, a relação da História com as ciências auxiliares, principalmente com a Diplomática, que, naquele momento, perdia sua importância para a vida prático-jurídica, tornando-se uma ciência cada vez mais teórica, a serviço dos estudos históricos (Bresslau, 1998, p.39).

Na França, a aproximação da Diplomática, da Arquivística e da Paleografia com a História deu-se em 1821, com a criação da *École Nationale des Chartes*, em Paris. A escola, baseada em um projeto de Napoleão, foi fundada por ordem de Luís XVIII, com o objetivo de formar jovens capazes de organizar os depósitos de documentos confiscados na Revolução e renovar a história nacional. Tornou-se, logo, um modelo de escola a ser seguido em toda a Europa na formação de arquivistas-paleógrafos.

Notadamente na Alemanha, que desde o final do século XVII utilizava a análise crítica dos documentos para fins prático-jurídicos – a exemplo de Conring –, o sentimento de nacionalismo e patriotismo proposto pelo movimento leva os estudiosos da época a fundarem sociedades e institutos para a crítica das fontes documentais. Nasceram, então, as sociedades e anais dedicados aos estudos dos documentos antigos – principalmente aqueles ligados à Idade Média. Dentre esses, Bresslau (1998, p.41, tradução nossa) destaca: “Os Anais da História do Império Alemão” (*Jahrbücher der Geschichte des deutschen Reiches*), reunidos por Leopold Ranke e seus alunos, em 1834; e a “Sociedade para o Estudo da Antiga História Alemã” (*Gesellschaft für ältere deutsche Geschichtskunde*), reunida pelo barão von Stein, em 1819. Essa última publicou, em 1872, sob os auspícios de K. Pertz, o primeiro volume de *Diplomata*, obra que continha a edição dos

documentos merovíngios reunidos durante quase cinquenta anos de estudo em arquivos italianos, alemães e franceses.

Em 1831, Johann Friedrich Böhmer (1795-1863) publica *Regesta Chronologico-Diplomatica Karolorum*, uma edição dos documentos imperiais e régios carolíngios de 911 a 1313.

Todo esse movimento de edição e publicação de fontes para o estudo da história da Alemanha, notadamente a partir da criação da Sociedade, foi chamado de *Monumenta Germaniae Historica* (MGH) e, ainda hoje, concentra-se na crítica e edição dos documentos do final do Império Romano até 1500.

Nesse período, a Diplomática continuou a se desenvolver, porém com um caráter menos prático-jurídico – visto durante as *bella diplomatica* – e mais teórico, a favor da História, atingindo, após as revoluções de 1848, o ápice de seu desenvolvimento teórico-metodológico na Áustria.

Ao contrário da Alemanha, que havia tempos já desenvolvia uma pesquisa científica própria, a Áustria comportava um ensino engessado no Império dos Habsburgos e, segundo Härtel (2006, p.854), o método crítico-filológico, desenvolvido na Alemanha já há bastante tempo, não pode firmar-se na Áustria, onde faltam os pressupostos institucionais para um ensino de nível adequado.

A Revolução Austríaca foi um fator decisivo para uma mudança nos rumos dos estudos universitários desenvolvidos até aquele momento, permitindo uma maior concentração da pesquisa em âmbito universitário, com maior liberdade de ensino, aproximando este da pesquisa, assim como uma maior autonomia da História. Essa reforma universitária foi executada por Leo Thun Hohenstein, que contratou professores alemães, baseando-se no sistema de ensino das universidades da Alemanha.

Assim o historicismo pôde entrar na Áustria; mas, nessa sua nova pátria, teve que desenvolver-se com uma conotação mais positiva. A Filosofia da História, por sua vez, não foi considerada um tema, e até 1921 ainda eram disponibilizados apenas manuais de origem alemã. O velho ensino de História geral foi pouco a pouco dividido e, assim, o medievalismo pôde ser ensinado por especialistas. As ciências auxiliares se dividiram, e o que permanece sob essa denominação esteve sempre mais ligado ao medievalismo, e o resultado desse desenvolvimento é visto ainda hoje. (Härtel, 2006, p.856, tradução nossa.)

No entanto, em que pesem os reiterados benefícios trazidos à História pela Revolução nesse período, os historiadores também se viram envolvidos nas tensões e controvérsias do país, principalmente no conflito entre os *Großdeutsch* e os

Kleindeutsch,¹⁹ encontrando, no estudo das ciências auxiliares, uma saída para que pudessem se considerar fora dos conflitos de seu tempo. Segundo Härtel (2006), essa corrente (*trend*) marcou fortemente o estudo da Idade Média na Áustria, contribuindo também para um desenvolvimento nos arquivos.

Nesse contexto de revoluções e reformas, é criado, em Viena, o Institut für Österreichische Geschichtsforschung (IÖG), representando o ápice da “febre arquivística” de um movimento positivista baseado no estudo crítico dos documentos do passado, por meio das ciências auxiliares.

Baseando-se no modelo da École des Chartes, em Paris, o IÖG foi criado em 1854 como uma escola que tinha por objetivo estudar a história austríaca, sendo os estudos das ciências auxiliares da História uma premissa indispensável. Chamado para a direção do instituto, o alemão Theodor von Sickel (1826-1908) logo o transformou em um centro de referência para os estudos das ciências auxiliares, principalmente da Diplomática. Não podendo dedicar-se aos estudos históricos durante doze anos, Sickel voltou-se aos estudos diplomáticos, alcançando um nível jamais visto desde a publicação da obra de Mabillon, “tirando a nossa ciência do ciclo vicioso no qual se movia” (Bresslau, 1998, p.44, tradução nossa).

O IÖG garantiu uma formação especializada útil não apenas para o trabalho nos arquivos, mas também nas bibliotecas e nos museus, e seus alunos (provenientes de todo o império) foram inseridos nas grandes empresas editoriais da época. O instituto vienense, chamado o “Institut” por excelência, transmitiu um tipo e um nível de formação que deram frutos até o final do império, terminado em 1918. (Härtel, 2006, p.857, tradução nossa.)

Os marcos teóricos da Diplomática Moderna: suas obras e contribuições

O historiador Theodor von Sickel é considerado o pai da Diplomática Moderna. Seus estudos sobre os diplomas de reis e imperadores da Alta Idade Média enriqueceram os fundamentos da Diplomática especial e o método da Diplomática geral. Quando foi convidado para ser diretor do Institut em Viena, Sickel já

19. Aderentes da causa *Großdeutsch* defendiam a absorção do Império da Casa de Habsburgo pelo novo Estado Federal Alemão, enquanto o movimento *Kleindeutsch*, que incluía os austríacos, eram contra essa proposta.

havia estudado na École des Chartes e na Scuola di Paleografia, Diplomatica e Archivistica em Milão, onde adquiriu muita experiência no campo dos estudos diplomáticos e paleográficos.

Na posição de diretor do melhor instituto de História da Áustria, Sickel pôde, finalmente, exercer todo o conhecimento adquirido nas escolas francesa e italiana, desenvolvendo um novo método para o estudo das fontes documentais, publicando, entre outras, duas das maiores obras de Diplomática: *Beiträge zur Diplomatik*, de 1861-1882 (publicada em oito volumes), e *Acta regum et imperatorum Karolinorum digesta et enarrata*, de 1867 (com dois volumes).

Desde a publicação da obra de Mabillon, era sabido que, para verificar a autenticidade de um documento, necessitava-se confrontá-lo com outros seguramente originais da mesma época e do mesmo autor e, assim, chegar a um veredito sobre o diploma em questão. O que Sickel propunha era um método para verificar a autenticidade do documento, baseando-se no confronto de escrituras de documentos produzidos pela mesma pessoa (no caso, aqui, do notário).

Ele partiu de uma observação que, depois, ao longo dos anos, formulou de um modo sempre mais claro e preciso [...] assim o confronto de escrituras torna-se o primeiro postulado da Diplomática Moderna e, ao mesmo tempo, o instrumento mais distinto de um conhecimento sem dúvida mais seguro, uma vez que se apoia sobre a evidência imediata da impressão ótica; é possível dizer que dessa forma a Diplomática alcançou o patamar de uma ciência exata. (Bresslau, 1998, p.45, tradução nossa.)

A diferença desse método para aquele de Mabillon consistia no fato de que o confronto de escritura proposto por este limitava-se a demonstrar que o tipo de escritura variava segundo a época, enquanto Sickel propunha o estudo do tipo de escritura variando de notário para notário.

Entre 1873 e 1893, Sickel foi o responsável pela direção de *Diplomata* da *Monumenta Germaniae Historica*, na qual procedeu à edição dos documentos reais de 911 a 1002, totalizando mais ou menos 1.300 diplomas. Essa empreitada permitiu a ele um estudo minucioso de comparação de escrituras e estilos de várias chancelarias. O documento passava, então, a ser examinado de acordo com a relação que possuía com os usos da chancelaria.²⁰

20. Chancelaria é o órgão no qual são elaborados os atos de autoridades públicas e onde se reúnem todas as incumbências que dizem respeito a essa elaboração, ou seja, o recebimento de petições e atos de privados, a coordenação dos atos preparatórios, as minutas e as cópias, autenticação e registro (Paoli, 2010, p.74, tradução nossa).

Uma das obras mais citadas de Sickel, *Acta regum et imperatorum Karolinorum digesta et enarrata*, publicada em 1867, define um importante momento na história do método da Diplomática, principalmente no que tange à partição do diploma para sua análise crítica.

Para escrever sua obra e promulgar um novo método de análise, Sickel reuniu poucos diplomas de um período restrito, de 751 a 840, aplicando, entre eles, o confronto de escrituras. Assim, segundo Schiaparelli (1909, p.9, tradução nossa), “aplicado aos documentos tidos como supostos originais, ele permite, por meio do confronto de escritura, reconhecer a mão ou as mãos que participaram de sua compilação, demonstrando sua originalidade; aplicado às cópias, com o confronto do estilo do ditado, demonstra sua autenticidade”.

Ao aplicar a crítica diplomática a um número restrito de documentos específicos – régios carolíngios entre 751 a 840 – Sickel é considerado, ainda, o pai da Diplomática especial.

O autor é o primeiro a dividir o documento em *texto e protocolo*,²¹ partição e nomenclaturas até então inexistentes na análise diplomática e que, após seus estudos, são considerados as partes principais de qualquer documento diplomático. Segundo Paoli (2010, p.25, tradução nossa),

a nomenclatura foi proposta por ele, primeiramente no livro sobre os documentos carolíngios, e desenvolvida progressivamente por ele mesmo e por outros (principalmente na Alemanha) nos campos diplomático e histórico-jurídico; depois entrou de forma geral na linguagem científica, e acredita-se que permanecerá como algo definitivo, por nos parecer precisos e racionais os princípios sobre os quais se fundamenta.

A declaração de Paoli, feita em 1883, pode ser confirmada ainda hoje. Desde a publicação e a instituição desses termos nos estudos diplomáticos, os documentos têm sido analisados com base na separação de seu texto e protocolo, atestando a universalidade do método proposto por Sickel.

A estrutura da obra de Sickel também é outro ponto de referência para os trabalhos que a seguiram. Até então, como se observou nas seções anteriores, as obras de Diplomática tinham uma estrutura diferente umas das outras e não abordavam somente os elementos da Diplomática, mas também aqueles concernentes às outras disciplinas auxiliares, como a Paleografia e a Sigilografia, muitas vezes dedicando livros ou capítulos inteiros sobre elas, como é o caso de Maillon e Maffei. *Acta regum* não ignora essa parte, mas não se atém a ela com

21. A explicação e definição dos termos serão apresentadas no Capítulo 2.

tanto afinco. Seu foco é o processo de formação e evolução dos documentos carolíngios entre os anos de 751 e 840, aproximando e confrontando atos de naturezas diversas. Para tanto, sua divisão é pragmática e baseada em definições que, pela primeira vez, podem ser vistas como enunciações completas, permeando toda a obra.

As definições apresentadas influenciaram tão substancialmente a literatura europeia da Diplomática que, ainda hoje, o termo *Urkunde*²² é indicado para definir o documento objeto da Diplomática, sem nunca ter sido questionada sua validade no contexto atual.

A obra é dividida em oito partes: 1) “Einleitung” (Introdução), na qual Sickel apresenta as definições centrais da obra como *Acte, Urkunde, Archive, Originale* e a história da Diplomática, se baseando em Papebroch; 2) “Hof und Kanzlei” (Reinos), em que apresenta os reinos cujos documentos serão analisados na obra; 3) “Die Inneren Merkmale der Diplome” (os caracteres intrínsecos dos documentos), na qual define o texto do documento diplomático (*Urkundentexte*), sua forma (*Arenga, Narratio, Dispositio, Inscription*), os protocolos (*Protokoll*) e suas partes (*Invocation, Namen, Titel*); 4) “Die Äusseren Merkamale der Diplome” (os caracteres extrínsecos dos documentos); 5) “Placita” (documento comum na Idade Média); 6) “Zur Kritik der Diplome” (crítica dos diplomas); 7) “Briefe und Capitularien” (cartas e cartulários); e 8) “Erläuterungen zu den Regesten” (notas sobre as *regesta*).

Sickel dedicou-se aos estudos dos documentos carolíngios que estavam inseridos no contexto alemão, deixando de lado uma pesquisa mais atenta à Áustria e seus documentos, contribuindo assim para uma nova estagnação da historiografia do país. Seu trabalho também não incluía os estudos dos documentos privados e, conseqüentemente, afastou a Áustria de tal movimento. Segundo Hartel (2006, p.862, tradução nossa), “somente em 1911, Oswald Redlich publicou sua obra de arte concernente a essa matéria”.

A participação de Sickel na historiografia europeia é marcada por uma ambigüidade de prós e contras, no que tange a sua “estada” em Viena. Ao mesmo tempo que contribuiu para uma renovação do espírito científico na Áustria – por meio de seus ensinamentos e pesquisas como docente de Diplomática no Institut –, não refletia, em seus estudos, um comprometimento com o país, deixando a Áustria carente de uma crítica sobre seus próprios documentos.

22. “Urkunden ist eine Schriftliche, in entsprechende Form gekleidete Erklärung über Gegenstände oder Vorgänge rechtlicher Natur” [testemunho escrito, redigido segundo uma forma determinada – variável com relação ao lugar, à época, à pessoa, ao negócio, sobre fatos de natureza jurídica] (Sickel, 1867, p.2, tradução nossa).

Contudo, em que pesem as implicações causadas por essa falta de comprometimento com os documentos históricos austríacos, é importante destacar que a contribuição de Sickel para o desenvolvimento de uma disciplina contemporânea pôde ser absorvida por todos aqueles que o seguiram e, conseqüentemente, aperfeiçoaram seu método de análise. Dentre eles, destacam-se principalmente dois nomes: Julius Ficker, diretor do Instituto de Innsbruck, e Harry Bresslau.

Se a Diplomática deve a Sickel a introdução de nomenclaturas-chave para a análise crítica do documento, a Julius Ficker (1826-1902) deve a distinção entre o momento da ação (*actio*) e o momento da criação do documento (*conscriptio*). Contemporâneo a Sickel, Ficker, que estudava a história do Direito e das instituições com base nas fontes documentais, via a Diplomática como uma disciplina a serviço do historiador.

Encarregado, após a morte de Böhmer, de continuar a edição dos documentos imperiais e régios carolíngios, Ficker, ao estudar os documentos, deparou-se com várias contradições entre a data de criação do negócio jurídico (*actum*) e a data de sua redação (*datum*), o que o levou à criação de um sistema que preconizava o estudo da gênese do ato e de sua redação. Segundo Bresslau (1998, p.43, tradução nossa), ele estudou o processo de formação dos documentos separadamente em suas fases e fatores, e destruiu a lenda da ordem perfeita na produção dos documentos medievais, “demonstrando que uma série de irregularidades presentes nos documentos isolados poderia ser mais bem explicada estudando a história de sua formação, em vez de supor, como até então acontecia, um erro de tradição ou uma falsificação”.

O documento diplomático, entendido aqui segundo a definição de *Urkunde* proposta por Sickel, pode ser entendido como um sistema composto de elementos, intrinsecamente relacionados, essenciais a sua forma e a sua formação. Os protocolos funcionam como uma moldura, protegendo o teor gravado na tela que possui um fato de natureza jurídica. Esse teor ou conteúdo jurídico tem o objetivo de provar a existência de um acontecimento específico, relacionado com as pessoas envolvidas no ato jurídico.

No entanto, deve-se ter claro que há toda uma preparação para que o documento possa estar perfeito e pronto para provar algo. De acordo com Paoli (2010, p.58, tradução nossa), “não podemos entender o que é um documento sem antes saber como ele se tornou documento”. Esse estudo, proposto pela primeira vez por Ficker, marca uma evolução da Diplomática enquanto disciplina analítica, que passa a estudar o documento como um sistema complexo de elementos-chave, podendo ser analisados com base na relação que estabeleceram entre si.

Antes de Ficker, o documento que apresentasse alguma irregularidade em sua redação, uma data incorretamente escrita, por exemplo, era imediatamente

considerado uma falsificação. Sua análise era descartada, e nenhum estudo crítico era realizado. Observando a importância do estudo da gênese documental – ou seja, do tornar-se documento –, Ficker propôs que os documentos fossem analisados com base em outros do mesmo autor ou chancelaria, por meio de um estudo crítico sobre o momento da ação e de sua redação para o suporte material. A partir de então, não se tratava apenas de analisar comparativamente os documentos provenientes da mesma fonte, mas, sim, de estudar todos os passos vividos pela ação antes de ela se tornar um documento. Instaure-se, portanto, pela primeira vez, o estudo do contexto jurídico no qual a ação que dará origem ao documento foi gerada além da relação desta com os outros elementos essenciais à formação do documento, ou seja, as pessoas que fazem parte dessa ação e a forma documental.

Nesse sentido, o estudo da gênese documental divide-se em dois momentos: ação e documentação.²³ Ambos podem ser considerados procedimentos diferentes ou integrados, ocorrendo em momentos concomitantes ou distintos, ou seja,

a ação pode ter conseguido sua plena eficácia antes de ser registrada no documento, ou pode ser cumprida por meio deste. No primeiro caso, ação e documentação constituem dois fatos distintos, e correspondem a dois momentos diversos; no segundo, uma e outra se confundem em um só momento histórico. (Paoli, 2010, p.57, tradução nossa.)

Os momentos da ação e da documentação coincidem quando se tem, por exemplo, um documento dispositivo. Nesse caso, a documentação precede a ação e ambas permanecem intrinsecamente ligadas, sendo esse documento, segundo Paoli (2010), princípio e fim da ação jurídica. Ao contrário, *actio* e *conscriptio* podem ser considerados dois procedimentos distintos quando se tem um documento testemunhal ou probatório, ou seja, a ação precede a documentação e é válida e completa por si só, sendo sua passagem para a *conscriptio* um meio de afirmar e provar o fato ocorrido, ou simplesmente eternizá-lo.

A Diplomática deu um grande salto em direção às disciplinas modernas graças à junção dos métodos de Sickel e Ficker, que passaram a ser estudados e aplicados rapidamente em toda a Europa. Seus métodos proporcionaram uma maior segurança no momento da análise do documento – principalmente no que

23. Os termos *actio* e *conscriptio* foram utilizados por Ficker em sua obra mais importante, *Beiträge zur Urkundenlehre* (1861-1882), enquanto Duranti (1990a), em uma abordagem mais contemporânea dos termos, preferiu chamá-los *momento da ação* e *momento da documentação*.

tange ao estudo da forma e de seus elementos –, graças à partição em texto e ao protocolo de Sickel, e do contexto jurídico no qual teve início a ação que o originou, como propôs Ficker. De acordo com Duranti (1990a, p.10),

esses diplomatas racionalizaram, formalizaram e universalizaram a criação do documento ao identificar nele os elementos relevantes, estendendo sua relevância no tempo e espaço, eliminando as particularidades e relacionando cada um dos elementos aos seus objetivos finais. Os elementos identificados foram o sistema jurídico, que constitui o contexto necessário de criação do documento; o ato, sua causa determinante; as pessoas, seus agentes e fatores; os procedimentos, que guiam seu curso; e a forma documental, que permite que a criação do documento atinja seu propósito ao englobar todos os elementos relevantes, mostrando suas relações.

Baseando-se nos estudos dos alemães e austríacos, em 1889, Harry Bresslau (1848-1926), historiador e diplomata alemão, publicou a maior e melhor obra escrita em alemão sobre o estudo dos documentos diplomáticos de Alemanha e Itália. *Handbuch der Urkundenlehre für Deutschland und Italien* [Manual de Diplomática para Alemanha e Itália] é uma obra completa sobre a Diplomática geral, com foco nos estudos dos documentos medievais de ambos os países.

Sofrendo uma influência direta dos estudos de Sickel e Ficker, a obra de Bresslau é a primeira com um histórico detalhado sobre as origens da Diplomática, assim como seus principais colaboradores, fornecendo um material rico aos historiadores e diplomatas sobre os documentos régios e pontifícios.

A obra divide-se em dois volumes: o primeiro apresenta as noções básicas da Diplomática, como seu histórico e a partição e tradição do documento diplomático, além de um capítulo sobre os arquivos e sua importância; o segundo trata especificamente da gênese documental e dos elementos internos e externos dos documentos, como os tipos de escrita e selos.

A grande contribuição de Bresslau reside na composição de uma obra geral, que engloba todos os aspectos do estudo dos diplomas, desde Papebroch até Ficker, utilizada até hoje como um guia completo para os estudos dos diplomas. Por seu conteúdo geral e ao mesmo tempo específico, influenciou os estudos diplomáticos da Scuola di Paleografia e Diplomatica di Milano e da École des Chartes, em Paris.

Assim como na Áustria, onde a criação do Institut tornou possível o aprofundamento dos estudos dos diplomas, na França, a criação da École des Chartes pode ser considerada o início dos estudos diplomáticos modernos.

Inspiração para a criação do Institut, a escola francesa, em meio a conflitos e revoluções, permaneceu sem se destacar durante um tempo considerável, deixando para alemães e austríacos todo o mérito da construção de uma Diplomática moderna. Durante esse período, alguns trabalhos foram publicados, não agregando, porém, um valor muito significativo para a construção de um método novo. Dentre eles, destaca-se *Éléments de paléographie*, de Natalis de Wailly, publicado em 1838, considerado a obra mais ampla publicada na época, mas que se limitava apenas a reproduzir resumidamente aquilo que já se dissera na obra de Toustain e Tassin sobre Diplomática.

Segundo Bresslau (1998) e Bouïard (1929), somente após a publicação dos trabalhos de Leopold Delisle (1856, 1857), a *École des Chartes* começou a se destacar nos estudos diplomáticos. Influenciados pela escola austríaca, mais precisamente por Ficker, Sickel e Bresslau, os estudiosos da escola francesa começaram a publicar trabalhos mais inovadores, rompendo com o modelo da escola dos mauristas, que até então dominava as publicações sobre os diplomas.

Nesse contexto, é publicado, em 1893, *Manuel de Diplomatie*, de Arthur Giry (1848-1899), considerada a mais importante obra de Diplomática da época na França, uma vez que se desligava do modelo até então seguido no país, contendo os novos elementos da Diplomática Moderna, como a partição do documento segundo o método de Sickel.

O *Manuel de Diplomatie* é dividido em sete livros: (I) “Préliminaires de la Diplomatie”; (II) “Chronologies technique”; (III) “Éléments critiques de la teneur des chartes”; (IV) “Parties constitutives des chartes”; (V) “Les chancelleries”; (VI) “Les actes privés”; e (VII) “Les documents faux”. Embora ainda com muitos elementos de Paleografia, representou o ponto inicial, na França, para a renovação da Diplomática. Sua estrutura acompanha aquelas dos tratados do Antigo Regime, mas seu conteúdo traz algo novo: o reconhecimento de um método capaz de dividir e compreender o emaranhado de elementos que formam um documento.

Quando estudamos as séries de documentos, emanados de chancelarias e jurisdições diferentes, quando os comparamos àqueles que se encontram em diversos formulários, chegamos à conclusão de que esses documentos não são mais uma composição análoga. Nós encontramos em qualquer um deles, sob formas bem variadas, as mesmas partes. Dessas partes, podemos destacar que algumas são essenciais, encontradas em todos os documentos, sem exceção, enquanto outras só existem em documentos que estão cercados de certa solenidade. Todas variam de forma e estilo, de acordo com o tempo, a proveniência e a natureza das peças; elas não se apresentam em uma ordem invariável e estão, às vezes, entrelaçadas,

mas a análise do teor de um documento nos permitirá sempre reconhecê-las e distingui-las. (Giry, 1893, p.527, tradução nossa.)

Não por acaso, a obra foi mais bem aceita primeiramente na Alemanha. Os franceses, a princípio ocupados e engessados com a Diplomática dos tratados do Antigo Regime, relutaram em aceitar o trabalho de Giry. Somente após sua aceitação pelos alemães, a obra foi publicada na França e teve sua importância reconhecida, juntamente com outras do mesmo porte.

Os estudos diplomáticos italianos também sofreram uma grande influência da escola austro-alemã, encontrando em Cesare Paoli (1840-1902) seu maior representante. Aluno e depois professor da Escola de Paleografia e Diplomática do Arquivo de Florença, Paoli publicou primeiramente *Programma scolastico di Paleografia latina e di Diplomatica* (1898), que, futuramente, comporia a obra fundamental do autor: *Diplomatica* (1898-1899).

Dividida em sete partes, a obra é baseada nos estudos anteriores de Paoli, publicados separadamente em revistas diversas, e, embora o foco dos estudos do autor tenham sido os documentos medievais italianos, o trabalho pode ser visto como uma obra de Diplomática geral. Sua estrutura divide-se em: (I) “Definizioni e nozioni generali”; (II) “Preparazione e fattura dei documenti”; (III) “Testo dei documenti”; (IV) “Protocollo dei documenti”; (V) “Datazione dei documenti”; (VI) “Caratteri estrinseci dei documenti”; e (VII) “Tradizione e conservazione dei documenti”.

Trata-se do primeiro manual de Diplomática Moderna da Itália que, assim como a obra de Giry, apresenta os elementos clássicos dos manuais do Antigo Regime, mas agrega, agora, o conhecimento da gênese do documento e as definições apresentadas por Sickel, Ficker e Bresslau, demonstrando – aqui também – a grande influência desses para a construção de uma disciplina moderna global.

As implicações da Diplomática Moderna para os arquivos

As obras escritas nesse segundo momento, ao contrário dos tratados do Antigo Regime, não se atêm aos arquivos e suas instituições. Os documentos mantidos nos arquivos continuam a ser o objeto de estudo mais fiel para compreender os fatos do passado; mas, agora, os diplomatas não veem mais razão para dedicarem capítulos inteiros às instituições de arquivo.

Mabillon, Tassin e Toustain, Fumagalli e Maffei foram muito explícitos em suas obras ao tratar o *diploma* como objeto da crítica diplomática, dedicando capítulos inteiros às instituições arquivísticas que alojavam esses documentos. Ao

contrário, nas obras de Sickel, Ficker, Bresslau, Giry e Paoli não há uma preocupação em caracterizar os arquivos – embora alguns deles tenham escrito, sem aprofundamento, algo sobre o assunto –, visto que esse não é o objetivo da Diplomática Moderna.

A abertura dos arquivos aos estudos históricos compreende uma fase decisiva para o progresso das ciências auxiliares da História, sobretudo para a Diplomática. A Arquivística, considerada uma técnica para organizar os arquivos, teve sua importância reduzida à medida que se optava por uma organização temática dos documentos nas grandes e importantes instituições arquivísticas europeias.

A exploração dos documentos de arquivo, enquanto fontes para conhecer o passado, representou, ainda, um retrocesso na organização arquivística, que, até então, respeitava, mesmo que timidamente, a relação dos documentos com seu órgão produtor. Buscando facilitar a pesquisa histórica, os documentos foram reordenados e reorganizados com base em uma classificação temática, causando caos nos arquivos e criando pilhas de documentos completamente desorganizados. Esse problema só seria resolvido em 1841, com a promulgação do primeiro e mais importante princípio arquivístico, o da proveniência.²⁴

Nesse contexto, uma dramática mudança pôde ser observada no âmbito dos próprios arquivos, que passaram de meios administrativos para a administração e documentação de atividades jurídicas – como ainda o eram em 1700 – para simples depósitos do passado, o que contribuiu, em grande parte, para um atraso na formação da Arquivística enquanto uma disciplina com princípios e métodos próprios. Segundo Auer (2006, p.671, tradução nossa), “é importante dizer que os arquivos desempenham um papel importante não apenas na constituição da História do século XIX, mas também no desenvolvimento das ciências auxiliares, oferecendo uma vasta gama de material comparativo em âmbito paleográfico, diplomático e heráldico”.

Os estudos dos diplomatas modernos baseavam-se nesse material e foram, conseqüentemente, aplicados a ele. No entanto, não houve uma preocupação em teorizá-los, muito menos em organizá-los ou estabelecer princípios. O foco, naquele momento, era outro.

24. Atribui-se a Natalis de Wally a enunciação do princípio da proveniência em uma ordem de serviço francesa de 1841. O princípio consiste em “deixar agrupados, sem misturar a outros, os arquivos (documentos de qualquer natureza) provenientes de uma administração, de um estabelecimento ou de uma pessoa física ou jurídica determinada: o que se chama de *fundo* de arquivo dessa administração, desse estabelecimento ou dessa pessoa” (Duchein, 1983, p.64, tradução nossa).

Destaca-se, também nessa segunda fase, uma relação explícita da Diplomática com os documentos de arquivo, o que não caracteriza uma aproximação da Diplomática com a Arquivística. Embora mais próximos dos documentos de arquivo, os historiadores e diplomatas estavam mais afastados de uma preocupação em estabelecer definições e métodos para sua organização. O que se estabeleceu foi uma relação com os documentos na sua individualidade e não na sua organicidade.

Pode-se dizer que a promulgação do princípio da proveniência, em 1841, e a publicação do primeiro manual arquivístico – *Manual dos arquivistas holandeses* –, em 1898, foram dois fatores-chave para a mudança de conteúdo nas obras da Diplomática Moderna. Uma vez que princípios são promulgados e manuais específicos de Arquivística são publicados, nota-se um abandono por parte dos diplomatas modernos do estudo das instituições arquivísticas, pois não havia mais necessidade de abordá-las sumariamente em suas obras, visto que, a partir daquele momento, isso poderia ser feito de maneira exaustiva nos manuais específicos da área.

A Diplomática Moderna contribuiu para a fixação de um método analítico crítico, baseado na gênese e no estudo da forma documental, transformando a Diplomática Clássica em uma ciência “exata”. Os diplomatas alemães são os responsáveis por esse feito e os franceses e italianos têm uma boa dose de participação em todo o processo. No entanto, a Arquivística não pode agradecer-lhes nesse segundo momento, uma vez que não há nessas obras nada que sustente a construção de uma teoria ou método de organização arquivística.

Conclui-se, portanto, que a Diplomática, nesse segundo momento, desenvolve-se paralelamente aos estudos da História, caracterizando uma relação de dependência, uma vez que o método histórico baseava-se na análise crítica do documento proposta pela Diplomática. Embora a História utilizasse métodos e definições de outras “ciências auxiliares” para realizar seu trabalho, sua relação com a Diplomática pode ser caracterizada como “monogâmica”, o que contribuiu para uma limitação da Diplomática ao campo dos documentos históricos medievais e, conseqüentemente, seu afastamento de outras disciplinas e/ou técnicas, como a Arquivística, a Paleografia e a Sigilografia, nesse segundo momento.

O contato com a Arquivística só seria retomado alguns anos depois, na França, onde se inicia um período de fértil colaboração entre ambas as disciplinas, caracterizando, pela primeira vez, um aporte metodológico diplomático para a constituição da Arquivística Contemporânea.

No capítulo seguinte, serão analisados os marcos teóricos apresentados neste capítulo, para melhor se compreender como a Diplomática, suas definições e seus elementos conceituais se constituem.

2

DIPLOMÁTICA CLÁSSICA E MODERNA: ELEMENTOS CONCEITUAIS E ANÁLISE COMPARATIVA

No primeiro capítulo, foram mostradas e caracterizadas as obras de Diplomática publicadas entre os séculos XVII e XIX por meio de uma apresentação que nos permite compreender o momento no qual foram estabelecidas as definições e os elementos conceituais a serem apresentados neste segundo capítulo.

Estudar os elementos conceituais significa adentrar as características da Diplomática em sua forma mais profunda e acompanhar seu devir enquanto arte crítica dos documentos. Para tanto, os elementos analisados são aqueles que caracterizam a Diplomática enquanto tal, ou seja: seu objeto – o documento diplomático – e sua forma, as pessoas que participam da formação do negócio jurídico que dará origem ao documento, a distinção entre documento público e privado, além da tradição documental.

O presente capítulo divide-se em cinco seções: “O documento nas obras de Diplomática”, que aborda as definições de documento para a Diplomática nos tratados do Antigo Regime e nos manuais modernos; “A forma do documento e o desenvolvimento da crítica diplomática”, a qual apresenta os elementos formais – internos e externos – dos documentos e um quadro comparativo da crítica diplomática entre os autores estudados; “O sujeito na Diplomática e a distinção entre público e privado”, apresentando as três pessoas necessárias para a confecção de um documento – autor, destinatário e escritor –, assim como as definições de documento público e privado; “Tradição documental”, trazendo dois quadros comparativos das definições que compõem a tradição do documento – minuta, original e cópia –, e, como consequência, o estabelecimento das definições de autêntico/falso, propostos por Tassin e Toustain, Bresslau e Paoli; e

“Definindo a Diplomática entre os séculos XVII e XIX”, que apresenta algumas definições da Diplomática e de seu objeto.

Nesse contexto, apresentam-se, a seguir, os elementos conceituais da Diplomática com base em uma análise comparativa de suas obras mais significativas, permitindo verificar possíveis variações e, conseqüentemente, seu devir enquanto arte crítica, processo essencial para o entendimento de sua epistemologia.

O documento nas obras de Diplomática: a construção de um objeto

Documento pode ser entendido como qualquer coisa que informa, testemunha, prova. No âmbito das chamadas ciências documentais, esse documento é, necessariamente, o registro escrito destinado a provar um fato. Porém, em um sentido estritamente diplomático, a palavra documento tem um significado mais preciso e pode ser aplicada apenas “aos escritos que possuem uma característica histórico-jurídica fundamentada em forma e tempo convenientes” (Paoli, 2010, p.18, tradução nossa).

A palavra *diploma* (dobrado ou pregado) tem suas origens no verbo grego *diploō* (dobrar ou pregar). Na Antiguidade Clássica, os documentos eram escritos sobre duas tábuas de madeira que podiam ser dobradas, formando, assim, os *dípticos*. Naquela época, a palavra era usada para designar os documentos produzidos por autoridades soberanas e forneciam privilégios de cidadania e matrimônio a soldados. Com o passar do tempo, foi estendida a todos os documentos emitidos de forma solene, e sua adaptação deu origem à palavra *Diplomática*, utilizada por Mabillon para referir-se à arte crítica dos diplomas.

Nos tratados do Antigo Regime, diploma é sinônimo de documento, assim como instrumento, testemunho, testamento, epístola, privilégio, bula, monumento. Esses documentos, emanados por autoridades, eram destinados a provar privilégios e direitos e possuíam uma forma específica, carregada de elementos que lhe conferiam tal solenidade e fé pública.

Para Tassin e Toustain (1750-1765, p.233, tradução nossa, grifo nosso), os documentos são

os títulos contidos nos arquivos sob o nome genérico de diplomas, cartas, instrumentos, memórias, papéis, escrituras, bulas, peças, cédulas, rolos, testamentos, privilégios, editais, constituições, tratados, contratos, breves, procedimentos, registros, avais, enquetes, cartulários, inventários, notícias. Adicionam-se a

esses aqueles *libelli, tabule, indiculi, tituli, autoritates, pagine, munimina, chirographa, authentica*.

Embora defina os diplomas ou instrumentos como o objeto da Diplomática, Mabillon, em sua obra, não se preocupa em explicar os termos, ficando subentendido que a Diplomática limitava-se ao estudo dos documentos em seu sentido mais restrito, qual seja, instrumentos autênticos e atos solenes do poder exercido pelos soberanos. Esses instrumentos dividiam-se em quatro gêneros principais: documentos eclesiásticos (*chartes ecclésiastiques*), diplomas reais (*diplomes royaux*), documentos públicos (*actes publics*) e documentos privados (*cédoules privées*). No entanto, esses gêneros foram subdivididos e explicados exaustivamente apenas no *Nouveau traité de Diplomatie*, o que levou alguns autores contemporâneos, entre eles Bautier (1961), a acreditar que a não definição da palavra *diploma* por Mabillon tenha desencadeado um mal-entendido nas obras subsequentes, que perdurou dois séculos, restringindo a crítica diplomática aos atos e documentos gerados apenas por autoridades soberanas, pelos reis ou pela Igreja.

Muitas vezes, o objeto de estudo dos diplomatas confundia-se com o objeto de estudo do arquivista, visto que os diplomas eram preservados nos arquivos públicos ou de ordens religiosas. Por arquivos, os beneditinos entendiam igualmente

os títulos antigos e o lugar que os contém. Esses títulos não são limitados apenas aos originais: aqui estão compreendidas também as cópias, estejam elas munidas de autoridade pública ou não. Os cartulários também fazem parte dos arquivos, ou como originais ou como cópias autênticas, ou como monumentos capazes de lançar luz sobre a história dos tempos mais remotos e sobre os direitos ou pretensões em litígio. (Tassin; Toustain, 1750-1765, p.87, tradução nossa.)

A citação ilustra a seguinte conclusão: nem todos os documentos preservados nos arquivos eram diplomáticos, mas todos os documentos diplomáticos eram arquivísticos. É sabido que os documentos de arquivo são aqueles produzidos em decorrência de uma atividade específica e que são preservados para fins de prova e testemunho histórico. No entanto, naquele momento, para serem considerados passíveis de análise pela Diplomática, eles deveriam estar dotados de uma forma específica que lhes garantisse solenidade necessária, ou seja, deveriam estar compreendidos entre os quatro gêneros principais de documento propostos pelos beneditinos.

A relação entre os documentos diplomáticos e as instituições arquivísticas, e a não definição de “diploma” por Mabillon, leva muitos a acreditar que, ao escrever sobre arquivos em sua obra, ele estivesse identificando todas as peças de arquivo como o objeto da Diplomática, e não o contrário. Na realidade, como ocorria em todas as obras da época, era importante que o autor dedicasse um capítulo ou mesmo um parágrafo da obra aos arquivos, visto que era a instituição que aloca e reunia os diplomas e que, nesse período, ainda eram raros os manuais que tratassem especificamente dos arquivos. Nesse sentido, era quase uma obrigação moral e introdutória tratar dos arquivos nas obras de Diplomática, o que não significava, necessariamente, um aporte teórico e metodológico da Diplomática aos documentos de arquivo ou à Arquivística, como presumiram alguns autores (Fonseca, 2005; Duranti, 1989).

Seguindo a mesma linha teórica de seu antecessor, os beneditinos Tassin e Toustain, definiram o diploma como o objeto da Diplomática, mas, dessa vez, tiveram o cuidado de explicá-lo e dividi-lo em subgêneros. Para os autores,

os diplomas são os testemunhos mais incorruptíveis do direito humano. Eles corrigem inquestionavelmente a incerteza das datas, quando estas são obscuras devido às expressões ambíguas de certos historiadores. Eles descobrem a real situação das cidades antigas, suas revoluções, seus destinos. Por meio dos documentos, conhecem-se os imperadores, os reis, os príncipes, os duques, os condes, os grandes oficiais; distinguimos a árvore genealógica das ilustres famílias, seus galhos, seus títulos de honra, os brasões. (Tassin; Toustain, 1750-1765, p.1, tradução nossa.)

“Portador das grandes verdades do mundo”. Assim pode ser interpretada a definição de diploma dada pelos beneditinos. Esse poder conferido aos diplomas justifica a intenção de estabelecer um método analítico crítico para verificar sua autenticidade, segundo o ponto de vista dos autores. Para Tassin e Toustain, os diplomas são superiores porque são dotados de uma solenidade, muitas vezes não encontrada em outros “monumentos” ou documentos históricos (aqui entendem-se, também, outros documentos arquivísticos). Tal solenidade confere aos diplomas as características de autêntico e de autoridade, necessárias para que se possa proceder à análise diplomática.

Para os italianos Maffei e Fumagalli, são sinônimos de documento: instrumentos, atos, testamentos, contratos, cartas, epístolas, monumentos e diplomas, estes definidos pelo primeiro autor como “as cartas mais nobres, que contêm graça e concessões de quem goza de autoridade suprema” (Maffei, 1727, p.16,

tradução nossa). Essas “definições” estão, claramente, ligadas àquela dos beneditinos e, portanto, é possível observar uma estagnação da arte crítica dos documentos, nesse primeiro momento, pelo menos no que tange à definição de um objeto de estudo.

É importante destacar, ainda, que todos os tratados do Antigo Regime limitavam seus estudos aos documentos históricos, a maioria deles carolíngios e merovíngios, apresentando um tratado geral de Diplomática, ainda que, muitas vezes, tratassem de épocas e diplomas específicos.

Em meados do século XIX, com as obras de Diplomática Moderna, começa-se a definir mais claramente o objeto de estudo da Diplomática, o *documento diplomático*, e destaca-se um aperfeiçoamento de sua crítica geral e especial, marcando um período de evolução da área, até então estagnada nos moldes da Diplomática Clássica.

Em 1867, é cunhada, pela primeira vez, a definição de documento, entendido como o objeto de estudo da Diplomática, segundo a palavra alemã *Urkunde*, ou seja, um “testemunho escrito, redigido segundo uma forma determinada – variável com relação ao lugar, à época, à pessoa, ao negócio, sobre fatos de natureza jurídica” (Sickel, 1867, p.2, tradução nossa).

A definição de Sickel, rapidamente aceita em toda a Europa, restringe a análise diplomática aos documentos criados em decorrência de um fato de natureza jurídica – excluindo, portanto, todos os documentos que não possuem tal natureza, como alguns documentos de arquivo –, aceitando-se somente aqueles que possuem uma forma determinada, ou seja, uma forma que condiz com seu conteúdo jurídico, capaz de dar ao documento fé pública e valor de prova. Sickel influencia todas as definições de documento (*Urkunde*, em alemão; *acte*, em francês) que lhe foram posteriores, confirmando a importância e a necessidade do estabelecimento de definições na Diplomática Moderna.

Em seguida, Ficker (1877, p.60, tradução nossa) define documento como “todo testemunho escrito sob o cumprimento de formas determinadas que lhe são próprias para atestar e atribuir força probatória”,¹ não abordando, porém, a importância de se ter um fato de natureza jurídica, como o faz Sickel.

Em 1889, Bresslau (1998, p.7, tradução nossa) define documentos diplomáticos como “(*Urkunden*) declarações escritas segundo formas determinadas,

1. “Wir nennen Urkunde jedes schriftliche Zeugniß, welches unter Einhaltung bestimmter Formen abgegeben ist, die dazu geeignet sind, dasselbe zu beglaubigen, ihm Beweiskraft zu verleihen” (Ficker, 1877, p.60).

mesmo que variáveis com relação à pessoa, ao lugar, ao tempo, ou ao objetivo, destinadas a servir como testemunho de fatos de natureza jurídica”.²

Ao contrário de Sickel, Bresslau não atenta para a questão da prova em sua acepção. Segundo ele (1998, p.7, tradução nossa), “para tal definição, há pouco valor o fato de um escrito ter que servir como meio de prova ou não: existem inúmeros documentos privados de qualquer força de prova”. O autor destaca ainda o estudo dos documentos que não foram criados para atestar um fato de natureza jurídica, mas que, de alguma forma, contribuem para isso.

Pertencem à categoria de documento não apenas os escritos destinados a dar conta da conclusão de um negócio jurídico, mas também aqueles derivados das relações entre pessoas, que dispõem, preparam, iniciam um negócio jurídico ou se referem a ele. Esses escritos, entram na categoria dos atos (*Akten*), e só serão analisados se influenciaram, de alguma forma, a execução do negócio jurídico. (Ibidem, p.8, tradução nossa.)

Na Itália, a definição de documento diplomático de Sickel é propagada nos estudos de Cesare Paoli (2010, p.18, tradução nossa), que o determina como “testemunho escrito de um fato de natureza jurídica, compilado segundo a observância de certas formas determinadas, as quais são destinadas a dar-lhe fé e força de prova”.

Na França, a influência da escola austro-alemã se confirma na obra *Manuel de Diplomatie*, de 1893, quando Arthur Giry atenta para o duplo uso da palavra diploma, significando ora documento diplomático, ora documento solene. Para o autor (p.8, tradução nossa),

a palavra *diplome* tem, geralmente, nas obras mais eruditas, uma dupla acepção, uma genérica que tendemos a substituir pela expressão fontes ou documentos diplomáticos, e outra restrita, para designar alguns documentos particularmente solenes de soberanos e grandes personagens, grandes personalidades ou grandes feudatários.

Para evitar a confusão dos significados do termo *diploma*, Giry propõe o uso da palavra *acte*, para definir o documento diplomático, entendido por ele de acordo com a concepção de Sickel.

2. “Conformemente all’esposizione che seguirà chiamiamo documenti (*Urkunden*) le dichiarazioni scritte secondo forme determinate, anche se variabili in relazione alla persona, al luogo, al tempo e all’oggetto, destinate a servire come testimonianze di fatti di natura giuridica” (Bresslau, 1988, p.7).

Ainda no campo das definições de documento diplomático, os diplomatas distinguiram duas categorias de documentos: documentos probatórios e documentos dispositivos. Segundo Paoli (2010, p.19, tradução nossa),

ou o documento está a simplesmente atestar um fato jurídico, já completo, perfeito e plenamente válido antes da documentação; ou é o próprio documento que dá cumprimento e validade à ação, permanecendo depois como testemunho autêntico da mesma, e título e fundamento das consequências que o geraram. Têm-se, assim, duas qualidades de documentos: *documentos de prova* e *documentos dispositivos*, que se diferenciam também na forma e que, segundo a nomenclatura de Brunner, chamam-se *Notitiae* os primeiros e *Chartae* os segundos.

As definições de Sickel e Bresslau são, sem dúvida, as mais importantes no momento de construção de uma Diplomática Moderna. O primeiro estabelece e define elementos-chave para a compreensão de um documento diplomático, como o estudo de sua forma e sua natureza jurídica. O segundo, em menos de vinte anos, consegue expandir a definição proposta por Sickel, ao incluir documentos que não precisavam, necessariamente, ter natureza jurídica ou função probatória, permitindo o estudo de outros documentos até então ignorados nos tratados do Antigo Regime e nos manuais modernos.

No entanto, e em que pesem as diferenças nas definições de documento diplomático propostas pelos autores, um ponto em comum pode ser observado em todas elas: a importância do estudo da forma documental.

A forma do documento e o desenvolvimento da crítica diplomática: o aperfeiçoamento do método

Distinguir os documentos (*Urkunde, acte*) falsos dos verdadeiros sempre foi o objetivo maior da Diplomática e a razão da grande maioria de seus estudos. Tanto os diplomatas clássicos quanto os modernos tinham como objetivo analisar os documentos que serviam de testemunho para a verificação de fatos, ora com um objetivo prático-jurídico, ora com um objetivo de contar os fatos passados em uma perspectiva historiográfica. No entanto, para fazê-lo, ou seja, para avaliar o documento como autêntico ou falso faz-se necessário, primeiramente, o estudo de sua forma.

Nesse contexto, podemos entender a Diplomática como uma arte crítica, que busca, por meio da compreensão da forma documental, discernir a autenticidade e/ou falsidade do documento. Logo, a Diplomática é a arte que estuda a essência do documento, ou seja, sua forma.

O ato de dar uma forma específica a um determinado negócio jurídico tem suas origens na Antiguidade, com o Código de Justiniano, ligado, principalmente, às atividades entre os privados. Naquela época, era necessário disciplinar o negócio jurídico, para que pudesse ser reconhecido por ambas as partes, evitando, assim, uma disputa entre elas. Segundo Crescenzi (2005, p.57), desde então, o negócio jurídico é sustentado por três pilares: a *vontade*, que dá conteúdo ao consenso; a *causa*, ou seja, um objetivo perseguido por meio desse negócio e que será validado positivamente pela comunidade; e a *forma*, a exteriorização com fins ao efetivo reconhecimento. Nesse sentido, os três pilares contribuem para a formação do negócio jurídico.

Especificamente no tocante ao terceiro pilar, a forma, pode-se dizer que esta estrutura o documento, ou seja, fornece os elementos necessários e as regras de composição para que um determinado negócio jurídico possa ser reconhecido como idôneo para a atuação de sua função. Assim, o documento diplomático terá a mesma forma quando houver a mesma problemática jurídica. Essa forma será determinada por regras estabelecidas pelo Direito. Segundo Dumas (1932, p.82, tradução nossa),

Essas regras determinam os modelos aos quais os atos devem se conformar. Elas agem principalmente sobre o teor, propondo ao redator os termos técnicos, as expressões ou frases já feitas, os tipos de composição fornecidos por meio dos formulários. Elas ordenam também todo o aspecto exterior, determinam rigorosamente o tipo de suporte material da escritura, a tinta, a própria escritura, o modo de inserir os sinais de validação.

Ainda segundo o autor, a forma dos atos é tudo aquilo que é condicionado por regras. Essas regras determinam os elementos intrínsecos e extrínsecos do documento, ou seja, o texto propriamente dito, os caracteres aplicados aos documentos, que lhes conferem força probatória, assim como os meios para redigi-lo.

O método diplomático proposto por Mabillon consistia em analisar as partes internas e externas do documento (seus elementos) inserido em uma série cronológica ou em um conjunto específico de documentos de uma determinada época ou lugar. Seus elementos eram confrontados e analisados com base em um contexto preestabelecido. Para tanto, Mabillon (1681, p.41) definiu-os como caracteres intrínsecos e extrínsecos, descrevendo os primeiros como o conteúdo do documento que abrange, por sua vez, o estilo, o texto, os selos, a data e as assinaturas. Nesse método, o *texto* compreendia as seguintes partições: 1) invocação (*invocatio*); 2) inscrição e titulação (*inscriptio e titulis*); 3) precação (*imprecationes*); 4) selos (*sigilla*); 5) subscrições (*subscriptiones*); e 6) datas (*nota chronologica*).

Os caracteres extrínsecos compreendiam o material (*materia*) sobre o qual eram escritos os documentos (pergaminho, papiro, tábuas de argila, chumbo, pedras) e o meio usado para inserir as escrituras ou símbolos nesse material (tinta).

Representante da escola diplomática italiana do período, Scipione Maffei, em sua obra, não se preocupou em apresentar os caracteres internos dos diplomas, citando apenas as fórmulas, o teor e o estilo do documento, sem defini-los ou subdividi-los. Enfatizou, porém, os caracteres extrínsecos, principalmente no que tange à matéria, no caso, os documentos escritos em papiro egípcio.

A obra dos beneditinos Tassin e Toustain apresentou, por sua vez, um refinamento do método diplomático proposto por Mabillon, visto que os elementos da forma documental foram tratados mais exaustivamente no *Nouveau traité*, de uma maneira mais didática, observando, ainda, uma atenção maior no concernente à conceituação dos caracteres intrínsecos e extrínsecos, uma vez que os autores foram os primeiros a, de fato, defini-los em sua obra.

Segundo esses autores, são sete os caracteres gerais de um documento: 1) a *matéria* sobre a qual o documento é redigido (tábuas de madeira, mármore, papel, papiro); 2) os *instrumentos* (pena, pincel); 3) as *tintas* com as quais os diplomas são escritos; 4) o *tipo de escrita* (hieróglifos, símbolos, cuneiforme, grega, latina); 5) os *selos*; 6) as *fórmulas*; e 7) o *estilo*. Os cinco primeiros seriam caracteres extrínsecos; os dois últimos, intrínsecos.

Entendemos por caracteres intrínsecos aqueles que são inerentes a qualquer documento, que deles são inseparáveis, que estão sempre presentes, sobre qualquer forma de reprodução, e que, conseqüentemente, estão presentes nas cópias, assim como nos originais [...]. Os caracteres intrínsecos se reduzem ao estilo, às fórmulas, às datas e aos fatos históricos, que convêm tanto aos originais quanto às cópias. (Tassin; Toustain, 1750-1765, p.442, tradução nossa.)

As fórmulas são entendidas, pelos beneditinos, como modelos de documentos inteiros ou de expressões consagradas do teor dos diplomas e compreendem a seguinte divisão: 1) *invocação* (*invocation*), que consistia em iniciar o documento com o nome de Deus, ou do rei e o ano de seu reinado, ou com um monograma (*In nomine sactae & individuae Trinitatis, amen*); 2) *título e qualidade* (*titre/suscription*) da pessoa que mandava redigir o ato e que também constava no início do documento³ (*Ludovicus Dei gratia Francorum Rex. Noverint Univeri, &c*); 3) as *datas* (*les dates*) ou seja, o lugar, o dia, o mês e o ano de confecção

3. Vale ressaltar que os elementos das fórmulas eram variáveis de acordo com o período e com o autor do ato. No capítulo que trata das fórmulas iniciais dos diplomas, Tassin e Toustain o-

do documento, ora escritas na fórmula inicial, ora no final do documento; 4) a *subscrição* (*la souscription*), ou seja, sinais ou assinaturas que certificam, confirmam ou validam um documento; e 5) a *precação* (*formules d'imprécations*).

As fórmulas iniciais e finais funcionavam como uma moldura para o conteúdo do documento e eram os principais elementos analisados para verificar a autenticidade dos diplomas nessa época. Essa divisão das fórmulas perpassa todo o século XVIII e será aperfeiçoada na obra de Angello Fumagalli, em 1802. Para o autor (1802, p.266, tradução nossa), “todos os diplomas são um agregado ou composto de muitas fórmulas, algumas comuns a todos, e outras particulares a alguns e que serão utilizadas segundo as diversas circunstâncias”. É, sobretudo, nesse momento que versa a arte diplomática, verificando se elas se adaptam ao estilo, ao costume, e aos monumentos da história, ou se lhe são opostas, para depois pronunciar seu juízo sobre a sinceridade ou suposição desses diplomas.

Ainda para Fumagalli, após a fórmula inicial – composta da invocação divina (*Invocazione divina*) e dos títulos (*i titoli*) – procede-se à exposição (*esposizione*) ou narração dos fatos (*narrazione*), à notificação (*notificazione*) ou intimação (*intimazione*) e, por fim, à disposição (*disposizione*), que pode ser acompanhada de alguma cláusula (cláusula derogatória ou pecuniária, penas do doador ao donatário, maldição e precações contra os violadores de pactos, excomunhão, juramento), segundo a natureza da ação do documento. Ao final dos diplomas, inseriam-se a data (que poderia vir também nas fórmulas iniciais), as subscrições e assinaturas (*sottoscrizione* e *signature*) das partes (com o próprio punho ou um monograma) e os selos (*sigilli*), conferindo-lhes maior validade e segurança.

Além das fórmulas, o autor considera, como elementos intrínsecos, o estilo e a língua, entendida como “o primeiro caractere intrínseco, comum não apenas aos diplomas verdadeiros, mas a todos os outros atos diplomáticos e legais, sejam eles originais ou até mesmo cópias” (Fumagalli, 1802, p.240, tradução nossa).

Como caracteres extrínsecos, Fumagalli entende a matéria sobre o qual o documento é composto e os instrumentos e tintas usados para redigi-lo.

É a partir do século XIX, nos estudos de Sickel, que as coisas começam a mudar e o método diplomático é finalmente aperfeiçoado. Quando o ato jurídico e a gênese do documento começam a ter mais importância na análise diplomática, o método evolui, e as fórmulas preestabelecidas dão lugar à *forma* do documento. Esta, determinante para a criação de um documento juridicamente válido e relevante, passa a ter uma importância muito maior, assim como sua

recem dezenas de exemplos de diplomas reais e as variações na redação dos documentos, de um reino para outro, e de um século a outro.

análise. Nesse contexto, novos elementos são incorporados ao método diplomático, e novas definições aparecem.

É nesse cenário que surge, em 1867, pela primeira vez, a divisão entre texto e protocolo⁴ no documento, proposta na definição dos elementos de Sickel, quando este estudava as fórmulas dos documentos carolíngios. “Eu chamo texto a parte central do documento e formulário ou protocolo o conjunto de fórmulas iniciais e finais. Texto e protocolos são, portanto, os caracteres intrínsecos dos documentos” (Sickel, 1867, p.107, tradução nossa).

A análise diplomática estabeleceu uma primeira distinção entre o protocolo, que é a reunião de formas por meio das quais se abre e fecha o teor, e o texto, que constitui o próprio corpo do documento e contém essencialmente a redação do ato jurídico. Destinado a conferir aos atos de qualquer natureza uma validade legal, o formulário do protocolo pode ser uniforme quando se trata de um mesmo autor ou de uma mesma chancelaria, enquanto o texto depende da natureza de cada documento e pode, às vezes, variar dentro de uma mesma chancelaria ou entre os documentos de um mesmo autor. (Boüard, 1929, p.265, tradução nossa.)

Os protocolos funcionam, portanto, como a moldura do documento. Eles são responsáveis por abrir e fechar o teor documental, e às vezes manterão a mesma fórmula quando se trata de um mesmo autor ou de um mesmo ato jurídico. Seu principal ofício dentro da estrutura do documento diplomático é fornecer os elementos de validade legal. Já o teor documental, ou o texto propriamente dito, traz o conteúdo que pode variar segundo a natureza do ato jurídico.

Sob uma análise mais ampla dos diplomas, cujos conteúdos históricos prescindimos como sendo irrelevante para a Diplomática, o próprio texto se divide, em grande parte, em uma introdução meramente retórica e em uma parte na qual se constitui o verdadeiro conteúdo legal. A introdução (*Einleitung*) pode ser constituída de: 1) um destinatário (*inscriptio*), a quem as ordens – desejos, vontades, consentimentos, talantes etc. – do rei são dirigidas; 2) uma exposição (*arenga* ou *prooemium*) geral dos motivos que determinam os príncipes a efetuar esta ou aquela ação e documentar sobre ela; 3) uma cláusula (*promulgation, intimatio*) – sentença, frase, oração, proposição – que exprima o pronunciamento da ordem

4. Sickel definiu as fórmulas iniciais como *protocolo inicial* (*Eingangsprotokoll*) e as finais como *protocolo final* (*Schlussprotokoll*). Para alguns autores, as fórmulas iniciais são o *protocolo* e as fórmulas finais o *escatocolo*.

real. Costumam-se excluir nessa introdução: 4) a resolução (*expositio, narratio*) do rei juntamente com promover ou acompanhar; 5) o mandado (*dispositio*), ou seja, a ordenação ou liminar particular do rei; e 6) a declaração (*corroboratio*) das formalidades prescritas para a confirmação e proteção (consolidação) da ordem real. (Sickel, 1867, p.198, tradução nossa.)

Nesse contexto, apresentam-se a seguir os elementos internos da estrutura do documento diplomático, propostos por Sickel (1867):

Protocolo inicial (1) Invocação (*die Invocation*)
(2) Nome e título (*Name und Titel*)

Texto *Introdução*
(1) Nome, títulos e predicados do destinatário (*Inscription/ adress*)
(2) Preâmbulo (*Arenga*)
(3) Notificação (*Promulgatio*)
(4) Exposição (*Narratio*)
(5) Dispositivo (*Dispositio*)
(6) Forma de corroboração (*Corroborationsformeln*)
(7) Anúncio dos sinais de validação (*Die Ankündigung des Siegels*)

Protocolo final (3) Assinatura (*Unterschrift*)
(4) Datas (*Datierung*)
(5) Precação (*die Apprecation*)

Além do texto e dos protocolos, o estilo e a língua também são considerados por Sickel como elementos internos dos diplomas. Os elementos externos são os materiais utilizados para escrever o documento, o tipo da escritura, as abreviações, os selos e comentários no dorso do documento.

Os elementos dos protocolos têm a mesma definição daquelas apresentadas anteriormente; o que diferencia a obra de Sickel das anteriores é, além da divisão entre protocolo e texto, o método para o confronto de escrituras. Novamente, a Diplomática Moderna destaca-se por sua preocupação em estabelecer definições para termos que há tempos estavam incorporados ao método de análise diplomática; mas, até então, não estruturados como tal.

Vale ressaltar, aqui, que a proposição de um método de análise que divide a estrutura do documento em protocolos e texto deu-se com base nos estudos de

Sickel sobre os documentos régios carolíngios, especificamente entre 751 e 840. Isso significa que nem todos os elementos dos protocolos e texto estarão presentes nos documentos, principalmente no que tange aos diplomas de outras épocas. Em razão disso, com o passar do tempo e o amadurecimento do método, outros autores, trabalhando com documentos de outras épocas, começam a refinar ainda mais o método de Sickel, incorporando elementos que até então não estavam presentes, ou invertendo a ordem de alguns deles.

Na mesma época, foi incorporado ao método de Sickel (divisão do documento e confronto de escrituras) aquele de Ficker, ou seja, o estudo da ação (*actio*) e do contexto jurídico no qual o documento foi gerado, além de sua passagem para um meio juridicamente relevante (*concriptio*). A partir dessa junção, o documento passa a ser analisado à luz de seu processo de formação, ou seja, desde a ação que o levou a ser criado, à forma escolhida para representar o negócio jurídico e as pessoas que dele fizeram parte.

O método de Sickel e Ficker difere-se daqueles apresentados nos tratados do Antigo Regime, fundamentalmente, por abranger não apenas a análise de fórmulas preestabelecidas para a redação dos documentos, mas também um estudo da gênese documental, ou seja, do “tornar-se documento”. A partir de então, os diplomatas puderam contar com um método para a análise de documentos, sem que precisassem recorrer à comparação com peças seguramente autênticas.

Dentre outros autores que refinaram e remodelaram o método de Sickel, destaca-se Cesare Paoli. Buscando adaptar o método para o estudo dos documentos italianos, ele nos apresenta sua própria definição dos elementos internos e externos dos documentos, seguindo a linha teórica de Sickel, porém apresentando algumas variações.

Os caracteres intrínsecos são definidos por Paoli (2010, p.24) como aqueles que dizem respeito à essência e à forma íntima do documento, podendo ser conservados em qualquer forma de tradição ou reprodução, enquanto os caracteres extrínsecos constituem a forma material e a aparência exterior do documento.

O documento, intrinsecamente considerado, é como um organismo constituído de membros e articulações, que podem distinguir-se em duas partes principais. A parte interior, isto é, o corpo do documento, que contém o fato documentado e as formas de compilação literária e jurídica. A parte exterior, subdividida em duas sessões, inicial e final, que constituem, por assim dizer, a moldura do documento, contém as fórmulas que dão a ele perfeição legal e caractere de personalidade, e servem para a sua autenticação, datação e publicação. A pri-

meira parte chama-se Texto; a outra, Protocolo. (Paoli, 2010, p.24, tradução nossa.)

Paoli divide o método diplomático em sessões gerais que se subdividem em fórmulas ou grupos de fórmulas. Assim, o autor define como sessões gerais do texto a *introdução*, a *parte expositiva e dispositiva* e as *fórmulas finais*, enquanto o protocolo é subdividido em *inicial* e *escatocolo*.

Protocolo	<ul style="list-style-type: none"> (1) Invocação divina (<i>Invocazione divina</i>) (2) Titulação (<i>Intitulazione</i>; nome e título do autor, nome e título do destinatário e uma fórmula de saudação) (3) Datação (<i>Datazione</i>) (4) Precação (<i>Apprecazione</i>)
Texto	<p>Introdução</p> <ul style="list-style-type: none"> (1) Preâmbulo (<i>l'Esordio</i>) (2) Notificação (<i>Notificazione</i>) <p>Parte expositiva e dispositiva</p> <ul style="list-style-type: none"> (3) Exposição (<i>Esposizione del fatto</i>) (4) Disposição (<i>Disposizione</i>) <p>Fórmulas finais</p> <ul style="list-style-type: none"> (5) Sanções legais (<i>Sanzioni legali</i>) (6) Corroboração (<i>Corroborazione</i>)
Escatocolo	<ul style="list-style-type: none"> (7) Subscrições e assinaturas (<i>Sottoscrizioni e signature</i>)⁵ (8) Datação (<i>Datazione</i>)⁶ (9) Precação (<i>Apprecazione</i>)

Para o autor, a língua e o estilo também compreendem os caracteres intrínsecos do documento. Os caracteres extrínsecos são o tipo de escrita, o material usado para compor o documento e seu formato, as tintas e os selos. Estes últimos, segundo o autor (ibidem, p.250), apesar de estarem inseridos nos caracteres extrínsecos, devido à sua materialidade, podem também ser compreendidos

5. Paoli diferencia subscrição e assinatura. Segundo o autor, temos uma subscrição quando o documento foi autografado, e uma assinatura quando foi validado por meio de um sinal artificial (Paoli, 2010, p.174).

6. No tocante aos protocolos, Paoli explica que as fórmulas 1 e 2 estarão sempre no protocolo inicial e a fórmula 7 sempre no escatocolo, enquanto as fórmulas 8 e 9 podem variar, sendo apresentadas ora no protocolo inicial ora no escatocolo, segundo os documentos.

como caracteres intrínsecos, dada sua importância notável no que tange à validade dos documentos. Se isso ocorrer, eles estarão ligados às fórmulas de corroboração do texto.

Ressalta-se que a denominação de titulação (*intitulatio*) aparece pela primeira vez na crítica de Paoli, que, diferentemente de Sickel, compreende nessa parte não apenas os nomes e títulos do autor, mas também a *inscriptio* – o nome e título do destinatário e uma fórmula de saudação –, no protocolo inicial.

A divisão estrutural do documento diplomático, em texto e protocolo, e as definições dessas partes por Sickel e Paoli forneceram as bases para o desenvolvimento do método de análise diplomática apresentado por Bresslau em 1889, na obra que estudava os documentos medievais de Alemanha e Itália.

Todo documento, de qualquer época e emitido por qualquer pessoa, pode ser subdividido em duas partes principais: a composição de uma parte é determinada essencialmente pelo conteúdo jurídico do documento, isto é, pelo negócio jurídico nele atestado, e o texto (contexto). Na maioria dos documentos, o texto constitui a parte central, precedida de certas fórmulas e seguida por outras. Para indicar essas fórmulas de abertura e fechamento, usamos o termo protocolo, definindo, no entanto, as primeiras, *protocolo inicial* (protocolo no sentido estrito), e as segundas, *protocolo final* (escatocolo). (Bresslau, 1998, p.48, tradução nossa.)

A definição apresentada pelo autor também confirma sua posição de aplicar a divisão do documento diplomático aos que não contêm, necessariamente, um negócio jurídico, como já havia sido proposto por ele na definição do objeto da Diplomática. Seu método dá um grande passo em direção à aplicação da Diplomática aos documentos que, não contendo um negócio jurídico, podem ser analisados, desde que tenham feito parte, de alguma forma, da formação do negócio. Ainda sobre os caracteres do documento, Bresslau (1998, p.11, tradução nossa) destaca que

em todos os documentos dos quais se ocupa, a crítica diplomática distingue caracteres intrínsecos e extrínsecos. Para o diplomata, o exame do conteúdo do documento vem em segundo plano; ele examina, sobretudo, as suas características formais e deve, portanto, levar em conta o fato de que nem todas essas características podem ser analisadas sempre do mesmo modo. Alguns caracteres do documento são estritamente ligados ao original e podem ser julgados com absoluta certeza somente nele. Essa observação contém a distinção fundamental para nós entre os caracteres extrínsecos e intrínsecos: estes últimos compreendem todos os elementos possíveis de reconhecer em uma transcrição cor-

reta do documento, como se fossem os originais; os primeiros, ao contrário, compreendem todos os elementos que não nos permitem fazê-lo.

É importante ressaltar, com base na citação do autor, a flexibilidade da crítica diplomática. Os elementos nem sempre serão os mesmos, principalmente quando se trata do exame de originais e cópias. Como bem destacou Paoli anteriormente, a análise do selo enquanto elemento interno ou externo é o exemplo mais claro disso. Os caracteres internos dos documentos, ao mesmo tempo que descrevem o negócio jurídico (texto), validam-no (protocolo). Por essa razão, os selos ou carimbos – que têm o poder de validar e atestar o ato – podem representar um desafio ao diplomata, que ora o vê como um elemento interno, ora como um elemento externo ao documento. Nesse caso, é preciso ter em mente a diversidade das tipologias documentais, assim como a época em que foram produzidas.

A crítica diplomática de Bresslau (1889) inclui as seguintes fórmulas de protocolo e texto:

- | | |
|--------------------------|--|
| Protocolo inicial | (1) Invocação (<i>Invocatio</i>)
(2) Titulação (<i>Intitulatio</i>)
(3) Inscrição (<i>Inscriptio</i>) |
| Texto | (1) Preâmbulo (<i>Arenga</i>)
(2) Notificação (<i>Promulgatio/notificatio</i>)
(3) Exposição (<i>Narratio</i>)
(4) Dispositivo (<i>Dispositio</i>)
(5) Sanção (<i>Sanctio</i>)
(6) Corroboração (<i>Corroboratio</i>) |
| Protocolo final | (4) Subscrições (<i>Subscriptiones</i>)
(5) Datação
(6) Precação (<i>Apprecatio</i>) |

Observa-se a influência de Paoli na crítica de Bresslau na medida em que este último incorpora o termo titulação (*intitulatio*), usando-o também no protocolo inicial.

São considerados, ainda, como caracteres intrínsecos, a língua e o estilo, enquanto o material usado para compor o documento e os selos são caracteres extrínsecos.

Na França, Arthur Giry é o primeiro autor a refinar e modificar a crítica de Sickel, adaptando-a à análise dos documentos de seu país, seguindo a divisão do documento entre protocolo inicial, texto e protocolo final.

O *protocolo* começa geralmente por uma fórmula piedosa ou *invocação*, em seguida desta estão os *nomes, títulos e qualidades das pessoas* em nome da qual o ato é redigido. Normalmente, a seguir está o *destinatário*, terminando, geralmente por uma fórmula de *saudação* [...] O *texto* inicia-se em seguida. Nos documentos antigos e solenes ele começa por um *preâmbulo*, que consiste em considerações gerais mais ou menos banais. Depois, após a fórmula de *notificação*, segue-se a *exposição* das considerações, os motivos, as circunstâncias que provocaram o ato, então o objeto é anunciado no *dispositivo*. O texto termina com as *cláusulas finais*, mais ou menos numerosas. O *protocolo final* compreende, dispostos em uma ordem bastante variável, a *data*, seguida às vezes de uma breve fórmula piedosa, a *precação* e os *sinais de validação*. (Giry, 1893, p.529, tradução nossa, grifo nosso.)

A crítica diplomática proposta por Giry (1893) é ilustrada a seguir:

- | | |
|--------------------------|---|
| Protocolo inicial | <ul style="list-style-type: none"> (1) Invocação (<i>Invocation</i>) (2) Nome, títulos e predicados da pessoa em nome da qual o ato é redigido (<i>Suscription</i>) (3) Destinatário (<i>l'Adresse</i>) (4) Saudação (<i>Salutation</i>) |
| Texto | <ul style="list-style-type: none"> (1) Preâmbulo (<i>Préambule</i>) (2) Notificação (<i>Notification</i>) (3) Exposição (<i>l'Exposé</i>) (4) Dispositivo (<i>Dispositif</i>) (5) Cláusulas finais (<i>Clauses finales</i>) (6) Anúncio dos sinais de validação (<i>Annonce des signes de validation</i>) |
| Protocolo final | <ul style="list-style-type: none"> (5) Datas (<i>le Date</i>) (6) Precação (<i>Apprecation</i>) (7) Sinais de validação (<i>Signatures, souscription e les sceaux</i>) |

Quadro 2.1 – Quadro comparativo da crítica diplomática moderna

<i>Sickel</i> (1867)	<i>Paoli</i> (1898)	<i>Bresslau</i> (1889)	<i>Giry</i> (1893)
Protocolo inicial (1) Invocação (<i>die Invocation</i>) (2) Nome e título (<i>Name und Titel</i>)	Protocolo inicial (1) Invocação divina (<i>Invocazione divina</i>) (2) Titulação (<i>Intitulazione</i> ; nome e título do autor, nome e título do destinatário e uma fórmula de saudação)	Protocolo inicial (1) Invocação (<i>Invocatio</i>) (2) Titulação (<i>Intitulatio</i>) (3) Nome, títulos e predicados do destinatário, seguido de uma forma de saudação (<i>Inscriptio</i>)	Protocolo inicial (1) Invocação (<i>Invocation</i>) (2) Nome, títulos e predicados da pessoa em nome da qual o ato é redigido (<i>Suscription</i>) (3) Destinatário (<i>l'Adresse</i>) (4) Saudação (<i>Salutation</i>)
Texto (1) Preâmbulo (<i>Arenga</i>) (2) Nome, títulos e predicados do destinatário (<i>Inscriptio</i>) (3) Notificação (<i>Promulgatio</i>) (4) Exposição (<i>Narratio</i>) (5) Dispositivo (<i>Dispositio</i>) (6) Formas de corroboração (<i>Corroborationsformeln</i>) (7) Anúncio dos sinais de validação (<i>Die Ankündigung des Siegels</i>)	Texto Introdução (1) Exórdio (<i>l'Esordio</i>) (2) Notificação (<i>Notificazione</i>) Parte expositiva e dispositiva (3) Exposição (<i>Esposizione del fatto</i>) (4) Disposição (<i>Disposizione</i>) Fórmulas finais (5) Sanções legais (<i>Sanzioni legali</i>) (6) Corroboração (<i>Corroborazione</i>)	Texto (1) Arenga (2) Notificação (<i>Promulgatio</i>) (3) Exposição (<i>Narratio</i>) (4) Dispositivo (<i>Dispositio</i>) (5) Sanções penais (<i>Sanctio</i>) (6) Corroboração (<i>Corroboratio</i>)	Texto (1) Preâmbulo (<i>Préambule</i>) (2) Notificação (<i>Notification</i>) (3) Exposição (<i>l'Exposé</i>) (4) Dispositivo (<i>Dispositif</i>) (5) Cláusulas finais (<i>Clauses finales</i>) (6) Anúncio dos sinais de validação (corroboração e aplicação dos sinais de validação – <i>Annonce des signes de validation</i>)
Protocolo final (3) Assinatura (<i>Unterschrift</i>) (4) Datas (<i>Datierung</i>) (5) Precação (<i>Die Apprecation</i>)	Protocolo final (3) Subscrições e assinaturas (<i>Sottoscrizioni e signature</i>) (4) Datação (<i>Datazione</i>) (5) Precação (<i>Apprecazione</i>)	Protocolo final (4) Subscrições (<i>Subscriptions</i>) (5) Datação (<i>Apprecatio</i>) (6) Precação (<i>Apprecatio</i>)	Protocolo final (5) Datas (<i>le Date</i>) (6) Precação (<i>Apprecation</i>) (7) Sinais de validação (<i>Signatures, souscription e les sceaux</i>)

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim como Paoli e Bresslau, Giry compreende o destinatário do documento no protocolo inicial, separando-o, no entanto, da saudação e da titulação. Para o autor, os elementos externos são o material, as tintas e o tipo de escritura, excluindo os selos, compreendidos por ele no protocolo final, considerados, portanto, elementos internos.

Essas diferenças entre as críticas são defensáveis, uma vez que os documentos analisados pelos autores eram diferentes e possuíam características específicas de uma determinada época.

Pode-se dizer que a crítica proposta por Mabillon foi refinada e revisada para atender às necessidades específicas de cada estudo. Os documentos analisados por ele não eram os mesmos observados por Sickel, e os documentos analisados por este, diferentes daqueles que Giry estudou. Esse contexto justifica a “elasticidade” da crítica diplomática nesse segundo momento de desenvolvimento da arte crítica.

O Quadro 2.1 é comparativo da crítica da Diplomática Moderna.

O sujeito na Diplomática e a distinção entre público e privado

O estudo da forma do documento abrange, ainda, a análise das pessoas envolvidas na sua formação. Compreendê-las significa compreender a natureza das formas documentais, que permitirão ao diplomata definir seu caráter público ou privado.

As pessoas são o elemento central de qualquer documento. Como destaca Duranti (1990a, p.5), no contexto diplomático, assim como no legal, as pessoas são sujeitos de direitos e deveres; são entidades reconhecidas por um sistema jurídico como capazes de possuir um potencial para agir legalmente.

Para a Diplomática são três as pessoas que devem estar envolvidas na constituição de um documento: autor, destinatário e escritor.

Assim como o conceito de documento, essas três pessoas só foram definidas nas obras de Diplomática a partir do século XIX, quando se destaca a preocupação com o estudo da forma do documento. É sabido que os autores do Antigo Regime não descartavam sua participação na composição dos diplomas, mas não houve, naquele momento, a intenção de defini-las e descrevê-las, cabendo, portanto, novamente à escola austro-alemã esse papel.

Nesse contexto, define-se *autor* como a pessoa responsável pela criação do documento, que será emitido por ele ou em seu nome. Aqui, os alemães distinguem o autor da ação jurídica (*Urheber*) e o autor do documento escrito

(*Aussteller*), que seria o escritor. Esse último é definido como *dictator* na França e *rogatario* na Itália. O *destinatário* (*Emfänger*) é aquele em favor do qual a ação é realizada e o documento emitido. Por fim, o *escritor* (*rogatario*, *Aussteller*, *dictator*) é a pessoa responsável pela escritura do documento, ou seja, pelo seu teor e articulação.

O estudo das pessoas que compõem o documento, assim como o de seu negócio jurídico, permite ao diplomata, entre outras coisas, classificá-lo como *documento público* ou *privado*. Bresslau (1998, p.3) define documentos públicos como aqueles emanados de autoridades independentes ou semi-independentes, restringindo o conceito de autoridade aos imperadores, reis e pontífices, enquanto os documentos privados são todos os demais; Giry (1893, p.283) definiu os privados como aqueles relativos apenas a assuntos de direito privado e emanados por pessoas não revestidas de um caráter público; e Paoli (2010, p.77) atribuiu o adjetivo público aos documentos emanados por autoridade pública em forma pública, que dizem respeito ao direito geral ou a lugares ou pessoas particulares, enquanto aplica o adjetivo privado aos documentos que dizem respeito ao direito privado, escrito pelas mãos de notários e escritores privados.

Com base nas definições dos autores, pode-se concluir que alguns deles baseiam-se nas pessoas que participam do documento, outros no tipo de conteúdo jurídico. Essa “diversidade” reflete a dificuldade em se estabelecer uma distinção pontual na época para os documentos públicos e privados.

No entanto, vale ressaltar e contextualizar, mais uma vez, o momento no qual essas definições foram cunhadas, qual seja, quando os autores analisavam os documentos medievais, emanados por autoridades ou pessoas físicas específicas, contextualizadas em um determinado período histórico.

Em uma definição mais contemporânea, Duranti especifica que, para os propósitos da Diplomática, o documento, público ou privado, deve ser definido à luz da relação com seu autor, e não com base em seu conteúdo jurídico, uma vez que este não é objeto da disciplina.

Um documento é público se criado por uma pessoa pública ou por seu mandado ou em seu nome, ou seja, se a vontade que determina a criação do documento é pública por natureza. Uma pessoa pública é uma pessoa jurídica executando funções consideradas públicas pelo sistema jurídico no qual a pessoa atua e, ao fazê-lo, está revestida com o exercício de algum poder superior. Ao contrário, um documento é privado se criado por uma pessoa privada ou por seu mandado ou em seu nome, ou seja, por uma pessoa realizando funções consideradas privadas por um sistema jurídico no qual a pessoa atua. Isso implica que os documentos criados por uma pessoa pública em sua capacidade privada, ou seja, executando

funções privadas, são privados por natureza. (Duranti, 1990b, p.16, tradução nossa, grifo da autora.)

No entanto, classificar um documento como público ou privado com base no autor também pode apresentar problemas, uma vez que, como destacou Pratesi (1999, p.34, tradução nossa), não é raro encontrar documentos emanados por autoridades públicas que dizem respeito às atividades de direito privado, conservando as características de redação de documentos privados. Ainda segundo o autor, “o único critério diplomaticamente válido de diferenciação continua a ser a forma, que está, portanto, estreitamente ligada ao modo de emissão do documento”. Nesse sentido, novamente o estudo da forma parece fornecer os elementos mais seguros para tal distinção.

Tradição documental

O desenvolvimento da arte crítica baseia-se na necessidade de distinguir um documento autêntico de um falso. Buscando identificar a autenticidade/falsidade dos documentos, os diplomatas desenvolveram um método crítico de análise, que nos fornece, ainda hoje, elementos para a identificação de uma peça original.

A tradição documental é parte do processo de análise do documento e permite ao diplomata verificar seu estado de transmissão, ou seja, seu grau de “ingenuidade documental”, como destacou Bellotto (2002, p.105). Esse grau de ingenuidade está calcado sobre dois polos principais: original e cópia.

Segundo Boüard (1929, p.162, tradução nossa), “original e cópia são os dois polos da tradição diplomática. Ao redor deles agrupam-se os escritos que nos transmitem o teor dos atos. Melhor: de um a outro se estabelece uma gradação de idades intermediárias que constituem, sob uma exposição sistemática, muitos modos de transição”.

Segundo Pratesi (1999, p.105) os modos – ou estados – de transmissão são essencialmente três: minuta, original, cópia. Distingui-los é o primeiro passo para que o diplomata possa verificar a autenticidade/falsidade do documento.

Nesse sentido, são apresentadas, nos quadros 2.2 e 2.3, as definições de alguns autores da Diplomática Clássica e da Moderna⁷ sobre os conceitos de minuta, original e cópia; além das definições de documento autêntico e de documento falso.

7. Optou-se aqui por apresentar somente as definições de Tassin e Toustain; Bresslau e Paoli, uma vez que são os únicos autores que apresentam a maioria das definições da tradição documental em suas obras.

Quadro 2.2 – Quadro comparativo de definições de tradição documental

<i>Autores</i>	<i>Minuta</i>	<i>Original</i>	<i>Cópia</i>
Tassin e Toustain (1750)	As minutas devem ser incluídas entre os originais. Elas são rascunhos ou primeiros projetos dos documentos (p.438).	Os originais se distinguem principalmente das cópias antigas pelas assinaturas e pelos selos (p.355, tomo VI).	As cópias podem ser distinguidas dos originais a partir: 1) da escritura; 2) da data; 3) dos fatos históricos; 4) em comparação com os originais, quando esses podem ser recuperados (p.356, tomo VI). <i>Cópias autênticas</i> : equivalem aos originais.
Bresslau (1889)	Os textos manuscritos de documentos que não podem ser considerados originais, ou precedem no tempo a produção dos originais, ou o seguem. No primeiro caso, são chamados de minutas (<i>Abschriften</i>), no segundo, são definidos como transcrições ou cópias (<i>Kopien</i>) (p.82).	Chamam-se <i>originais</i> a redação ou as redações documentos que nascem de disposições do autor ou sobre sua autorização e são destinados a servir ao destinatário como testemunho da ação documentada. Com base nessa definição, pode-se deduzir que a prova de originalidade de um documento incorpora a prova de sua genuinidade (p.83).	Definição dada juntamente com aquela de minuta. <i>Cópias imitativas</i> : (<i>Nachzeichnungen</i>) aquelas que não se limitam simplesmente a reproduzir o teor do original, e tentam, às vezes, imitar, em tudo ou em parte, também as características gráficas (p.84). <i>Cópias autênticas</i> : cópias com força probatória.
Paoli (1898)	Documentos preparatórios que podem ser reduzidos em: atos (<i>atti</i>), documentos anteriores (<i>documenti anteriori</i>) e formulários (<i>formulari</i>).	São originais os documentos feitos pela vontade direta dos autores e mantidos na matéria e forma genuínas nas quais foram primeiramente emitidos (p.265).	As cópias dos documentos (<i>exemplar, exemplum, sumptum, transsumptum, transcriptum, copia</i> etc.) têm o objetivo de reproduzir originais existentes ou de substituir originais perdidos. Pode-se distingui-las nas seguintes categorias: <i>Cópias autógrafas</i> : feitas pelo mesmo escritor que compilou o documento autêntico, são muito próximas aos originais, sendo consideradas, em alguns casos, originais duplicados, podendo vir a representá-los em caso de perda (p.270). <i>Cópia autêntica</i> : compilada por um notário público, diferente do primeiro escritor, mas legitimada por selos e assinaturas (p.271). <i>Renovações</i> : quando se trata de reproduzir, ou melhor, refazer a <i>acta perdita</i> ; não se pode mais falar em cópia, mas em renovação e para tanto opera-se os métodos (p.273). <i>Cópia simples</i> : aquelas que são privadas de qualquer sinal de autenticação (p.274). <i>Cópia imitativa</i> : que reproduzem não apenas o texto dos originais, mas, também sua figuração gráfica (p.274).

Fonte: Elaborado pela autora.

Quadro 2.3 – Quadro de definições de autêntico e falso

Autores	Autêntico	Falso
Tassin e Toustain (1750)	O título autêntico é aquele que possui toda a solenidade adequada ao tempo no qual foi redigido. O título não autêntico é aquele desprovido da solenidade própria à época à qual corresponde (p.342, tomo VI).	As peças falsas são aquelas das quais suspeitamos e que sofreram algum tipo de alteração fraudulenta (p.288, tomo VI).
Bresslau (1889)	O conceito de autêntico (genuinidade) de Bresslau está ligado àquele de original.	No sentido estrito da palavra, designamos falsos os documentos que, segundo a intenção daquele que o produziu, fazem crer ser aquilo que não são na realidade. Designa-se ainda como falsificações todos os escritos que, segundo a intenção daquele que os produziu, devem suscitar a impressão de ser original, sem sê-lo, na realidade (p.12).
Paoli (1898)	O conceito de autêntico de Paoli, assim como aquele de Bresslau, está ligado ao de original. A palavra mais comum nos documentos da Idade Média para designar o documento original é <i>authenticum</i> (p.266).	Um documento é falso diplomaticamente quando, segundo a feliz expressão de Bresslau, quer parecer aquilo que não é, e é falso mesmo se diz a verdade. Para a crítica diplomática, todos os documentos artificialmente fabricados, ainda que com boa-fé, não valem mais do que aqueles feitos “ <i>ex dolo malo</i> : como já disse uma vez, falsos nascem e falsos permanecem” (p.277).

Fonte: Elaborado pela autora.

Baseando-se na análise dos quadros, é possível identificar, mais uma vez, a falta de intenção em definir ou conceituar termos úteis à análise crítica dos diplomas, em seu primeiro momento. Somente a partir da segunda metade do século XIX, com os estudos de Bresslau, foi possível uma melhor identificação de termos e conceitos úteis à disciplina que encontraram fulcro, notadamente, na obra de Paoli.

Vale a pena ressaltar, ainda, a definição de “autêntico” de Bresslau e Paoli, diretamente ligada à de original, e a diferença entre um documento falso diplomática e historicamente, proposta, pela primeira vez, por Bresslau. Segundo ele, a prova da não genuinidade formal do documento não demonstra, necessariamente, falsidade de seu conteúdo. “É verdade que, em alguns casos nos quais um falso original se demonstra não genuíno do ponto de vista formal, isto é, não

original, pode acontecer que haja também a intenção de enganar no assunto tratado; por isso deve-se examinar com atenção até mesmo o conteúdo do escrito desse tipo” (Bresslau, 1998, p.15, tradução nossa).

Destaca-se, mais uma vez, que original e cópia são dois polos da tradição documental e que, entre eles, outros modos ou estágios de transmissão do documento podem ser observados. Nesse contexto, dos atos originais emanados na Idade Média, emergem: *original múltiplo* (quando um mesmo ato é expedido em vários originais, para assegurar a conservação de um ato importante); *ampliação* (uma duplicação do original, com as devidas características de autenticidade, mas que difere pelo tamanho ou pela emissão após um determinado intervalo de tempo); *neo-original* (*renovationes*, *Neuausfertigungen*), que substitui o original em caso de perda, roubo ou destruição; *inserção* (introdução no documento de novos textos produzidos pelas partes interessadas); *confirmação*; e *vidimus* (transcrição feita por meio de fórmulas determinadas sob garantia de um selo autêntico – *transcriptum impendens*). Dentre as cópias emanadas na Idade Média, destacam-se ainda aquelas não descritas no Quadro 2.2: os *registros*⁸ (transcrições do documento feitas pelo próprio autor, antes de entregá-lo ao destinatário); os *cartulários* (*cartularium*, *pancarta*, *codex traditionum*, *registrum*, *liber memorialis*, *liber instrumentorum*, *codex diplomaticus*, simples reunião de cópias de documentos recebidos pela Igreja ou pelo Estado); os *formulários* (que reuniam as cópias dos documentos históricos que possuíam características formais em comum); e os *antigos inventários dos arquivos*.

Essas definições foram cunhadas entre os séculos XVII e XIX para tratar, especificamente, dos documentos provenientes da Idade Média, mas terão uma grande importância nos séculos XX e XXI, principalmente para os arquivistas deste último, quando os documentos começam a ser gerados em meio eletrônico, e se faz necessário rediscutir todas as definições de autenticidade/falsidade, original e cópia para que possam ser estabelecidas normas e critérios para a criação, manutenção e uso da documentação eletrônica.

8. “Essa coleção de documentos expedidos será permanente, uma vez que responde a necessidades constantes: assegurar a conservação dos atos, sem dúvida, para que se possa renová-los ou confirmá-los, além de verificar as expedições; permite, ainda, controlar os negócios políticos e jurídicos e relembra as ordens dadas pelo autor. Na Antiguidade Romana, os registros receberam o nome de *comentarri*” (Boüard, 1929, p.191, tradução nossa).

Definindo a Diplomática entre os séculos XVII e XIX

Após o estudo do documento, de sua forma, das pessoas que o compõem e da tradição, passa-se agora, finalmente, à definição de Diplomática. Dentre os autores do Antigo Regime e os modernos selecionados para este trabalho, poucos tiveram a intenção de defini-la. Portanto, destacam-se, aqui, Mabillon, Tassin e Toustain, Giry, Bresslau e Paoli.

Mabillon a definiu como “a arte de distinguir os antigos diplomas falsos dos verdadeiros”,⁹ dando margem às interpretações que se seguiram sobre o real objeto da disciplina, entendido por ele como os diplomas.

Em seguida, Tassin e Toustain (1750-1765, p.1, tradução nossa), confirmando a influência de Mabillon, definiriam-na como

a ciência ou arte de julgar fielmente os antigos títulos. Ela tem por objeto os documentos (*chartes*), fixando sua idade, para um conhecimento exato da natureza dos atos (*actes*), das escrituras e dos diversos usos próprios a cada século e a cada nação. Seu objetivo é de servir a todas as formalidades e ao julgamento, favorável ou não, que diz respeito aos diplomas.

As definições de Diplomática propostas pelos beneditinos refletem claramente seu objeto e o objetivo. Para eles, seu objeto são os documentos antigos mais solenes, os diplomas, descartando qualquer possibilidade de análise de documentos contemporâneos. Seu objetivo é o de servir aos propósitos de disputas de propriedades e títulos, comuns na época, identificando os diplomas falsos e os verdadeiros.

Reitera-se, com base nessas definições, que não houve nenhuma intenção por parte desses autores em aproximar a Diplomática dos documentos que não fossem os diplomas antigos, excluindo, assim, a hipótese de que Mabillon teria identificado todos os documentos de arquivo como objeto da Diplomática.

Vale destacar ainda que a Diplomática era vista, a princípio, como uma arte crítica independente, não mantendo nenhuma relação de subordinação com qualquer outra área, o que não pode ser verificado nas obras seguintes, as quais explicitaram na própria definição da Diplomática sua subordinação à História.

Bresslau (1998, p.14, tradução nossa) a define como “uma ciência auxiliar e, ao mesmo tempo, um ramo da pesquisa histórica cujo método não se diferencia daquele histórico geral [...]. Seu objetivo é verificar o valor do documento como

9. “*Ars secernendi antiqua diplomata vera et falsa.*”

testemunho histórico”. Aqui, o autor destaca, também, que “a limitação aos documentos medievais não corresponde à noção de Diplomática, mesmo que a crítica diplomática venha aplicada preferivelmente a esses”.

Paoli (2010, p.21), indo além das discussões de Bresslau, afirma que o objetivo da Diplomática não é o de indagar e criticar o fato documentado com relação à verdade histórica; mas sim estudar a confecção e as formas do documento, no que tange à sinceridade do mesmo e ao seu valor como testemunho. Essa definição atenta para a importância do estudo da forma do documento, fazendo desta o grande objeto de estudo da Diplomática. Seu objeto não é simplesmente o documento diplomático, mas, sim, sua *forma*.

No final do século XIX, estava claro que o objeto da Diplomática era o estudo da forma dos documentos diplomáticos. Embora esses documentos tenham sido definidos como testemunhos escritos de fatos de natureza jurídica, redigidos segundo a observância de formas determinadas, independentes das datas tópicas e cronológicas, o estudo da Diplomática recaía, ainda, somente sobre os documentos históricos, principalmente aqueles da Idade Média.

Teoricamente, a Diplomática deveria abraçar o estudo dos documentos autênticos de todos os países e de todos os tempos [...] Mas é, sobretudo, a história da Idade Média que pode se beneficiar do estudo crítico das fontes diplomáticas; no entanto, sem banir dos nossos estudos os documentos mais modernos, vamos nos ater, principalmente, àqueles da Idade Média. (Giry, 1893, p.6, tradução nossa.)

Após a enunciação da crítica diplomática por Mabillon, o estudo dos documentos contemporâneos se tornou possível para ele e para os outros autores em destaque aqui. Aplicar a crítica aos diplomas antigos escritos em papiro, ou às bulas papais da Idade Média, ou a um decreto de lei na França de 1900, permite ao diplomata, historiador ou arquivista conhecer a gênese documental, sua forma, seu negócio jurídico, as pessoas que participam de sua formação. No entanto, os elementos das formas documentais nem sempre serão os mesmos e, por alguma razão, os diplomatas do século XIX pensavam encontrar mais elementos para a análise em documentos mais antigos. Em decorrência desse pensamento, excluía da análise diplomática os documentos contemporâneos a eles, restringindo seu estudo àqueles da Idade Média, e forçando a Diplomática a uma limitação temporal, assim como a uma relação de subserviência com a História, que será amenizada, felizmente, a partir do começo do século XX, com uma extensão do objeto da arte crítica e a criação de um vínculo com a Arquivística.

Com base nos estudos apresentados neste capítulo, pode-se concluir que, na realidade, poucas mudanças foram sentidas antes do século XIX. Houve, como dito anteriormente, um refinamento da crítica de Mabillon na obra de Tassin e Toustain, principalmente no tocante à definição dos elementos internos e externos dos documentos, mas que ainda estava longe de se tornar uma superação daquele método proposto em *De re diplomatica*. O mesmo ocorre com Fumagalli. Embora o autor tenha aperfeiçoado a divisão das fórmulas, tratando-as mais didaticamente em sua obra, não representou uma mudança ou ruptura de conteúdo ou definições, como foi percebido após os estudos dos alemães.

O método de Sickel e, posteriormente, sua junção com o de Ficker, representa o *turning point* da Diplomática Clássica para a Moderna. Nesse momento, a arte começa a deslocar seus estudos da simples análise de diplomas falsos/autênticos para a relação dos documentos diplomáticos – ou seja, aqueles redigidos segundo formas determinadas que lhes conferem força probatória e fé pública – e seu contexto de criação. Novos elementos foram incorporados ao estudo dos documentos e à sua partição, expandindo seu uso aos demais países da Europa, como Itália e França.

No entanto, em que pesem as contínuas contribuições dos italianos e franceses, e até mesmo dos alemães e austríacos, para a constituição de uma arte crítica moderna, com base na análise dos conceitos de documento diplomático e nos elementos da crítica diplomática propostos por Sickel, Ficker, Paoli, Bresslau e Giry, atenta-se para uma nova estagnação na Diplomática após as obras de Sickel e Ficker. Com exceção de Bresslau, que contribuiu para um alargamento no conceito de documento diplomático, os demais autores, após as obras dos alemães, não contribuíram efetivamente para uma contínua evolução do método ou das definições da Diplomática, utilizando o mesmo conceito de documento proposto por Sickel e o mesmo método de análise e partição do documento que, embora apresente algumas divergências em seus elementos – justificadas pelos tipos documentais diversos analisados –, são essencialmente os mesmos.

Ao estudar o conceito de documento e sua forma, as pessoas que contribuem para a formação do documento e a tradição documental, desde a publicação de Mabillon até o século XIX, algo se esclarece: Mabillon está para a Diplomática Clássica assim como Sickel e Ficker estão para a Diplomática Moderna. Isso significa que, além do importante progresso trazido à crítica dos documentos por eles, as circunstâncias que se seguiram aos seus trabalhos também são semelhantes: após a publicação de Mabillon, a Diplomática viveu uma estagnação no tocante à definição de seu objeto e à estruturação de seu método, apesar das constantes contribuições dos beneditinos para o estudo dos diplomas. O mesmo

pode ser sentido quando se estuda a Diplomática Moderna, ou seja, após a definição de documento por Sickel e a proposição de um novo método por ele e por Ficker, os estudos diplomáticos apresentam uma estagnação, mesmo com a contínua contribuição de seus seguidores europeus.

No entanto, assim como a Diplomática Moderna representou um novo sopro de vida àquela clássica definição dos antigos tratados, a Diplomática Contemporânea irá representar um momento de efervescência de ideias e mudanças conceituais fundamentais para o estudo dos documentos, notadamente na França e na Itália a partir de 1930, como se apresentará no capítulo seguinte.

3

INÍCIO DA DIPLOMÁTICA CONTEMPORÂNEA: A MUDANÇA NO FOCO DA ARTE CRÍTICA

Nos capítulos anteriores, foi possível identificar dois *turning points* na Diplomática: a publicação do tratado de Mabillon, que fundou as bases da arte crítica dos documentos proclamando um “método” baseado na análise dos elementos dos diplomas, e a publicação dos trabalhos de Sickel e Ficker, que constituíram a base da Diplomática Moderna, enunciando o conceito de documento diplomático e o método de análise baseado no confronto de escrituras, além do estudo das circunstâncias de criação do ato e de sua documentação.

Nesse contexto, ao objetivo inicial da Diplomática, que residia em distinguir os diplomas verdadeiros dos falsos, como definiu Mabillon, adiciona-se o estudo da gênese e do grau de transmissão dos documentos, fornecendo aos historiadores do século XIX um método mais crítico para a análise do documento, permitindo-lhes identificar, mais seguramente, quando se tratava de uma falsificação diplomática ou histórica.

O terceiro momento decisivo nos estudos diplomáticos, que pode ser considerado também um *turning point*, é a expansão dos limites cronológicos e territoriais de sua problemática proposta por Bautier para enfrentar a crise de esgotamento que a Diplomática vivenciava na década de 1950, quando se observou uma estagnação em toda a Europa em comparação ao período de ouro vivido pela arte crítica na época de Sickel e Ficker.

O presente capítulo trata especificamente desse terceiro momento, com base nos fatores e autores que contribuíram para a constituição de uma nova abordagem que aproximou a Diplomática e os documentos de arquivo, constituindo

o que se chamou “Diplomática Arquivística”. Para tanto, são tratados: primeiramente, “A contribuição da escola diplomática francesa em meados do século XX”, que apresenta os pressupostos para uma mudança na problemática da Diplomática e os autores que contribuíram para um “descolamento” no foco da disciplina, enunciando a expansão dos limites cronológicos e espaciais da Diplomática e sua aproximação à Arquivística e aos documentos de arquivo; e, em seguida, “A consolidação da Diplomática Contemporânea a partir dos estudos de Carucci e Duranti”, a partir do final da década de 1980 – quando a disciplina é incorporada aos estudos arquivísticos como uma resposta às novas tecnologias e às novas formas de produção e organização dos documentos arquivísticos, sobretudo aqueles gerados em meio eletrônico, com base nos estudos de Paola Carucci e Luciana Duranti, na Itália e Canadá respectivamente.

O Quadro 3.1 apresenta os autores estudados neste capítulo e suas obras que contribuíram para uma revisão da Diplomática nesse terceiro momento:

Quadro 3.1 – Autores que contribuem para uma revisão da Diplomática

<i>Autores</i>	<i>Obras analisadas</i>
Luigi Schiaparelli	<i>Diplomatica e Storia</i> , 1909.
Alain de Bouard	<i>Manuel de Diplomatie française e pontificale</i> , 1929.
Auguste Dumas	<i>La Diplomatie et la forme des actes</i> , 1932.
Georges Tessier	<i>La Diplomatie</i> , 1966 [1952].
Heinrich Fichtenau	<i>La situation actuelle des études de Diplomatie en Autriche</i> , 1961.
Robert-Henri Bautier	<i>Leçon d'ouverture du cours de Diplomatie à l'École des Chartes</i> , 1961.
Armando Petrucci	<i>Diplomatica vecchia e nuova</i> , 1963.
Paola Carucci	<i>Il documento contemporaneo: Diplomatica e criteri di edizione</i> , 1987.
Luciana Duranti	<i>Diplomatics: New Uses for an Old Science</i> , 1989-1992.

Fonte: Elaborado pela autora.

A contribuição da escola diplomática francesa em meados do século XX

A aplicação do método diplomático e sua identificação com o histórico restringiram a Diplomática essencialmente aos estudos de documentos históricos, sobretudo da Idade Média, escritos em língua latina, e colocou a arte crítica em uma posição de quase servidão com relação à História.

A Diplomática é uma modesta escrava da História, mas deve orgulhar-se daquilo que sua gloriosa senhora pode e deve invejá-la: a objetividade calma e serena na pesquisa e o respeito incondicional aos resultados. A Diplomática, tendo o dever de não se preocupar com o valor intrínseco do documento, no que diz respeito à construção histórica à qual pode servir, obrigando o estudioso a fazer ciência pura, produz resultados que são de igual valor para as mais opostas tendências históricas, trazendo, portanto, um trabalho exclusivamente vantajoso à pesquisa histórica e, por História, entendo qualquer forma de saber histórico: história jurídica, eclesiástica, cível e política, das letras e das ciências, das artes e da economia pública e privada. (Schiaparelli, 1909, p.16, tradução nossa.)

A declaração de Luigi Schiaparelli (1871-1934), de 1909 – feita em decorrência de seu discurso para a inauguração da Scuola di Diplomatica, na Facoltà di Lettere, em Florença, Itália –, demonstra essa relação, que se mantém ainda hoje.

No início do século XX, notadamente nas três primeiras décadas, a relação explícita entre o desenvolvimento da crítica diplomática e do método histórico ainda ecoava nas obras dos diplomatas e historiadores europeus. No entanto, em que pese essa relação entre Diplomática e História e, conseqüentemente, a limitação do campo de estudo da primeira aos documentos de interesse da segunda, no início do século iniciam-se as discussões sobre a ampliação do objeto da Diplomática, assim como de seu objetivo.

No mesmo discurso no qual Schiaparelli declara a Diplomática como uma “ciência auxiliar da História”, ele a defende enquanto uma arte autônoma com novos campos de pesquisa abertos, capaz de fornecer subsídios também à Arqueológica, à Paleografia e à Cronologia.

Falamos exclusivamente de Diplomática medieval, mas nossa ciência pode, ou melhor, deve estender-se também aos documentos da história moderna; e aplicando a eles e à reunião desses o método diplomático, chega-se a resultados similares àqueles advertidos. O estudo dos caracteres extrínsecos e das particularidades aparentemente mais insignificantes nos leva a conhecer melhor, em

vários aspectos, também os documentos modernos, a indagar suas origens e desenvolvimentos, a iluminar, neles, o texto. (Schiaparelli, 1909, p.15, tradução nossa.)

Segundo o autor, ao estudo dos documentos diplomáticos, entendidos por ele de acordo com a concepção de *Urkunde* de Sickel, a Diplomática deveria adicionar o estudo das *atas* (*Akten*), ou seja, escrituras, preparatórias ou de apoio, que servem à redação do documento. Essas não possuem os caracteres internos e externos de um documento diplomático e não têm caráter jurídico, mas também são validadas como fontes históricas.

No entanto, pode-se observar no texto de Schiaparelli que, embora intercale momentos de defesa da Diplomática ora como uma arte autônoma, ora submetida às vontades da História, sua posição de historiador do século XIX, positivista, prevalece. Sua intenção, ao falar do alargamento do objeto da disciplina, estava diretamente relacionada ao alargamento das fontes históricas, isto é, não importava, para ele, a ampliação do objeto da Diplomática *per se*, e sim sua ampliação aos documentos que precisavam ser validados diplomaticamente, a fim de se tornarem fontes de pesquisa para a História moderna.

Essa posição é defendida também por Alain de Boüard (1882-1955), na França. Para ele (1929, p.12, tradução nossa), “a Diplomática é uma ciência que tem como objeto o estudo crítico dos documentos, ou, mais exatamente, de uma categoria eminente de documentos, o diplomático”.¹ Seguindo os estudos dos alemães, a exemplo dos italianos Paoli e Schiaparelli, Boüard também admite as *Akten*, ou qualquer documento que possa servir de preparação à redação do documento diplomático, aos estudos da Diplomática.

Boüard apresentou suas definições em 1929, ao publicar *Manuel de Diplomatique française e pontificale*, e, embora seja uma obra do século XX, seu conteúdo é fundamentalmente o mesmo daquelas dos séculos XVII e XIX, não apresentando quase nenhuma novidade no campo do estudo da disciplina. A crítica diplomática proposta é a mesma enunciada por Giry em 1883, enquanto os caracteres externos são entendidos como a qualidade, o formato do material, a tinta, a escritura, as correções, a posição das assinaturas, monogramas e desenhos, os selos; e os caracteres internos como a língua e o formulário, o que demonstra ainda pouca – ou pode-se dizer, nenhuma – preocupação em estabelecer uma nova crítica ou novos

1. “*La diplomatique est la science qui a pour objet l'étude critique des chartes, ou, plus exactement d'une éminente catégorie des chartes, les actes*”. Optou-se aqui por traduzir a palavra *actes* como documento diplomático porque o autor a define segundo a concepção de *Urkunde* de Sickel.

modelos de análise para documentos contemporâneos. Isso evidencia que o objeto e o objetivo da Diplomática ainda eram os mesmos.

No entanto, a obra de Bouïard se destaca por não apresentar nenhum capítulo sobre as demais disciplinas às quais a Diplomática era comumente ligada, como a Paleografia e a Sigilografia – que, conforme demonstrado nos capítulos anteriores, representavam uma grande parte do conteúdo dos tratados do Antigo Regime e de alguns manuais modernos –, significando uma importante mudança na área, uma vez que ficava claro que ela havia, finalmente, encontrado seu lugar enquanto disciplina autônoma, desligando-se dos binômios Diplomática-Paleografia ou Diplomática-Sigilografia, que até então dominavam a área. “Essa evolução foi legítima. À medida que uma disciplina científica toma consciência dela mesma, determina mais rigorosamente seu domínio. Ela descarta certas disciplinas que, no começo, dependiam dela: não há dúvida que elas ainda mantêm uma conexão, uma vez que se apoiam frequentemente; mas constituem-se em ciências distintas” (Dumas, 1930, p.105, tradução nossa).

Por ser uma obra do século XX – que, salvo o destaque da Diplomática das demais disciplinas, não apresentava um contexto contemporâneo, mas, sim, uma compilação de definições de textos dos tratados antigos e dos manuais modernos, notadamente alemães (Sickel, Ficker e Bresslau) e franceses (Tassin, Toustain e Giry) –, *Manuel de Diplomatie* causou algumas inquietações na época, principalmente ao jurista e arquivista, também francês, Auguste Dumas (1881-1968) que, em 1930, escreveu um artigo na revista *Le Moyen Âge*, “Compte rendus”, sobre a obra, apresentando seus erros.

A primeira crítica feita à obra recai sobre a definição de documento diplomático apresentada por Bouïard, segundo a concepção de *Urkunde*. De acordo com Dumas (1930, p.109), ao defini-lo (ou simplesmente traduzi-lo do alemão para o francês), o autor não teria prestado atenção à linguagem jurídica francesa, não atentando à distinção entre *acte juridique* (*negotium*) e *acte instrumentaire* (*instrumentum*). O primeiro seria uma manifestação de vontade destinada a produzir um efeito de direito; o segundo, um escrito estabelecido para servir de prova. Para Dumas, os estudos da Diplomática recaem sobre o segundo, ou seja, sobre os *actes instrumentaires*, mais precisamente, sobre a forma correspondente ao ato jurídico que esses instrumentos atestam.

Outra crítica feita por Dumas à obra de Bouïard concerne à distinção entre documentos probatórios (*actes probatoires*) e documentos dispositivos (*actes dispositifs*). Para Bouïard (1929, p.47), os *actes probatoires* são aqueles estabelecidos depois do cumprimento do ato jurídico, que lhe é independente e não possuiu outro objetivo senão aquele de perpetuar as lembranças e lhes servir de prova,

enquanto os *actes dispositifs* participam desse cumprimento, de maneira que, se eles não tivessem sido preparados, o ato jurídico não seria concluído. Entretanto, para Dumas, essa distinção não abrange todos os documentos, excluindo os que constata um ato jurídico ao mesmo tempo que ele é realizado, sem que este seja necessário, portanto, à perfeição do ato. Para ele, é muito difícil definir o que caracteriza um documento dispositivo:

É o fato de o documento participar da perfeição do ato jurídico? É a simultaneidade da *actio* e da *conscriptio*? Ou é uma força probatória incomparável? [...] Todo *acte instrumentaire* que constata um ato jurídico constata, ao mesmo tempo, uma disposição de vontade; ao contrário, todo documento, até quando é uma solenidade necessária à validade de um ato jurídico, destina-se a servir de prova. (Dumas, 1930, p.122, tradução nossa, grifo nosso.)

O autor julga necessário incluir na categoria de documentos os descritivos e narrativos, uma vez que os atos jurídicos não são os únicos a produzir um efeito de direito. Esses documentos se distinguem dos jurídicos por não possuírem dispositivo, uma vez que não apresentam uma disposição de vontade. Os primeiros caracterizam-se por expor uma situação ou um estado de coisas; os segundos, por narrar acontecimentos.

É importante destacar que Dumas não pretendia escrever uma obra de Diplomática, mas, sim, apresentar a arte crítica aos estudos do Direito, explicando as diferenças terminológicas e conceituais que ora aproximavam, ora distanciavam as duas disciplinas. As críticas feitas à obra de Bouard sinalizam uma vontade em aproximar e incentivar a reavaliação de definições e conceitos propostos pelos manuais modernos, que dominavam a teoria diplomática na Europa até o começo do século XX, demonstrando a estagnação da arte crítica após as enunciações da escola austro-alemã.

Naquele momento, estava claro que as definições do objeto e do papel da Diplomática deveriam sofrer uma mudança em direção ao estudo dos documentos contemporâneos, destacando-se do papel de ciência auxiliar da História a que até o momento havia sido submetida. Nesse contexto, Dumas anuncia a necessidade de uma mudança em direção aos estudos dos documentos modernos.

Podemos dizer que a Diplomática é a ciência das regras, as quais são submetidas à redação e à presença dos documentos (*actes*). Essa definição não faz da Diplomática uma ciência essencialmente histórica. A arte de dar forma aos documentos é atemporal. Nós a praticamos hoje nos escritórios administrativos e nos

estudos notariais. Mas trata-se exclusivamente de um empirismo; porque, ao contrário do que vemos nos séculos XII e XIII, ela não é realizada pela doutrina: como poucos teóricos se ocupam dela, ela foi abandonada aos práticos que não possuem outro guia que a rotina. Portanto seria desejável que a redação dos documentos fosse estudada pela época contemporânea com o mesmo espírito científico da Idade Média. (Dumas, 1932, p.28, tradução nossa.)

As constatações feitas por Dumas sobre o *status* científico da Diplomática, nesse terceiro momento, e a necessidade de mudança no campo dos estudos diplomáticos ecoaram primeiramente na França, a partir das publicações dos historiadores e diplomatas franceses Georges Tessier e Robert-Henri Bautier.

Em 8 de dezembro de 1930, Georges Tessier (1891-1967), durante discurso de abertura do curso de Diplomática na École des Chartes, demonstrou que as palavras de Dumas tinham, de fato, ecoado nos estudos da Diplomática francesa contemporânea.

Nesse momento, a palavra *Urkunde* e sua definição não eram mais usadas para definir o objeto da Diplomática – pelo menos na França –, sendo substituída por *actes instrumentaires*, como havia proposto Dumas, naquele mesmo ano. Do mesmo modo, o domínio da Diplomática ganhava uma nova versão, mais clara e completa, que ia além da “ciência dos documentos escritos”, ou do “conjunto de conhecimentos que nos permite realizar a crítica documental”. Para o autor, a delimitação do domínio da disciplina fazia-se iminente, uma vez que não era mais possível identificar seu objeto com o da Paleografia.

Segundo Tessier (1930, p.258), a relação entre a Diplomática e as demais disciplinas, estabelecida principalmente pela constante presença destas nos manuais e tratados da primeira, contribuiu para a criação de uma ilusão de que todas possuíam o mesmo objeto: o documento. Essa generalização do objeto contribuiu para que os tratados e manuais de Diplomática fossem escritos como grandes enciclopédias sobre os diplomas, com os mais variados temas e assuntos, uma vez que não abordavam apenas a Diplomática, como foi demonstrado no Capítulo 1 deste trabalho.

Destaca-se, portanto, a preocupação dos diplomatas franceses, nesse terceiro momento, em estudar isoladamente a Diplomática, a fim de delimitar precisamente seu domínio, livrando-a dos binômios que até então lhe haviam sido necessários. Aqui, destaca-se, novamente, a contribuição de Bouard, ao escrever o primeiro manual inteiramente dedicado à Diplomática.

No entanto, em que pese essa nova visão proposta pelos franceses, é importante destacar que a relação com a História ainda se fazia muito presente.

A delimitação do domínio da Diplomática e a ampliação de seu objeto de estudo estão diretamente ligadas à necessidade de ampliação das fontes historiográficas, dado que nesse momento a Diplomática é vista, ainda, como uma ciência auxiliar da História.

Visando a delimitar claramente o domínio da Diplomática, Tessier recorre à distinção entre objeto material e objeto formal, entendendo o primeiro como aquilo que requer a observação do diplomata e o segundo como o ângulo sobre o qual o diplomata considera o documento a ser examinado.

Tessier (1930, p.258, tradução nossa) define como objeto material da Diplomática os *actes instrumentaires* – entendidos como “os escritos autênticos, ou sob autenticação privada, destinados ao conhecimento da realização de um ato jurídico, quer ele se refira ao direito público, quer ao privado” –, entendendo ato jurídico como “aquele realizado voluntariamente pelo homem, com a intenção de produzir, modificar ou extinguir obrigações ou direitos e, portanto, suscetível de conduzir ao titular do direito ou credor da obrigação um apelo diante dos tribunais e ações em justiça, se o direito for lesado ou a obrigação não cumprida”.

Na concepção de Tessier (*ibidem*) os *actes instrumentaires* englobam, também, os documentos preparatórios e os redigidos para constatar e constituir prova de fatos jurídicos, compreendidos como fatos que levam ao nascimento, transmissão, transformação, extinção de direitos sem implicar a intervenção de uma vontade intencional.

A junção dos *actes instrumentaires* aos documentos preparatórios e aos que constituem prova de fatos jurídicos significa um grande passo em direção à expansão dos domínios da Diplomática, assim como a aproximação da Arquivística, uma vez que se define o conteúdo desta como parte dos estudos daquela, como o próprio Tessier destacou:

Se anexarmos aos *actes instrumentaires* os documentos que serviram à sua preparação definitiva, analisaremos todo o material da Diplomática, que quase coincide com o conteúdo dos depósitos de arquivos: documentos redigidos em nome de pessoas investidas de poder, documentos que se referem ao exercício de funções essenciais do poder público, Executivo, Legislativo ou Judiciário, onde há interesses particulares, seja de família, seja de patrimônio; massa enorme de documentos que se referem a atividades jurídicas de pessoas privadas, que tratam de convenções ou atos unilaterais, e enfim, desordenadamente, documentos de estado civil, processos verbais de todos os tipos, inventários, deliberações, contas, terras, relatórios. (*Ibidem*, p.259, tradução nossa, grifo nosso.)

Com base nessa citação, constata-se a aproximação dos estudos diplomáticos aos documentos de arquivo, objeto de estudo da Arquivística, que nessa época já possuía um *status* disciplinar formado, sobretudo com a enunciação do princípio da proveniência (1841) e a publicação de manuais importantes, como o *Manual de arranjo e descrição de arquivos* (1890), da Associação dos Arquivistas Holandeses, o *Manual of Archive Administration* (1922), de *sir* Hilary Jenkinson, e o *Manual di Archivistica* (1928), de Eugenio Casanova.

No entanto, embora o autor apresente a coincidência entre o objeto de estudo da Diplomática com a Arquivística, é ainda prematuro afirmar uma contribuição teórica e metodológica da primeira à segunda. Nesse momento, a Arquivística já caminhava para um amadurecimento teórico-metodológico, ao qual chegou sem a ajuda da Diplomática, ao contrário do que assumiram alguns autores. A Diplomática começa a estreitar os laços com os documentos de arquivo nesse período – agora não apenas com aqueles que eram mantidos nas instituições arquivísticas, mas também com aqueles considerados arquivísticos por natureza –, mas sua aproximação à Arquivística acontece aos poucos, somente algum tempo depois, e em alguns países específicos.

Tessier (1930, p.260, tradução nossa) define como objeto formal da Diplomática as *regras* que, “através do tempo, presidiram à elaboração e à redação dos *actes instrumentaires* considerados como fonte para a história”, sobre as quais o diplomata deverá se debruçar. Essas regras podem ser entendidas como a forma do documento, ou seja, suas estruturas interna e externa, condicionadas por fórmulas universais e específicas, segundo a época, a região e a atividade que o gerou.

Ao finalizar o discurso, Tessier atenta para o fato de a Diplomática estar em expansão após dois séculos e meio de estagnação. Para o autor, o objetivo da arte crítica não deve ser unicamente discernir os documentos falsos dos autênticos. Se o fosse, o que seria feito com os documentos seguramente autênticos? Para ele, o estudo dos documentos pela Diplomática deve ir além da identificação de sua falsidade/autenticidade. “A crítica da autenticidade não é a palavra final da crítica diplomática. Quando se trata de um documento sincero, é preciso dar-lhe razão, estabelecer seu texto, discernir seus elementos; de um lado, as fórmulas, de outro, o resíduo histórico” (ibidem, p.262, tradução nossa).

Contemporâneo de Dumas e Tessier, o professor e arquivista alemão Heinrich-Otto Meisner publicou em Berlim, em 1935, uma obra que introduzia novos estudos diplomáticos aplicados aos documentos dos séculos XVII e XVIII, não necessariamente entendidos segundo a concepção de *Urkunde*, uma vez que compreendia como objeto da Diplomática também os *Akten*, aproximando-a da Arquivística.

No entanto, as obras de Dumas, Tessier e Meisner só começam a ecoar no cenário diplomático e arquivístico após a Segunda Guerra Mundial, quando Tessier publica, em 1952, *La Diplomatie*.²

A obra apresenta as noções gerais sobre a arte crítica dos documentos, como o objeto da Diplomática, a transmissão dos documentos, os caracteres extrínsecos e intrínsecos (a forma) e os documentos públicos e privados. Embora apresente algumas definições já conhecidas, oferece ao leitor do século XX uma obra contemporânea, ao contrário do que havia sido publicado até aquele momento, refletindo os estudos de Dumas e do próprio Tessier, nos anos 1930.

Em sua obra, Tessier não se limita a recolher as definições e elementos de antigos tratados e manuais. Ele os define e conceitua com base na realidade que afrontava o historiador/arquivista/diplomatista em meados daquele século, apresentando uma Diplomática mais *adaptável* ao período. Nesse sentido, além de redefinir o documento diplomático enquanto *acte instrumentaire*, como o objeto material da Diplomática, o autor apresenta um segundo objeto, que é a própria descrição e explicação da forma (objeto formal) desses documentos, definindo-a como “aspecto, estrutura do documento, entendida não apenas como os contornos externos, as disposições materiais, a aparência sensível, mas também como o ordenamento interno do discurso, o conjunto dos caracteres externos e internos de um ato qualquer” (Tessier, 1966, p.13, tradução nossa).

Ao tratar dos caracteres extrínsecos, o autor baseia-se na obra *Nouveau traité*, dos beneditinos, definindo-os como a matéria, o tipo de escritura e os selos. Como caracteres internos, são definidos a língua e o discurso diplomático (*discours diplomatique*), entendido como um quadro redacional sujeito às regras de composição sobre o qual o ato é inserido. Esse discurso é composto pelo teor documental que abrange o texto e os protocolos.

No tocante à partição do documento, a crítica apresentada por Tessier em nada difere das propostas anteriormente. O autor engloba no protocolo inicial: invocação (*l'invocation*), nome e titulação do documento (*la suscription*), destinatário (*l'adresse*) e saudação (*le salut*). O texto é composto por preâmbulo (*le préambule*), notificação (*la notification*), exposição (*l'exposé* ou *narratio*), dispositivo (*le dispositif*) e cláusulas finais (*les clauses finales*). No protocolo final, encontram-se os sinais de validação (*les signes de validation*), como assinaturas e subscrições, e as datas (*les dates*).

Ainda segundo Tessier (1966, p.17), cabe ao diplomata descrever os diferentes estágios de transmissão do documento, precisando a noção de originalidade e determinando seu grau de autoridade. Desse modo, o autor redefine o

2. A primeira edição do livro é de 1952, no entanto, este trabalho utiliza a terceira edição, de 1966.

conceito de documento original – que, segundo ele, não podia mais ser o mesmo proposto nos antigos tratados e manuais, visto que aquele não poderia mais dar conta da realidade documental atual. Para o autor (ibidem, tradução nossa), *documento original* seria o primeiro e perfeito, capaz de produzir efeitos. “O original deve ser um documento perfeito, apto para produzir os efeitos que seu autor espera dele. Essa perfeição lhe é conferida por meio da forma [...] Somos, então, autorizados a definir como original o exemplar primeiro e perfeito de qualquer documento”.

A obra de Tessier marca o início de uma Diplomática finalmente dedicada às questões documentais do século XX, principalmente ao propor uma nova visão do objeto da arte crítica, assim como de algumas definições que contribuíam para estagná-la nos moldes da Diplomática dos tratados e manuais modernos.

Também é importante destacar que o livro, embora apresente definições mais convenientes à realidade da época, não deixa de citar as obras clássicas e modernas, que, apesar de terem sido promulgadas em contextos diferentes, ainda contribuem para os estudos dos documentos contemporâneos a essas obras, como os elementos externos e a crítica diplomática.

Conclui-se que, como destacado anteriormente, *La Diplomatie* marca o início de uma disciplina mais contemporânea, não deixando de apresentar definições clássicas necessárias à Diplomática. No entanto, esse início ainda é muito sutil, e ganhará fôlego somente a partir das discussões que se seguiram à publicação da obra, notadamente com Robert-Henri Bautier, também na França, alguns anos depois, no contexto conhecido como “crise da Diplomática”.

Ao período de ideias em efervescência vivenciado pela Diplomática no século XIX, sobretudo com os estudos de Sickel, Ficker e dos demais diplomatas austríacos e alemães, seguiu-se um período de total estagnação da arte crítica, que encontrou, na segunda metade do século XX, ora defensores de uma revisão disciplinar urgente em direção à ampliação do campo de estudo da Diplomática, ora defensores de uma manutenção da erudição da arte crítica, contra-atacando o caráter técnico que a disciplina ganhara nos últimos anos.

Paradoxalmente, nesse cenário conhecido como a “crise da Diplomática”, vários foram os trabalhos publicados buscando extrair a arte crítica da situação de estagnação e “empobrecimento” na qual se encontrava.

No mesmo contexto, em 1962 é publicado, no periódico *Bibliothèque de l'École des Chartes*, um texto apresentado em conferência na sede da escola, em 10 de novembro de 1960, dedicado ao estado atual dos estudos diplomáticos na Áustria e ao seu possível desenvolvimento futuro. Trata-se do texto de Heinrich Fichtenau, “La situation actuelle des études de Diplomatie en Autriche”.

Fichtenau apresenta um panorama dos estudos diplomáticos na Áustria no começo do século XX, no qual alega que esses estudos perderam força desde a criação das escolas de Sickel e Ficker e que enfrentavam um esgotamento.

As escolas de Theodor von Sickel e de Julius von Ficker, com métodos diferentes, porém complementares, elevaram a Diplomática ao *status* de disciplina científica, enriquecendo sua teoria e método de uma maneira jamais observada antes. Após tanto esplendor, como destacou Pratesi (1973), era natural que o ritmo de desenvolvimento diminuísse, visto que os jovens eruditos que os sucederam não possuíam senso crítico tão apurado como o de seus professores.

Para Fichtenau, a solução para a crise de esgotamento seria um grande aprofundamento nos temas tradicionais da Diplomática, com um novo espírito crítico e erudito.

Seria absurdo elaborar programas revolucionários que promettessem uma renovação da nossa disciplina como se tudo aquilo que foi feito nos séculos anteriores fosse privado de qualidade [...] O que podemos fazer é adicionar aos domínios já existentes alguma coisa que chame os jovens eruditos – não falamos de entusiasmo. É adicionar algo que combata os dois perigos que ameaçam a Diplomática: o perigo de uma rotina técnica e o de uma especialização ligada aos detalhes ínfimos dos conjuntos. Trata-se de algo destinado não aos iniciantes, mas àqueles que provaram sua perspicácia e tenacidade e que querem manifestar sua coragem. Enfim, trata-se de algo que possa envolver as duas direções: aquela dos diplomatas puros e aquela dos diplomatas historiadores. (Fichtenau, 1961, p.13, tradução nossa.)

Os teóricos da Diplomática deveriam, portanto, trabalhar em direção à superação dessa crise tendo por base uma erudição maior, combatendo as perspectivas tecnicistas das rotinas no momento da crítica documental. O que significava dizer que a Diplomática não deveria ser ensinada nas escolas apenas com o objetivo puramente técnico, que visasse somente à crítica dos textos e à verificação do falso e do autêntico. Expandir os horizontes da Diplomática, segundo as concepções do autor, significaria contribuir ainda mais para seu esgotamento e empobrecimento teórico e metodológico.

Ainda segundo a concepção de Fichtenau, o diplomata deveria ver o documento assim como o via o homem da Idade Média, ou seja, considerá-lo em todos seus aspectos, em todos os seus significados e objetivos. Não bastava apenas aplicar o método diplomático e extrair as informações para a crítica do documento. Era necessário ir além da técnica, pensar nas relações por trás daquele documento, pois,

em cada documento medieval, estão presentes e operantes implicações religiosas, litúrgicas, retóricas, que se misturam entre elas e constituem, abaixo do sistema jurídico, o vívido tecido conectivo. É da consciência dessas mais íntimas possibilidades de interpretação que cada pesquisa particular deve partir para atingir uma compreensão total da complexa manifestação de civilidade constituída pela documentação medieval. (Petrucci, 1963, p.4, tradução nossa.)

A renovação da arte crítica não dependia, segundo Fichtenau, da expansão de sua problemática, que deveria permanecer a mesma, ou seja, o documento medieval. Era a concepção da arte crítica enquanto uma disciplina mais elástica e ampla, e ao mesmo tempo mais individual e autônoma, que deveria ressurgir. A Diplomática seria vista, portanto, como necessária à História, mas não dependente dela, e o documento deveria ser estudado segundo essa perspectiva. “Aumentar, portanto, os tradicionais confins da Diplomática, mas não pulverizá-la, e muito menos querer retornar a uma ciência universal dos documentos, recalçando as ingênuas ambições dos pioneiros do século XVII” (ibidem, tradução nossa).

Ainda no contexto de uma crise, alguns anos antes da publicação de Fichtenau, o diplomata tcheco Sebanek promulgou, na década de 1950, o que chamou de “Diplomática Marxista”, ou seja, “os métodos utilizados pela Diplomática tradicional e histórica deviam avançar e descobrir, na história, a função social que tinha o documento na configuração de um tecido social determinado, em um momento dado” (Tallafigo, 1994, p.19). Segundo ele, a análise diplomática do documento devia levar em conta o momento social no qual o documento foi produzido, assim como quem o produziu e que posição social essa pessoa ocupava na sociedade.

No entanto, apesar das discussões acerca de uma crise, Ghignoli (1991) discorda sobre a existência desta, pois, segundo a autora, houve tantas publicações científicas na área e tanto interesse por parte dos diplomatas em identificar uma solução para a estagnação da Diplomática que isso, de maneira alguma, poderia ser considerado uma crise.

Nesse contexto de rica produção científica que buscava dar fim à crise, o texto de Robert-Henri Bautier, “Leçon d’ouverture du cours de Diplomatie à l’École des Chartes” – publicado no mesmo volume da *Bibliothèque de l’École des Chartes* no qual Fichtenau expunha suas ideias sobre a crise de esgotamento da Diplomática –, destaca-se como o mais importante e, ao mesmo tempo, o mais controverso.

Discípulo das ideias de Tessier, Robert-Henri Bautier (1922-2010) pode ser considerado um marco teórico nos estudos da Diplomática, e conseqüentemente

da Arquivística, no século XX, uma vez que foi o primeiro autor a colocar as duas disciplinas em contato. Embora tenha escrito diversas obras notáveis ao longo de sua carreira como arquivista, medievalista e diplomata, Bautier, no campo dos estudos diplomáticos, é notadamente conhecido pelo texto publicado no volume da *Bibliothèque de l'École des Chartes*.

“Leçon d’ouverture du cours de Diplomatie à l’École des Chartes” vai na contramão de tudo aquilo que propõem Fichtenau, Sebanek e os demais diplomatas clássicos, apresentando como solução à crise da Diplomática uma mudança em sua problemática e sua aproximação a outras disciplinas.

O texto de Bautier causou certo choque em seus colegas ao defender uma expansão da problemática da Diplomática, redefinindo o conceito de documento diplomático e expandindo os estudos da arte crítica a todos os documentos de arquivo, sem limitação cronológica, como a única saída para uma crise de crescimento e esgotamento.

O autor propunha uma ampliação do objeto da Diplomática além daqueles testemunhos redigidos segundo a observação de formas determinadas que garantem ao documento natureza jurídica e força probatória, *Urkunde* – como os definiu a Diplomática Moderna. “Eu não vejo nenhuma razão para que a Diplomática descarte de seu campo, como ela tem feito tradicionalmente, todos os documentos administrativos que não sejam aqueles entendidos em sentido estrito” (Bautier, 1961, p.208, tradução nossa).

Para Bautier, era necessário, primeiramente, que os diplomatas identificassem os documentos gerados em uma administração (*actes instrumentaires*), compreendendo dois tipos: *actes administratifs* e *papiers administratifs*.

Devemos distinguir dentre os documentos de uma administração, dois tipos: os que qualificamos como documentos administrativos – *acte administratif* – que são aqueles que regulamentam ou notificam uma decisão ou, ainda, são fontes de direito ou obrigação. Os outros que designamos de modo geral com o nome “papiers administratifs”, que não são os documentos (*actes*) em sentido estrito, quer dizer, os documentos criados com o objetivo de provar um direito: às vezes eles são criados no momento da preparação, da notificação ou da execução de uma decisão, às vezes são destinados a informar a administração no cumprimento de uma função ou mandato. Tanto um quanto outro são, ou podem ser, imediata ou mediatamente, fonte de direitos e obrigações para a própria administração ou para outros: vemos também um índice no fato de que a administração os conserva como arquivos, quer dizer, prova em potencial. (Ibidem, tradução nossa.)

O documento de arquivo passava, então, a ser o objeto de estudo da Diplomática. Se, nos séculos XVII e XVIII, era comum encontrar nos manuais capítulos inteiros dedicados aos arquivos, devido à importância que representavam enquanto guardiões dos diplomas, Bautier identifica, agora, como o próprio objeto da Diplomática todos os documentos mantidos nos arquivos, dos mais solenes (*diploma*) aos mais comuns (*chartae*), invertendo a ordem que ora se apresentava: todos os documentos de arquivo eram diplomáticos, e não mais o contrário.

Essa simbiose entre documento de arquivo e documento diplomático permite, segundo o autor, a compreensão do documento em função do fundo ao qual pertence ou pertenceu. Em vez de estudar o documento diplomático isoladamente, deve-se compreendê-lo enquanto documento arquivístico – documentos que fazem parte de um mesmo fundo e que guardam relações orgânicas entre si –, o que garante ao diplomata uma melhor compreensão do contexto no qual o documento foi gerado, uma vez que as fontes são claramente maiores.

Para Bautier, um documento não pode ser verdadeiramente compreendido fora do contexto do fundo ao qual pertence. Assim como os arquivistas têm muito clara essa relação, os diplomatas também deveriam apoiar-se na perspectiva de fundo e conjunto oferecidos pela Arquivística.

A crítica dos documentos é surpreendentemente facilitada pela sua aproximação a documentos anteriores e posteriores a eles, assim como pela reunião de peças de um mesmo dossiê [...] Nós estamos convencidos de que os diplomatas seriam muito mais conscientes desse aspecto se tivessem sempre acreditado na noção de que o documento diplomático é essencialmente um documento de arquivo, quer dizer, uma peça em um conjunto, um elemento em um fundo. (Ibidem, p.212, tradução nossa.)

No entanto, embora o autor conecte ambas as disciplinas por meio do mesmo objeto, o documento de arquivo, ele toma o cuidado de definir suas esferas de interesses específicos. Segundo ele, à Arquivística interessa o grupo de documentos, visando, acima de tudo, a sua conservação, classificação, descrição e divulgação, enquanto à Diplomática interessa a forma e gênese do documento de arquivo em si, isolado, para melhor compreender seu contexto e sua substância jurídica. “A Diplomática é a soma dos conhecimentos relacionados ao documento, enquanto a Arquivística é a técnica que trata da organização dos fundos de arquivo” (ibidem, p.211, tradução nossa).

As propostas de Bautier dizem respeito, especificamente, à Diplomática. Ao propor a aproximação desta com os documentos de arquivo e, conseqüentemente,

com a Arquivística, o autor visava a resolver o problema da “crise” que assombrava a arte crítica dos documentos. Em outras palavras, seu objetivo era aproximar ambas as disciplinas para sanar um problema da Diplomática, e não da Arquivística. No entanto, ao finalizar o texto, Bautier não pôde deixar de destacar a importância que o estudo de uma Diplomática Contemporânea teria para os métodos de trabalho do arquivista, notadamente no período que compreendia uma grande mudança na área, com a explosão documental do pós-guerra e a emergência da gestão documental.

A Diplomática Contemporânea se aproxima tanto dos métodos de trabalho das administrações que seu desenvolvimento será um auxiliar preciso ao arquivista e ao administrador, uma vez que ambos se interessam, hoje, por aquilo que chamamos “*archives en formation*”, ou “*record management*”, cujos estudos avançam nos Estados Unidos e podem influenciar certamente a técnica da administração e a sua eficácia. (Ibidem, p.223, tradução nossa.)

A defesa de Bautier de uma disciplina contemporânea, baseada nos estudos dos documentos de arquivo e na relação simbiótica com a Arquivística, pode ter origem nas profissões que o autor exercia: historiador da Idade Média, paleógrafo, diplomata e, sobretudo, arquivista. É inegável sua contribuição para a estruturação da profissão de arquivista na França no século XX e de sua cooperação internacional com outros países. Bautier teve uma grande importância na constituição do Conselho Internacional de Arquivos (ICA), trabalhando na *Bibliographie Analytique Internationale des Publications Relatives à l'Archivistique et aux Archives* durante a década de 1950, e como secretário de redação do periódico *Archivum*, na mesma época. Contemporaneamente, publicou diversos textos e livros sobre os arquivos e o arquivista, dentre os quais o mais famoso é “*L'activité des archives dans le monde (1945-1952)*”, publicado na *Archivum*, em 1953.

No entanto, é importante ressaltar que, quando Bautier propõe uma expansão do objeto de estudo da disciplina, não está tratando diretamente dos documentos contemporâneos a ele, e sim dos documentos posteriores ao século XVIII, especificamente os do século XIX. É sabido que, até aquele momento, o interesse dos historiadores recaía, sobretudo, nos documentos da Idade Média, principalmente nos diplomas. Com uma abertura maior do que seriam as fontes históricas, notadamente após o início da Escola dos Annales, na França, é possível perceber uma mudança nos estudos dos historiadores, que, agora, passam a analisar fontes mais vastas e variadas. Como consequência, Bautier, enquanto

historiador, viu, na expansão do objeto de estudo da Diplomática, a possibilidade de analisar com muito mais precisão um número maior de fontes históricas.

Conclui-se novamente que, ao contrário do que se imaginava, a Arquivística (sua teoria e método) caminhou por conta própria desde o século XIX, quando foi elevada, finalmente, ao *status* de disciplina, sendo relacionada com a Diplomática somente na década de 1960, por uma necessidade muito maior da Diplomática do que da própria Arquivística. Isso leva a crer que houve uma contribuição mútua para o desenvolvimento de ambas nesse momento e não apenas uma via de mão única (da Diplomática para a Arquivística), como se pensava. No entanto, as soluções propostas por Bautier para sanar a crise da Diplomática e favorecer a pesquisa histórica não foram e continuam não sendo bem-vistas por alguns diplomatas mais tradicionais.

Em 1963, o italiano Francesco Petrucci escreveu um artigo comparando os dois textos publicados no volume da *Bibliothèque de l'École des Chartes*, expondo sua indignação acerca da proposta de Bautier, declarando-a comprometedora. Segundo Petrucci, a Diplomática estabeleceu há muito tempo seu objeto de estudo e este não precisava ser mudado. Para ele, a definição de um novo objeto da Diplomática, em direção a todas as peças de arquivo, é muito ampla e, ao mesmo tempo, restrita:

basta, então, que um testemunho ou uma memória qualquer (até mesmo não escrita?) seja conservada em um arquivo para que adquira significado de “*acte diplomatique*” e entre no domínio da Diplomática? Hoje os arquivos estão transformando sua estrutura e seu aspecto e tornam-se, cada vez mais, centros de documentação nos quais, ao lado dos “*papier administratif*” são colocados também as fitas e os microfilmes. Até desses o diplomata deverá se ocupar? Ou trata-se em tal caso de “*pièces d’archives*” que não entram na categoria dos “*actes*”? (Petrucci, 1963, p.7, tradução nossa.)

A reação de Petrucci é um pouco exagerada, pois estava implícito que as peças de arquivo aos quais a Diplomática deveria estender seu domínio tratavam-se dos documentos escritos. No entanto, uma de suas preocupações apresentava um fundamento que merece ser considerado aqui. Para ele, expandir a problemática da arte crítica poderia contribuir para que a Diplomática caísse em um “limbo puramente técnico”, uma vez que seu método seria exposto às mais diversas situações, independente da natureza e da época, sem qualquer possibilidade de compreensão dos fenômenos que aborda.

Deseja-se, de fato, reagir ao empobrecimento da Diplomática, ao seu isolamento, à restrição de seu campo de ação; mas com os meios propostos (sem limite cronológico, a uma extensão indiscriminada a todas as épocas e civilizações, redução da Diplomática a somente a metodologia crítica) arrisca-se dissecá-la ainda mais, transformá-la em um puro instrumento técnico. (Ibidem, p.10, tradução nossa.)

As declarações de Petrucci encontram fundamento se analisarmos o uso atual da Diplomática Contemporânea. É seguro dizer que disciplinas como a História e a Historiografia, a Arquivística e mesmo a Biblioteconomia e a Ciência da Informação beneficiaram-se e continuam se beneficiando dessa expansão problemática na medida em que aplicam o método diplomático aos mais variados tipos documentais. No entanto, assim como os tipos documentais, seus objetivos também são os mais variados: o entendimento da forma documental enquanto subsídio para a compreensão do passado e contexto de criação dos documentos; o estudo da tipologia documental; e até mesmo a verificação de um padrão estrutural de rótulos de vinho ou bulas de remédios. Nesse último caso, o método diplomático é aplicado como puro instrumento técnico, tendo relação com a análise documental, uma vez que não há um estudo da gênese e compreensão do documento, parte fundamental do método de análise por parte da Diplomática.

A expansão proposta por Bautier para “salvar” a Diplomática é salutar, uma vez que alarga os limites cronológicos e espaciais da crítica dos documentos, permitindo sua compreensão dentro de um contexto específico – no caso, o fundo de arquivo – e fornecendo um maior número de fontes ao pesquisador, tendo em vista que o documento é entendido a partir de sua relação com os outros do mesmo fundo. Ao mesmo tempo, a expansão da problemática traz à arte crítica um novo problema: como incorporar esses novos usos sem cair no limbo técnico? Ou, em outras palavras, como garantir que a Diplomática não seja limitada ao estudo técnico do documento se, teoricamente, qualquer peça documental pode ser repartida e analisada em suas partes pelo método diplomático?

O método diplomático é um modelo histórico-analítico que possibilita o estudo das relações dos documentos com seu contexto de criação e com seu produtor por meio da partição e do estudo da forma do documento, a fim de compreendê-lo enquanto testemunho de um fato. Aplicá-lo em qualquer outro contexto que não esse, com qualquer outro objetivo que não o de compreender a natureza do documento para fins de verificação de autenticidade ou organização, é entendê-lo como instrumento puramente técnico.

As discussões acerca da aplicabilidade do método diplomático por outras disciplinas são apresentadas de forma mais contundente no final da década de

1980, quando a Arquivística começa a fazer uso do método diplomático como subsídio à organização dos documentos contemporâneos.

O texto de Bautier continua causando inquietação ainda hoje – mais de quarenta anos após sua publicação – aos diplomatas medievais, dentre eles Antonella Ghignoli, historiadora e diplomata da Idade Média e professora da Università la Sapienza de Roma. Segundo a autora, propor para a Diplomática o estudo de todas as *pièces d'archives* significaria esvaziar uma disciplina, seja esta denominada Diplomática ou outra coisa, de um sentido próprio (Ghignoli, 1991, p.45). Para ela, a Diplomática nasce para criticar os documentos medievais, esse é seu objeto de estudo, não admitindo sua expansão cronológica ou espacial.

No entanto, o contrário também pode ser verificado, ou seja, hoje há diplomatas que veem, na proposta de expansão do campo de estudo da Diplomática, um ponto de partida para uma renovação disciplinar, como no caso de Guyotjeannin (1996, [s.p.], tradução nossa), medievalista que declarou: “Robert-Henri Bautier lançou uma vigorosa defesa em favor da abertura da Diplomática ao conjunto das fontes arquivísticas e, conseqüentemente, aos documentos administrativos”.

Os estudos de Bautier também tiveram reflexo na Itália. Segundo Pratesi (1973, p.5), “os pressupostos para uma Diplomática nova, mais ampla, partiram de Bautier”, ao reformular o conceito de documento diplomático – até então com o sentido estrito da palavra alemã *Urkunden*. O autor italiano defendeu a proposta de Bautier e foi o responsável por influenciar os diplomatas contemporâneos que, na década de 1980, contribuíram para a consolidação da Diplomática Contemporânea apresentando subsídios à organização arquivística.

Alargar agora o campo de investigação para além dos confins cronológicos da Idade Média e para além dos limites geográficos do mundo ocidental, ao mesmo tempo que expande o método diplomático ao estudo não apenas da *Urkundenlehre* mas também da *Aktenkunde* (mais que, genericamente, a todas as *pièces d'archives*), não significa renegar um método, mas, ao contrário, afirmar a validade além dos limites habituais: progressivamente, assim que as investigações forem expandidas aos novos setores, poderão ser superados os temores iniciais que hoje o desconhecido ainda hesita, e serão vistas mais nitidamente as linhas de uma Diplomática que, mesmo se tiver que adaptar-se a especializações únicas, escapando da miragem de um enciclopedismo universal, poderá aplicar a própria metodologia a documentos de proveniências diversas e a todas as épocas. (Ibidem, p.444, tradução nossa.)

A constatação de Pratesi se faz presente, notadamente, nos estudos de Paola Carucci e Luciana Duranti, apresentados a seguir.

A consolidação da Diplomática Contemporânea a partir dos estudos de Carucci e Duranti

Os antigos tratados e os manuais modernos de Diplomática buscaram definir elementos para a verificação de documentos autênticos ou falsos em um contexto específico de produção e uso da documentação medieval. Alternando o período no qual os documentos foram produzidos, os diplomatas analisavam basicamente a documentação produzida na Idade Média pelos reis e membros da Igreja; somente após um longo período, a documentação privada passa a fazer parte do rol documentário analisado por eles.

Após a crise da disciplina em meados do século XX, surgem novos pressupostos com objetivo ora de expandir a classe de documentos e o período histórico que deveriam ser analisados, ora de retomar as bases de uma erudição similar àquela dos primeiros diplomatas franceses.

Ambos os pressupostos encontraram fulcro nas discussões que se seguiram e que, ainda hoje, se sustentam. De um lado, os diplomatas medievalistas que não apoiam a expansão dos limites cronológicos da Diplomática, alegando um deslocamento desnecessário e forçado dos elementos dos documentos medievais para os documentos contemporâneos. Do outro, os arquivistas que encontraram, nas palavras de Bautier e de seus sucessores, um apoio teórico e metodológico da disciplina para a organização do conhecimento mantido em seus arquivos, deslocando e adaptando o método diplomático em um novo contexto de produção e arranjo da informação.

Quando Bautier lançou as bases para uma disciplina mais “elástica” na década de 1960, talvez não imaginasse que o método, uma vez utilizado para a análise dos documentos medievais, passaria a fazer parte da Arquivística como uma ferramenta tida como essencial para o estudo dos documentos contemporâneos. Pode ser que o autor tivesse de fato tal pretensão, porém não contava com tamanha elasticidade, que permitisse o uso do método para criação e preservação dos documentos eletrônicos no século XXI.

Em 1987, o aporte teórico e metodológico da Diplomática à Arquivística finalmente encontra respaldo nos estudos da documentação contemporânea com a publicação das pesquisas da italiana Paola Carucci. Seguindo os passos de Pratesi, que, influenciado por Bautier, já previra, havia alguns anos, um movimento

diplomático em direção aos estudos arquivísticos, a autora publicou o livro *Il documento contemporaneo: Diplomatica e criteri di edizione*, no qual extrapola os limites de estudo do campo da Diplomática, aplicando seu método e definições à documentação contemporânea da administração pública italiana.

A obra de Carucci merece destaque neste trabalho por ser o primeiro texto a tratar exaustivamente da aplicação da Diplomática aos documentos contemporâneos e de sua contribuição à Arquivística. Assim como Bautier, a autora conjuga documento arquivístico e Diplomática ao definir como objeto de estudo da disciplina a unidade arquivística elementar.

A Diplomática é, portanto, a disciplina que estuda o documento único, ou, se preferirmos, a unidade arquivística elementar, documento, mas também fascículo, registro, analisando, sobretudo, seus aspectos formais a fim de definir a natureza jurídica dos atos, seja quando diz respeito à sua formação, seja quando diz respeito aos seus efeitos. (Carucci, 1987, p.27, tradução nossa.)

Novamente a forma e o negócio jurídico são intrinsecamente ligados, mas o campo de estudo da Diplomática é estendido não apenas aos documentos que estão conectados de alguma forma ao ato que representa uma manifestação de vontade – capaz de dar lugar, modificar ou extinguir uma situação jurídica –, mas também àqueles que não apresentam uma natureza jurídica ou não atuam baseados nela. Desse ponto de vista, os documentos de apoio também passam a integrar as categorias de documentos que podem ser analisadas pelo método diplomático, e o estudo dos documentos arquivísticos se justifica, mais uma vez.

Citando Pratesi, Carucci destaca a tendência atual de dilatar o conceito de documento além dos limites da relação com a natureza rigorosamente jurídica de seu conteúdo. Segundo a autora (1987, p.29, tradução nossa), “tal tendência, que reconduz a uma ampliação dos fins da Diplomática da análise do documento (e de seus procedimentos) para o estudo da instituição que o produz, encontra – paralelamente – uma justificativa na evolução teórica da arquivística”. Tal justificativa recai sobre o fato de que à Diplomática, diferentemente do que se estudara até então, não cabe mais o papel único e exclusivo de identificar os elementos do documento para a verificação de sua autenticidade. Com a evolução do Direito e uma diferente concepção de Estado, os princípios jurídicos foram modificados, assim como a relevância de certos elementos utilizados para legitimar os documentos. Em outras palavras, a Diplomática do documento contemporâneo não se limita mais ao estabelecimento das características de autenticidade e/ou falsidade documental, encontrando uma nova finalidade no campo dos

estudos arquivísticos ao propor a observação do contexto de criação dos documentos, com base em uma análise da parte para o todo.

O estudo do contexto é proposto também pela Arquivística, uma vez que o documento de arquivo caracteriza-se como tal devido à sua participação no conjunto documental ao qual pertence. Ou seja, um documento de arquivo é aquele que foi produzido por uma pessoa física ou jurídica para cumprir ou provar uma atividade específica, mantendo uma relação orgânica com os outros documentos do mesmo fundo. A informação é contextualizada, justificando, portanto, o estudo do contexto de produção e organização do documento.

É evidente que quem estuda o arquivo em seu complexo leva em consideração tanto os documentos de natureza jurídica (documentos formais e escritos informais) quanto os testemunhos escritos que refletem fatos não jurídicos. Ao final do ordenamento e do inventário de um arquivo, assim como ao final da pesquisa histórica, a distinção entre documento jurídico e documentos de outra natureza não é relevante, no sentido de que o arquivista deve identificar e descrever os documentos singulares, fazendo uso da análise diplomática, sem, portanto, instituir uma hierarquia com base em sua natureza: dentro de um mesmo processo, uma carta pessoal pode ser tão importante quanto um documento administrativo. (Carucci, 1987, p.29, tradução nossa.)

Para a Diplomática Contemporânea, ao estudar a unidade arquivística elementar, o arquivista é capaz de compreendê-la em todo o seu complexo, identificando as relações que ela mantém com os outros do mesmo fundo. O estudo dos caracteres jurídicos e formais do documento, analisados no contexto histórico-institucional no qual foi produzida a documentação, permite ao arquivista e ao diplomata uma aproximação particular ao estudo das instituições.

Assim como quem se ocupa dos documentos medievais encontra dificuldade para reconstruir os contextos e processos dos quais o documento fez parte, quem trabalha com a documentação contemporânea também não está livre do problema. Por essa razão, a concepção de estudo da parte para o todo – do documento para o contexto, conhecida como *bottom-up approach* – justifica-se quando as fontes utilizadas pelos arquivistas para conhecer a estrutura do órgão produtor não são completamente confiáveis.

Para a história administrativa contemporânea, a reconstrução das competências e dos processos administrativos também apresenta notável dificuldade, seja quanto ao perfil jurídico, seja com relação à evolução histórica das instituições; portanto, o estudo dos documentos e dos arquivos é ainda fundamental, mesmo

se, evidentemente, tivermos uma possibilidade mais ampla de fontes alternativas ou convergentes. (Ibidem, p.30, tradução nossa.)

Em seu livro, Carucci procura demonstrar que o estudo da forma do documento, objeto mais que solidificado da Diplomática, se justifica tanto para verificar sua autenticidade/falsidade quanto para reproduzir um contexto de produção da informação arquivística. Nesse sentido, a autora destaca que, “assim como na Idade Média, a atividade da administração pública e a de relevância jurídica se manifestam mediante os documentos que assumem uma forma determinada, cujos elementos são, em alguns casos, pré-fixados pela lei” (ibidem, p.27, tradução nossa). Logo, o documento contemporâneo, que também se manifesta por meio da relação da vontade expressa no ato jurídico e da forma na qual esse ato se manifesta, pode ser repartido e analisado em suas partes por meio do método diplomático, permitindo ao arquivista uma análise direta dessa relação, sem intermediários.

Diferentemente dos manuais de Diplomática Moderna, que definem e especificam os elementos internos e externos dos documentos medievais, Carucci procura, justamente, não defini-los, pois, na concepção da autora, elementos como a matéria ou tipo de escrita não parecem ser muito relevantes para o estudo do documento contemporâneo, adquirindo importância em raros casos para fins de pesquisa histórica. Essa diferença já demonstra uma ruptura de alguns padrões facilmente identificáveis no método diplomático, como a análise dos elementos internos e externos, que sempre foi uma das bases dos estudos tradicionais.

Quando se fala em elementos que constituem o documento na Diplomática, devemos nos referir, em primeiro lugar, ao modo de redação do documento: caso se trate de atos jurídicos, o diplomata deverá referir-se à elaboração doutrinária dos juristas e, portanto, considerar a forma, isto é, a veste sob a qual o ato se apresenta ao mundo externo, enquanto os outros elementos constitutivos do ato jurídico, o assunto, a vontade, a causa e o objeto adquirem, em sua forma, perspectiva de relevância à medida que contribuem para determinar uma forma diferente: isto é, de um ponto de vista metodológico, para o diplomata, a individualização da natureza do conteúdo jurídico do ato baseia-se na modo de redação do documento. (Ibidem, p.99, tradução nossa.)

Entende-se, portanto, que o estudo deve recair sobre a espécie documental, ou seja, sobre o veículo redacional estabelecido para registrar aquele determinado ato jurídico. O arquivista ou diplomata deverá ser capaz de identificar a forma que dará origem à espécie documental para, posteriormente, estudar os

outros elementos, como o assunto, a vontade, a função, que adquirem relevância por sua relação com a forma. Logo, os elementos que constituem o documento contemporâneo são identificados a partir dessa relação, a partir de sua importância para a formação da espécie documental.

Apesar da variação sobre a identificação de elementos internos e externos ao documento contemporâneo, a divisão do documento em *protocolo inicial-texto-protocolo final* se mantém, porém sem suas articulações centralizadas que ou caíram em desuso, ou estão espalhadas pelo documento. Segundo Carucci (ibidem), tais articulações, como invocação, titulação ou saudação, podem ser encontradas nos documentos mais importantes, requerendo uma forma mais solene, mas não constituem uma regra geral, e sim exceção.

Para a autora, os elementos relevantes para análise do documento seguem uma ordem de importância, que caracteriza o documento no momento de sua formação. São eles: autor, destinatário, texto, subscrição e data. Eventualmente, seguirão alguns elementos também juridicamente relevantes, colocados no documento após sua redação, como as autenticações, e aqueles inerentes ao serviço de arquivo e protocolo, por exemplo, classificações e registros de protocolo.

Os modos de transmissão, apesar da evolução das tecnologias de informação, poucas modificações sofreram. Nesse contexto, a Diplomática contemporânea de Carucci também considera o documento em três momentos: 1) original, que é definido como a elaboração definitiva do documento, perfeito em seus elementos substanciais e formais; 2) minuta, definida como o primeiro rascunho escrito ou ditado pelo autor do documento, ou compilada por outra pessoa por ele delegada; 3) cópia, definida como uma reprodução do documento original, podendo ser simples (sem valor de prova), autêntica (legitimada pela subscrição notarial), vidimada (validada pela autoridade pública) e imitativa (reproduz os caracteres gráficos originais).

Os estudos de Carucci sobre a aplicação do método diplomático – essencialmente histórico, cujo objetivo reside em identificar os elementos que compõem um documento medieval e analisá-los em comparação com outros documentos de mesmo período ou produtor, a fim de comprovar sua autenticidade/falsidade – aos documentos arquivísticos contemporâneos demonstra uma intenção em recriar uma utilidade ao método diplomático, que, acreditava-se, caía em desuso na época. Para a autora, dar novos usos para essa disciplina tão antiga poderia garantir sua sobrevivência em um momento no qual o Direito não necessitava, fundamentalmente, da análise diplomática para verificar a autenticidade do documento. Porém, deve-se ter claro que o estudo dos documentos medievais é muito amplo e passível de inúmeras interpretações, o que justifica, perfeitamente, o uso contínuo do método diplomático. Nesse sentido, é necessário ter

claro que a Diplomática, nesse momento específico, apresenta-se à Arquivística para sanar uma necessidade que esta exhibe no tocante à análise do contexto de produção dos documentos contemporâneos.

Destaca-se ainda, o fato de que a autora, para adaptar o método ao estudo do documento contemporâneo, elimina a análise de elementos que até então eram considerados fundamentais e basilares ao método diplomático. Essa adaptação parece ser uma tentativa de revisão de um método histórico criado essencialmente para analisar documentos medievais. O estudo da forma se mantém, assim como sua relação com o ato jurídico; no entanto, o contexto do conjunto parece ser muito mais importante do que o documento em si, o que nos permite caracterizar essa Diplomática como essencialmente arquivística.

As discussões de uma Diplomática Contemporânea ou Arquivística ainda são acaloradas em alguns países europeus. Há quem sustente que a disciplina é essencialmente medieval, e há quem afirme que o método diplomático é um elemento necessário aos estudos dos documentos contemporâneos, constituindo quase uma relação simbiótica da Diplomática com a Arquivística. No tocante à última corrente, destaca-se o nome de Luciana Duranti, que, não encontrando espaço para as discussões da Diplomática Contemporânea na Itália, muda-se para o Canadá, onde propaga as ideias de Carucci e torna-se um verdadeiro “mito” da Diplomática Arquivística, ao fundamentar os estudos dos documentos eletrônicos na disciplina.

Em 1989, Luciana Duranti, arquivista e docente da University of British Columbia, no Canadá, publica uma série de artigos em seis partes intitulada “Diplomatics: New Uses for an Old Science”, no periódico arquivístico *Archivaria*, na qual, influenciada pelas ideias de Carucci e refletindo seus estudos comparativos entre os documentos medievais e os documentos contemporâneos, propunha novos usos para a Diplomática, a partir da aplicação de sua crítica aos documentos contemporâneos na América do Norte.

Duranti defendia o uso da Diplomática para analisar as coleções de arquivos modernos na América da Norte, onde muitos arquivistas nunca haviam ouvido falar de Diplomática ou tiveram qualquer experiência em sua aplicação. A Diplomática era uma nova maneira radical para os arquivistas norte-americanos analisarem suas coleções. (Storch, 1998, p.365, tradução nossa.)

Por tratar-se da primeira obra sobre Diplomática escrita em língua inglesa, nos primeiros capítulos a autora faz uma recapitulação sistematizada da Diplomática Clássica, introduzindo, aos poucos, as relações que essa estabelece com o material arquivístico, para, na última parte, expor as relações entre Diplomá-

tica e Arquivística e as contribuições que o método diplomático poderia trazer aos arquivistas, caracterizando a Diplomática como uma “disciplina formativa”. Nesse sentido, sua obra estrutura-se em: 1) definição de Diplomática, sua origem, desenvolvimento e relação com os documentos; 2) conceito de fato e ato e função do documento; 3) as pessoas que contribuem para a formação do documento e a natureza do documento; 4) a gênese do documento público e privado; 5) elementos intrínsecos e extrínsecos da forma documental; e 6) metodologia da crítica diplomática e o uso da análise diplomática nas funções arquivísticas.

A obra em si não apresenta novos elementos, principalmente para os arquivistas e diplomatas europeus, que podem encontrar o mesmo conteúdo de uma forma mais aprofundada nos manuais de Diplomática. No entanto, há de se considerar sua importância, pois, em se tratando da primeira e única obra de Diplomática escrita em inglês, introduziu e fundamentou os estudos diplomáticos na América da Norte.

A série de artigos de Duranti resultou em uma elaboração preliminar de um discurso híbrido sobre o que poderia ser chamado de Diplomática Arquivística Contemporânea, que integra princípios, conceitos e métodos diplomáticos e arquivísticos. Os artigos inspiraram inúmeras teses, textos de periódicos e um seminário internacional focado na aplicabilidade dos conceitos e métodos diplomáticos aos documentos do século XX. (MacNeil, 2000, p.89, tradução nossa.)

Em sua obra, logo na primeira parte, Duranti conecta a Diplomática aos documentos de arquivo, ao definir que o objeto de estudo da disciplina não é qualquer documento escrito, mas o documento arquivístico. Isso é mais do que o suficiente para incentivar os arquivistas norte-americanos, que nunca haviam ouvido falar da Diplomática, a estudá-la.

Assim como Carucci, a autora afirma que, para aplicar o método de análise dos documentos medievais aos contemporâneos, não é necessário reformular o conjunto de princípios e métodos da Diplomática estabelecidos nos manuais do século XIX, mas somente adaptá-los ao estudo dos conjuntos documentais contemporâneos, uma vez que a aplicação recai agora nos documentos arquivísticos que mantêm uma relação direta do contexto com o conjunto. Para esse estudo de um conjunto específico de documentos, Duranti usa a expressão “Diplomática Especial”.

Nesse contexto, a Diplomática estaria intrinsecamente ligada à gestão documental.

Onde há regras que governam a gênese, a forma, o encaminhamento e a classificação dos documentos, a Diplomática Especial pode identificá-las por meio da crítica dos documentos. Com base nessas regras, ela pode estabelecer o valor dos documentos examinados. Assim, a expansão da gestão documental alimenta a Diplomática Especial. No entanto, o oposto também é verdadeiro. Onde não há regras de gestão documental, o estudo dos princípios e métodos diplomáticos oferece àqueles que tentam formular as regras uma clara indicação dos elementos que são significativos e que devem ser desenvolvidos, enquanto o exame de várias diplomáticas especiais, de administrações passadas, em diferentes sociedades, oferece a eles o julgamento crítico derivado do estudo comparativo. (Duranti, 1989, p.10, tradução nossa.)

A Diplomática Arquivística permite, portanto, que o arquivista chegue à compreensão do conjunto documental e de seu contexto a partir da crítica do documento. Desse modo, a análise do arquivista desloca-se do contexto documental imediato do material que examina até o amplo contexto funcional dos criadores de documentos e de suas relações. Essa análise, assim como a crítica de um documento medieval, é feita por meio do estudo da forma do documento, que se manifesta em seus elementos internos e externos.

Duranti define os elementos internos e externos dos documentos seguindo a concepção de Carucci de que alguns deles caíram em desuso e não são úteis na análise dos documentos contemporâneos. Para a autora, os elementos externos são aqueles considerados como a parte material do documento e sua aparência externa. Eles podem ser o meio, a escrita, a língua, os sinais especiais e as anotações.

Vale a pena destacar a importância que alguns desses elementos perderam ou adquiriram na passagem da análise do documento medieval para o documento contemporâneo. Os selos, uns dos sinais especiais mais comuns na documentação medieval, quase não são mais utilizados na contemporânea e, por isso, sua análise é quase inexistente na Diplomática Arquivística. Ao contrário, um elemento que ganhou destaque na análise contemporânea foram as anotações, agrupadas em três categorias: anotações incluídas no documento após sua compilação como parte da fase de execução de um procedimento administrativo (ex.: autenticação); anotações incluídas em um documento completo e efetivo no curso de uma transação à qual ele pertence (ex.: urgente!); anotações adicionadas ao documento pelos serviços de arquivo e protocolo (ex.: números de referência ou classificação).

Com a intenção de especificar e ilustrar melhor os elementos externos do documento contemporâneo, Duranti (1991, p.11, tradução nossa) compôs a seguinte lista:

- Meio (*medium*): material; formato; preparação para receber a mensagem;
- Escrita (*script*): *layout*; paginação; formatação; tipos de escrita; caligrafias; tintas; parágrafo; pontuação; abreviação e iniciais; rasuras e correções; software de computador;
- Linguagem (*language*): vocabulário; composição; estilo;
- Sinais especiais (*special signs*): sinais de escritores e testemunhas; sinais de chancelarias e registros;
- Selos (*seals*): material; formato e tamanho; tipologia; legenda e inscrição; método de fixação. *Incluídos na fase de execução*: autenticação; registro. *Incluídos na fase de manipulação*: sinais além do texto; ações anteriores ou posteriores; datas de audiências ou leituras; notas de transmissão; dispositivo; assunto; “urgente”; “levar adiante”. *Incluídos na fase de gestão*: número de registro; número de classificação; referências cruzadas; data e órgão de recebimento; identificadores arquivísticos.

É possível reconhecer alguns elementos externos que sempre fizeram parte do documento medieval, como os tipos de escrita e caligrafia no elemento *script*, por exemplo, ao passo que o software de computador constitui-se em um novo elemento a ser analisado. O mesmo ocorre com os selos, que agora podem ser analisados em três momentos.

Observa-se, portanto, uma maior complexidade dos elementos, na medida em que os documentos são criados em diferentes contextos e com funções e objetivos diversos. Isso requer uma adaptação do método, como propugnaram Carucci e Duranti, para sua aplicação aos documentos contemporâneos.

Os elementos intrínsecos são definidos por Duranti (1991) como os componentes integrais da articulação intelectual do documento, ou seja, o modo de apresentação de seu conteúdo, ou as partes que determinam o teor do todo, destacando as já conhecidas seções: *protocolo* e *fórmulas iniciais* (que contêm o contexto administrativo da ação – pessoas envolvidas, tempo, lugar e assunto), *texto* (que contêm a ação, as considerações e circunstâncias que deram origem ao documento, e as condições relacionadas ao seu cumprimento), e *escatocolo* e *fórmulas finais* (que contêm o contexto documental da ação – validação, indicação de responsabilidade).

Os elementos internos propostos para o estudo da forma dos documentos contemporâneos foram sistematizados por Duranti (1991, p.15, tradução nossa) na lista seguinte:

Protocolo

Timbre (*entitling*): contém o nome, título, competência e endereço da pessoa física ou jurídica que emitiu o documento.

Título do documento (*title*): testamento, escritura, acordo.

Data tópica e cronológica (*date*): quando e onde o documento foi escrito ou a ação que ele documenta foi executada.

Invocação (*Invocation*): “Em nome de Deus” presente em alguns documentos religiosos.

Subscrição (*superscription*): nome do autor do documento e/ou da ação – confunde-se hoje com o nome no timbre.

Inscrição (*inscription*): nome, título e endereço do destinatário da ação ou do documento.

[Saudação (*salutation*)]: forma de cumprimento, que, nos documentos modernos, aparece no escatocolo.

Assunto (*subject*): declaração sobre aquilo de que trata o documento.

Formula perpetuitatis: sentença que declara que os direitos discutidos no documento são para sempre (presente nos documentos medievais e em alguns documentos modernos).

[Precação (*appreciation*)]: nos documentos contemporâneos aparece como uma pequena expressão no escatocolo e conclui o documento. Ex.: *looking foward to; I appreciate; I hope.*

Texto

Preâmbulo (*preamble*): considerações gerais que não estão diretamente ligadas ao assunto do documento, mas que expressam as ideias que inspiraram seus autores.

Notificação (*notification*): expressa que o ato consignado no documento é comunicado a todos aqueles que nele têm interesse, e que todas as pessoas que dele se ocupam devem estar cientes do conteúdo dispositivo do documento.

Exposição (*exposition*): narração das circunstâncias concretas e imediatas que geraram o ato e/ou documento.

Dispositivo (*disposition*): expressão de vontade e julgamento do autor do documento ou do ato, a qual é expressamente anunciada por meio de um verbo capaz de comunicar a natureza da ação e da função do documento.

Cláusulas finais (*final clauses*): fórmulas cujo objetivo é garantir a execução do ato, evitar sua violação, garantir sua validade, preservar os direitos das partes, atestar a execução

de certas formalidades e indicar os meios empregados para dar aos documentos valor probatório.

Escatocolo: Corroboração (*corroboration*): anuncia os meios para validar o documento e garantir sua autenticidade.

[Datas]

[Precação]

[Saudação]

Cláusula complementar (*complimentary clause*): fórmula que expressa respeito. Ex.: *sincerely yours*.

Atestação (*attestation*): subscrição das partes que participaram da feitura do documento (autor, escritor) e das testemunhas.

Qualificação de assinatura (*qualification of signature*): menção do título e competência de quem assina o documento.

Notas secretariais (*secretarial notes*): iniciais do datilógrafo, indicação de que o documento é copiado para outras pessoas.

É importante destacar que, assim como os documentos medievais, os documentos contemporâneos não possuem todos esses elementos ao mesmo tempo, podendo variar de acordo com a data, o país ou o sistema jurídico.

Os elementos extrínsecos e intrínsecos da forma documental foram identificados pelos diplomatas por meio do exame de um grande número de documentos emanados em diferentes épocas e jurisdições, por diferentes tipos de criadores de documentos, por diversos motivos. O objetivo principal de tal identificação era colocar em direta correspondência os elementos singulares da forma documental com os componentes específicos da transação administrativa e as várias combinações daqueles componentes com dados tipos de transação. Seu propósito último era adquirir a habilidade de ver a função dos documentos através de suas formas, aprender sobre as funções quando elas eram realizadas por cada criador do documento, e, assim, obter o conhecimento necessário para verificar a autenticidade dos documentos, que implica ter sido criado por uma dada pessoa jurídica, enquanto realizava uma função específica. (Ibidem, p.16, tradução nossa.)

Duranti também identifica pelo menos três pessoas necessárias à feitura do documento:³ autor, destinatário e escritor. Sua definição de cada um em pouco difere daquelas dos demais diplomatas. Nesse sentido, o *autor do documento* é identificado como a pessoa competente para a criação do documento, que é emitido por ele, ou pela sua ordem, ou em seu nome. Quando o autor do ato difere do autor do documento, Duranti utiliza as definições de *Urheber* (autor do ato) e *Aussteller* (autor do documento), cunhadas pelos alemães. O *destinatário* é aquele a quem o documento é dirigido e, assim como o autor do ato e o autor do documento, também pode diferir.⁴ O *escritor* do documento é a pessoa responsável pelo teor e articulação do escrito.

No contexto dos documentos eletrônicos, duas pessoas são adicionadas pela autora como participantes da criação do documento: o *originador* (*originator*) e o *recedor* (*recipient*). O primeiro é a pessoa responsável pelo endereço eletrônico em que o documento foi gerado (de onde o documento foi enviado ou onde foi feito e mantido), e o segundo é a pessoa para a qual o documento é copiado para propósitos de informação.

Assim como nos documentos medievais, as pessoas são os elementos centrais do documento contemporâneo, uma vez que estão sujeitas a direitos e deveres no sistema jurídico ao qual pertencem. Por essa razão, identificá-las permite a compreensão da natureza e dos efeitos do documento. Para tanto, no atual contexto de produção documental, ao identificar as pessoas que contribuem para a elaboração do documento, o arquivista e/ou diplomata deve ter em mente dois conceitos-chave: *responsabilidade* e *competência*. Segundo Duranti (1990, p.8, tradução nossa), “responsabilidade é a obrigação para responder a um ato [...], e competência é a autoridade e capacidade de cumprir um ato”. Ainda segundo a autora (p.9, tradução nossa),

ao buscar pelas pessoas que contribuem para a formação de um documento, devemos, antes de mais nada, procurar por competências e, então, por responsabilidades, e perguntar, com relação ao sistema jurídico da época e do lugar ao qual dizem respeito:

1) Quem era competente para realizar o ato ao qual se refere o documento; ou seja, quem tinha autoridade e capacidade para realizá-lo?

3. “Pode haver outras pessoas intervindo na criação do documento, como testemunhas, oficiais de registro e autenticação. Essas pessoas não participam da criação de todos os documentos, e a Diplomática os designa pela função que eles exercem no documento sob exame” (Duranti, 1990, p.5, tradução nossa).

4. Para exemplos, ver Duranti, 1990, p.6.

2) Em nome de quem a pessoa competente agia? Se em seu nome, qual o papel que desempenhava (engenheiro, amigo, esposo, investidor)? Se em nome de outra pessoa, a responsabilidade pelo ato caía na pessoa competente ou na pessoa representada?

3) Quem era competente para emitir o documento?

4) Em nome de quem a pessoa emitiu o documento? Se em seu nome, qual papel desempenhava? Se no nome de outra pessoa, quem era o responsável por emitir o documento?

5) Quem era competente para articular o escrito?

6) Quem era competente para estabelecer a formação e as formas do documento?

7) A quem o ato era dirigido?

8) A quem o documento era dirigido?

As respostas para essas questões podem ser, variavelmente, simples ou difíceis de encontrar, dependendo do sistema jurídico e da época em que os documentos foram produzidos. Atualmente, a análise diplomática envolve um estudo profundo do contexto burocrático de criação dos documentos, no qual, muitas vezes, não se tem uma unidade acerca dos processos de produção desses documentos e das pessoas que participam desses processos. Desse modo, identificar e distinguir as pessoas que contribuem para a criação do documento é mais um elemento para a reconstrução do contexto de produção documental.

A análise diplomática busca, portanto, compreender o contexto jurídico, administrativo e processual no qual os documentos foram criados. Para tanto, a crítica desloca seu olhar da forma documental para o ato gerador do documento. Nesse sentido, a estrutura da crítica diplomática reflete uma progressão sistemática do geral para o específico, e a análise, segundo Duranti (1990), deve ser conduzida da seguinte forma:

Elementos extrínsecos: meio; escrita; linguagem; sinais especiais; selos; anotações;

Elementos intrínsecos: protocolo (subseções); texto (subseções); escatocolo (subseções);

Pessoas: autor do ato; autor do documento; destinatário do ato; destinatário do documento; escritor; pessoa que autentica; testemunhas;

Qualificação das assinaturas: títulos e competências das pessoas envolvidas;

Tipo do ato: simples; contratual; coletivo; múltiplo; continuativo; complexo ou processual;

Nome do ato: venda; autorização; requerimento;

Relação entre o documento e o procedimento: especificação da fase do procedimento geral ao qual o documento se relaciona; e, se o documento resulta de um “ato de procedimento”, a fase do procedimento específico;

Tipo de documento: nome (carta, escritura); natureza (público ou privado); função (dispositivo, probatório); estado de transmissão (original, rascunho, cópia);

Descrição diplomática: contexto (ano, mês, dia, local); ação (pessoas, ato); documento (nome da forma, natureza, função, estado, meio, quantidade);

Comentários conclusivos: qualquer documentário que se refira ao documento como um todo.

A análise proposta por Duranti é mais abrangente do que aquela até então encontrada nos manuais modernos de Diplomática. A complexidade se deve, em grande parte, à estrutura da forma do documento contemporâneo, reflexo da complexidade dos sistemas jurídicos nos quais os documentos são gerados no século XXI.

No entanto, em que pesem as contribuições da crítica diplomática aos documentos contemporâneos, os estudos de Duranti sobre a Diplomática aplicada aos documentos de arquivo se destacam, ainda, por fornecer alguns conceitos e definições fundamentais aos estudos dos documentos eletrônicos, como é o caso do Projeto InterPares.

O projeto InterPares (International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems), desenvolvido por Luciana Duranti em parceria com a University of British Columbia, teve início em 1999, com o propósito de desenvolver um conhecimento teórico e metodológico essencial para a preservação permanente de documentos digitais autênticos e para formular políticas, estratégias e padrões capazes de assegurar essa preservação.

O projeto de pesquisa usou conceitos e métodos de várias disciplinas, incluindo Diplomática, Arquivística, Direito, Ciência da Computação, Engenharia da Computação e Estatística, contando com um grupo de copesquisadores dos setores público e privado de diversos países: Canadá, Estados Unidos, Irlanda, Hong Kong, China, Suécia, França, Itália, Portugal, Austrália, Reino Unido e Holanda.

O trabalho foi organizado em quatro domínios de investigação, o primeiro objetivava desenvolver exigências conceituais para a preservação de registros eletrônicos autênticos; o segundo, examinar critérios e métodos para a seleção de

registros eletrônicos autênticos; o terceiro visava a definir métodos e responsabilidades para preservar registros eletrônicos autênticos; e o quarto tinha como objetivo desenvolver uma estrutura para a formulação de políticas estratégias e padrões relacionados a todos acima. (Duranti, [s.d.]a, p.5, tradução nossa.)

Os conceitos e as definições da Diplomática foram essenciais para determinar as características necessárias ao documento eletrônico.⁵ São elas: 1) a forma fixa; 2) conteúdo inalterável; 3) links para outros registros dentro ou fora do sistema digital, através de um código de classificação ou outro identificador único; 4) um contexto administrativo identificável; 5) um autor, um destinatário e um escritor; e 6) uma ação, da qual o registro participe ou apoie.

Visto da perspectiva da Diplomática Arquivística Contemporânea, um documento eletrônico, como sua contrapartida tradicional, é um complexo de elementos e suas relações. Possui certo número de características identificáveis, incluindo uma forma documental fixa, um conteúdo estável, um vínculo arquivístico com outros documentos dentro ou fora do sistema e um contexto identificável. Participa em, ou apoia, uma ação, de maneira procedimental ou como parte do processo de tomada de decisões, e pelo menos três pessoas (autor, escritor e destinatário) estão implicadas na sua criação. (Duranti, [s.d.]a, p.33, tradução nossa.)

Tendo especificado as características necessárias de um registro, o grupo de pesquisa decidiu aceitar a suposição fundamental da Diplomática de que, independentemente das diferenças na natureza, proveniência ou data, todos os registros possuem uma forma documentária típica, que contém todos os elementos possíveis de um registro.

Como um dos principais objetivos do projeto era estabelecer exigências conceituais para assegurar a autenticidade dos registros eletrônicos, outro conceito discutido foi o da autenticidade, definida como a confiabilidade do registro como tal. “Em outras palavras, o termo refere-se ao fato de que um registro é o que se propõe a ser, não sendo falsificado ou corrompido” (Duranti, [s.d.]a, p.9, tradução nossa).

5. “O grupo definiu primeiramente o documento, entendido como aquele que é criado (feito ou recebido e reservado para ação ou referência) por uma pessoa física ou jurídica no curso de uma atividade prática, como um instrumento e subproduto dela [...]. Finalmente, um registro eletrônico foi definido como um registro criado em forma eletrônica [...]. No entanto, a pesquisa focou registros nascidos, mantidos e criados em forma eletrônica” (Duranti, [s.d.]a, p.3, tradução nossa).

Com base nessas concepções diplomáticas, o grupo de pesquisa do projeto pôde identificar os elementos contidos em documentos eletrônicos, constatando que eles podiam ser encontrados nos documentos tradicionais. Logo, os elementos formais eram os mesmos. Desse modo, ficou mais fácil criar modelos de documentos eletrônicos que pudessem prover as características buscadas pelo projeto, a saber: autenticidade, fidedignidade (*accuracy*)⁶ e confiabilidade (*reliability*).⁷

A primeira fase do projeto foi finalizada em 2001. Nesse período (1999-2001), os pesquisadores lidaram com registros criados em bases de dados ou por sistemas de gerenciamento de documentos, produzindo exigências e métodos para criação, manutenção, seleção e preservação de documentos digitais autênticos, em sua maioria frutos de atividades administrativas.

Em 2002, teve início a segunda fase do projeto, cujo objetivo era o estudo dos documentos digitalmente produzidos em sistemas interativos, dinâmicos e experimentais,⁸ como subproduto das atividades artísticas, científicas e governamentais.

O objetivo do InterPares 2, é assegurar que a porção da memória gravada da sociedade, digitalmente produzida em sistemas interativo, dinâmico e experimental, e, como um subproduto de atividades artística, científica e governamental eletrônica, possa ser criada em uma forma precisa e confiável, mantida e preservada em uma forma autêntica, em ambos os termos – curta e longa

6. “Fidedignidade é a credibilidade dos dados (menores e mais significativas peças de informação indivisíveis) dentro do documento, e é definida de acordo com sua veracidade, exatidão, precisão ou perfeição” (Duranti, 2009, p.52, tradução nossa).

7. “Confiabilidade é a credibilidade de um registro tanto enquanto uma declaração do fato como de um conteúdo” (ibidem, tradução nossa).

8. “Aqui, o projeto InterPares adotou a definição do Institute of Electrical and Electronics Engineers (Ieee), segundo a qual sistemas interativos são aqueles ‘em que cada entrada do usuário causa uma resposta para uma ação do sistema ou a partir dessa ação’. Ex.: Propaganda de serviços governamentais on-line e apresentações musicais baseadas em interação homem/máquina, videogames comerciais. [...] Os registros dinâmicos são os documentos cujo conteúdo depende dos dados que variam continuamente e que são alocados em várias bases de dados e planilhas. Ex.: variam de simples páginas da web a links para sistemas complexos onde a informação é estocada e atualizada para ser compartilhada via transmissão sem fio por usuários diversos, de várias maneiras. [...] Para os documentos experimentais, o projeto usou a definição de Clifford Lynch, em que ‘um objeto experimental é aquele cuja essência vai além dos bits que o constituem, e incorpora o comportamento do sistema de interpretação ou, ao menos, a interação entre o objeto e o sistema de interpretação’. Ex.: áudio e imagens em movimento, inseridos em páginas da web; e sistemas de realidade virtual” (Duranti; Thibodeau, 2006, p.26, tradução nossa).

duração – para o uso daqueles que o criaram e da sociedade em geral, independentemente da obsolescência tecnológica digital e da fragilidade das mídias. (Duranti; Thibodeau, 2006, p.14, tradução nossa.)

A segunda fase findou em 2007, definindo padrões e métodos para a criação e manutenção dos registros autênticos nos ambientes propostos inicialmente.

Também em 2007, começou a terceira fase do projeto. Após identificar e definir os métodos, padrões e o conhecimento necessário para que os profissionais da informação possam gerenciar o enorme fluxo informacional contido nos ambientes interativos, dinâmicos e experimentais, os pesquisadores do projeto colocaram em prática todo esse conhecimento, trabalhando com arquivos e documentos arquivísticos em organizações de pequeno e médio porte, desenvolvendo programas de treinamento ao redor do mundo. O objetivo dessa terceira fase é dar vazão ao conhecimento gerado nas duas primeiras fases do projeto.

Nesse processo, um conhecimento detalhado será desenvolvido em três questões: 1) como a teoria geral e os métodos podem ser aplicados em arquivos de pequeno e médio porte e em unidades, para que possam se tornar práticas efetivas; 2) quais fatores determinam o tipo de aplicação apropriada para cada conjunto de registros em cada contexto; e 3) quais habilidades profissionais são requeridas para conduzir tais operações. (InterPares Project, 2009, tradução nossa.)

O sucesso de aplicação das definições e do método da Diplomática aos documentos contemporâneos, notadamente no Canadá e nos países que fazem parte do Projeto InterPares (Brasil, Espanha, China, Colômbia, Itália, Coreia do Sul, Malásia, México, Noruega e Turquia), levou a autora Luciana Duranti a definir uma nova área de estudos da Diplomática: Diplomática dos Documentos Digitais (*Diplomatics of Digital Records*).

Para permitir que os profissionais do documento entendam os registros digitais e sejam responsáveis pela sua confiabilidade ao longo do tempo, o Projeto InterPares trouxe a Diplomática tradicional e o conhecimento arquivístico, aplicou-os a todos os tipos de entidades existentes em uma variedade de ambientes digitais, e desenvolveu, com base nisso, um novo corpo de conhecimento com o objetivo de servir às necessidades atuais e futuras. Esse novo corpo de conhecimento poderia ser chamado “Diplomática dos Documentos Digitais”, considerada um produto da Diplomática Especial. No entanto, ela pode não ser suficiente para lidar com os desafios apresentados por ambientes digitais cada

vez mais complexos, o que pode requerer que conceitos, princípios e métodos desenvolvidos no contexto de outras disciplinas sejam trazidos para apoiar a Diplomática Digital. (Duranti, 2009, p.41, tradução nossa.)

Dentre as disciplinas, Duranti destaca a Ciência Digital Forense (*Digital Forensics Science*), definida no *Digital Forensics Research Workshop* como

a utilização de métodos cientificamente derivados e comprovados para a preservação, coleção, validação, identificação, análise, interpretação, documentação e preservação da prova digital derivada de fontes digitais, com o propósito de facilitar ou promover a reconstrução de eventos considerados criminosos, ou auxiliar na antecipação de ações não autorizadas consideradas prejudiciais a operações planejadas. (Digital Forensics Research Workshop, 2001, p.15.)

Para a autora, é importante que os arquivistas compreendam ambas as áreas como complementares. Enquanto a Diplomática é uma ciência antiga, com definições e método centenários, a Ciência Digital Forense é uma disciplina relativamente nova, com apenas algumas décadas de existência. No entanto, esta última possui metodologias e um corpo de práticas bem estabelecidos em um melhor entendimento do contexto investigativo do ambiente digital, o que seria complementar para os estudos diplomáticos dos documentos digitais.

Nesse contexto, conclui-se que a autora, assim como fez com a Arquivística há alguns anos, tenta aproximar a Diplomática de uma nova área de investigação, buscando dar uma nova abordagem para a disciplina – agora além do documento arquivístico –, para que ela possa continuar a fornecer subsídios à produção e organização da informação em um novo contexto.

No entanto, em que pesem as referidas contribuições da Diplomática Contemporânea à produção e organização dos documentos contemporâneos, a aplicação da crítica diplomática ainda encontra resistência em algumas escolas arquivísticas e diplomáticas, devido: 1) à não aceitação por parte dos diplomatas medievalistas da expansão das fronteiras cronológicas da disciplina; 2) à não comprovação de que a aplicação do método aos documentos contemporâneos de fato oferece elementos para uma melhor compreensão dos contextos nos quais os documentos estão inseridos; e 3) à falta de critérios na aplicabilidade indiscriminada da crítica diplomática em países como o Brasil, onde a escola de Duranti é fortemente ligada aos estudos da tipologia documental.

4

○ MÉTODO DIPLOMÁTICO: A CONSTRUÇÃO DE UM MODELO IDEAL

Nos capítulos anteriores, apresentou-se a teoria diplomática com base no estudo das obras principais e de seus autores, inseridos em seus respectivos contextos. Para tanto, estudaram-se as características e o desenvolvimento dessa disciplina, divididos em períodos, que influenciaram sua constituição.

Nesse sentido, em um primeiro momento, no contexto dos estudos diplomáticos, observa-se que o período antecedente à Revolução Francesa, conhecido como Antigo Regime, é marcado por lutas e guerras entre ordens eclesiásticas e reinos que buscavam, por meio dos diplomas, comprovar propriedades de terras e posses para obter maior influência e poder, notadamente no século XVII. Aqui, o documento tem um forte valor de prova, com uma importância prático-jurídica que irá se refletir nos estudos da Diplomática até meados do século XVIII.

Em um segundo momento, à importância prático-jurídica é incorporado o valor de testemunho histórico como fonte para compreender o passado. Mais do que provar direitos de propriedades, a Diplomática Moderna do século XIX buscava, na análise dos documentos, fontes para o estudo do passado e, com esse fim, as formulações para um método finalmente se solidificam, seu objeto é definido e sua teoria formalizada.

No terceiro e último momento, que compreende meados do século XX e início do XXI, as fronteiras temporais e conceituais da Diplomática são alargadas, e outras disciplinas, além da História, passam a fazer uso dos estudos diplomáticos, caso da Arquivística. Aqui, a relação entre ambas se torna evidente, notadamente a partir da enunciação do “documento de arquivo” como objeto de

estudo da Diplomática, uma vez que seu método passa a oferecer os elementos mais seguros para a análise do documento em um contexto de mudanças e rupturas paradigmáticas na área, levando, inclusive, à constituição de uma nova abordagem: a Diplomática Arquivística.

Nesse contexto, os capítulos anteriores funcionam como um prelúdio a um estudo metateórico, uma vez que apresentam os pressupostos e a prática da Diplomática para um melhor entendimento da área, fornecendo uma narrativa de sua teoria.

Assim, o presente capítulo objetiva apresentar um “tipo ideal”¹ de método diplomático embasado nos estudos metateóricos e na sistematização das formulações e métodos estudados ao longo deste texto, com o intuito de fornecer elementos teóricos e conceituais para verificar a efetiva aplicação do método diplomático enquanto ferramenta metodológica para a organização da informação arquivística contemporânea, que – como já demonstrado – se beneficia dos estudos diplomáticos desde o final da década de 1980.

Metateoria e Diplomática

A metateoria, entendida como a teoria sobre a teoria, pode servir a quatro propósitos, segundo Ritzer (1991): 1) fornecer uma compreensão mais profunda do trabalho teórico existente (Mu); 2) fornecer uma perspectiva abrangente desse trabalho (Mo); 3) servir como um mecanismo para avaliação (Ma); e 4) servir como um prelúdio para um trabalho teórico futuro (Mp).

Para os objetivos deste trabalho, optou-se por realizar um estudo metateórico² fornecendo uma compreensão mais profunda e detalhada sobre a teoria inserida nos tratados e manuais de Diplomática (Mu) – uma vez que se observa uma carência de trabalhos que, de fato, se aprofundam nas obras que definiram a arte crítica dos documentos, notadamente no contexto brasileiro, no qual esta pesquisa se insere – com o objetivo de examinar a atual situação teórica em que se encontra a disciplina, bem como analisar seus próximos passos.

Ainda conforme Ritzer (1991), a partir da metateoria, há várias maneiras de se obter um conhecimento mais profundo e detalhado sobre a teoria da área

-
1. Utiliza-se, aqui, o conceito de “tipo ideal” empregado por Weber (1949), no sentido de um tipo formado por características e elementos de um determinado fenômeno, mas que não precisa corresponder a todas as características de um caso específico.
 2. É importante destacar que a metateoria tem sido amplamente utilizada no contexto da Ciência da Informação, principalmente no âmbito da organização do conhecimento, como demonstram os estudos de Vickery (1997), Svenonius (2004), Bates (2005) e Tennis (2008).

de estudo, todas envolvendo duas dimensões, uma interna/externa e outra intelectual/social. Interna se refere àquilo que existe dentro da área, que lhe é inerente, enquanto externa se refere aos fenômenos que se encontram fora dela, mas que exercem algum impacto sobre a mesma. Por intelectual, o autor entende tudo aquilo que se relaciona à estrutura cognitiva da área: teorias, ferramentas, ideias de outras disciplinas; por social, entende-se a estrutura sociológica da área, conforme demonstrado no esquema da Figura 4.1.



Figura 4.1 – Principais tipos de Mu

Fonte: Ritzer, 1991.

Na primeira abordagem (Interna-Intelectual), é possível verificar os paradigmas pelos quais passam as ciências, escolas de pensamento ou correntes teóricas unidas pelas teorias da área estudada, bem como as ferramentas e métodos utilizados para analisar as teorias e os teóricos. A segunda (Interna-Social) foca os aspectos comuns entre as várias teorias da área, com ênfase em pequenos grupos de teóricos diretamente ligados e suas relações, bem como suas afiliações institucionais. A terceira (Externa-Intelectual) diz respeito aos conceitos, teorias e elementos emprestados de outras disciplinas, fazendo uso delas para analisar sua teoria. A quarta abordagem (Externa-Social) está diretamente ligada ao impacto da sociedade na construção da teoria.

No entanto, é importante destacar que as abordagens não são excludentes, podendo-se encontrar os quatro tipos de Mu em um mesmo trabalho.

Antes de proceder devo adicionar algumas notas cautelosas. Primeiro, as duas dimensões (interna-externa; intelectual-social) são uma continuação, sem linhas duras e estáticas entre seus polos. Segundo, os quatro tipos de Mu desenvolvidos, ao transpassarem essas linhas, não são rigidamente diferentes uns dos outros. Em outras palavras, em trabalhos metateóricos específicos, podem confluir dois, três ou quatro tipos de Mu. (Ritzer, 1991, p.17.)

Com base nos estudos sobre o quadrante de Ritzer e no conteúdo abordado nos capítulos anteriores, é possível concluir que este trabalho encontra-se fundamentado na primeira abordagem do quadrante (Interna-Intelectual), uma vez que aprofunda questões inerentes à teoria e ao método da Diplomática para oferecer um estudo o mais detalhado possível, baseado nas *escolas de pensamento*, ou abordagens – aqui previamente identificadas como Diplomática Clássica, Diplomática Moderna e Diplomática Contemporânea –, e de seus autores e respectivas obras (tratados e manuais), a fim de constituir um mapa teórico-conceitual da área, além de um método de análise de documentos baseado em um tipo ideal. Metateoria, portanto.

Diplomática: sistematizando métodos

Para construir um “método diplomático ideal”, capaz de lidar com qualquer tipo de documentação, em qualquer contexto de produção e organização de documentos, faz-se necessário, primeiramente, saber o que se entende por “tipo ideal”, aqui aplicado ao método diplomático. Segundo Weber (1949), um tipo ideal é formado por uma acentuação unilateral de um ou mais pontos de vista e pela síntese de um fenômeno individual concreto, difuso, discreto, mais ou menos presente e ocasionalmente ausente, que são arranjados de acordo com aqueles pontos de vista unilateralmente enfatizados e com uma construção analítica unificada.

Especificamente no contexto desta pesquisa, entende-se por “tipo ideal” de método diplomático aquele formado pelas formulações e pelos métodos diplomáticos mais relevantes³ entre os séculos XVII e XXI, que funcione como uma síntese, arranjado com base nos elementos utilizáveis para analisar a forma de qualquer documento, em qualquer época, formando uma construção analítica unificada.

3. Trata-se dos métodos e das obras mais citadas e utilizadas para a análise de documentos, entre os séculos XVII e XXI.

Para a formulação de um método diplomático ideal, é necessária, ainda, a sistematização dos elementos nos demais métodos estudados neste trabalho. Sendo assim, os quadros 4.1, 4.2 e 4.3 apresentam os elementos internos e externos que compõem as formulações e métodos correspondentes à Diplomática Clássica, Moderna e Contemporânea, bem como as pessoas que contribuem para a formação do documento e o objeto da Diplomática, conforme descritos em cada obra.

Quadro 4.1 – Elementos que compõem o método nas obras da Diplomática Clássica

<i>Autores</i>	<i>Elementos externos</i>	<i>Elementos internos</i>
Papebroch, 1675	Material	Invocação Subscrições Selos e lacres Monogramas Estilo
Mabillon, 1681	Material Tipos de escritura Instrumentos	Invocação Subscrições Selos Estilo Inscrição Titulação Precação Assunto Datas Saudação
Maffei, 1727	Material Tipos de escritura	Não há menção na obra
Tassin eToussain, 1750-1765	Material Tipos de escritura Instrumentos Tinta Selos	Invocação Subscrição Estilo Inscrição Titulação Precação
Fumagalli, 1802	Material Instrumentos Tinta	Invocação Subscrições Estilo Titulação Precação Data Exposição Notificação Selos Língua

O Quadro 4.1 apresenta uma sistematização dos elementos nas obras de Diplomática Clássica. Nele é possível perceber que os elementos internos comuns são baseados nos propostos por Mabillon, confirmando-se seu lugar enquanto marco teórico da área. Os elementos internos propostos por Papebroch também são encontrados em outras formulações que o seguiram – com exceção dos monogramas –, mas apresentaram-se insuficientes para a análise completa dos diplomas.

Quadro 4.2 – Elementos que compõem o método nas obras da Diplomática Moderna

<i>Autores</i>	<i>Elementos externos</i>	<i>Elementos internos</i>
Sickel, 1867	Material Tipos de escritura Selos Abreviatura Comentários	Língua <i>Protocolo inicial</i> : Invocação; Nome e título do autor <i>Texto</i> : Preâmbulo; Nome, título do destinatário; Exposição; Dispositivo; Corroboração; Anúncio dos sinais de validação <i>Escatocolo</i> : Assinatura; Datas; Precação
Bresslau, 1889	Material Selos	Língua Estilo <i>Protocolo inicial</i> : Invocação; Titulação, Inscrição <i>Texto</i> : Arenga; Notificação; Exposição; Dispositivo; Sanções; Corroboração <i>Escatocolo</i> : Subscrições; Datação; Precação
Giry, 1893	Material Tipos de escritura Tintas	<i>Protocolo inicial</i> : Invocação; Nome e título do autor; Destinatário; Saudação <i>Texto</i> : Preâmbulo; Notificação; Exposição; Dispositivo; Cláusulas finais; Anúncio dos sinais de validação <i>Escatocolo</i> : Datas; Precação; Sinais de validação (assinaturas e selos)
Paoli, 1898	Material Tipos de escritura Tintas Selos Formato	Língua Estilo <i>Protocolo inicial</i> : Invocação; Titulação <i>Texto</i> : Exórdio; Notificação; Exposição; Disposição; Sanção; Corroboração <i>Escatocolo</i> : Subscrição; Datação; Precação

Fonte: Tognoli, 2013.

Quadro 4.3 – Elementos que compõem o método nas obras da Diplomática Contemporânea

<i>Autores</i>	<i>Elementos externos</i>	<i>Elementos internos</i>
Boüard, 1929	Material Tipo de escritura Tinta Monogramas Selos Qualidade Formato Correções Posição das assinaturas	Língua Formulário <i>Protocolo inicial:</i> Invocação; Nome e título do autor; Destinatário; Saudação <i>Texto:</i> Preâmbulo; Notificação; Exposição; Dispositivo; Cláusulas finais; Anúncio dos sinais de validação <i>Escatocolo:</i> Datas; Precação; Sinais de validação (assinaturas e selos)
Tessier, 1952	Material Tipo de escritura Selos	Língua <i>Protocolo inicial:</i> Invocação; Nome e titulação; Destinatário; Saudação <i>Texto:</i> Preâmbulo; Notificação; Exposição; Dispositivo; Cláusulas finais <i>Escatocolo:</i> Sinais de validação; Datas
Carucci, 1987	Material Tipo de escritura	<i>Protocolo inicial:</i> Autor; Destinatário <i>Texto</i> <i>Escatocolo:</i> Subscrição; Data; Autenticação; Registro de protocolo ou classificação
Duranti, 1989	Meio (material/formato) Escrita (<i>layout</i> ; paginação; formatação; tipos; caligrafias; tintas; software) Linguagem (vocabulário; composição; estilo) Sinais especiais (registros; sinais de escritores e testemunhas) Selos	<i>Protocolo inicial:</i> Timbre; Título do documento; Datas; Invocação; Subscrição; Inscrição; Saudação; Assunto; <i>Formula perpetuitatis</i> ; Precação <i>Texto:</i> Preâmbulo; Notificação; Exposição; Dispositivo; Cláusulas finais <i>Escatocolo:</i> Corroboração; Datas; Precação; Saudação; Cláusula complementar; Atestação; Qualificação da assinatura; Notas secretariais

Fonte: Tognoli, 2013.

Nesse contexto, os elementos internos comuns a todas as formulações propostas pela Diplomática Clássica (pós-Papebroch) são, primeiramente, a *subscrição* (assinatura), enquanto elemento essencial para a validação da identificação

das pessoas envolvidas nos diplomas; *invocação*, elemento que caracterizava os diplomas como documentos solenes da Idade Média; *titulação/inscrição*, tão importantes quanto a *subscrição*, pois enunciavam a posição e o poder investidos nas pessoas envolvidas com o documento; *precação*, elemento utilizado no contexto clássico para “fechar” o texto do documento, comum a todos os diplomas; *estilo*, ligado aos elementos paleográficos e ao tipo de escritura; e as *datas*. Os elementos internos *saudação* e *assunto* não são citados nas obras clássicas posteriores, mas terão lugar, seguramente, nos métodos moderno e contemporâneo.

As formulações de Fumagalli representam uma evolução nítida quando o autor identifica a *exposição* e a *notificação* como elementos internos, assim como a *língua*. Tais elementos serão incorporados por todos os outros métodos e formulações que o seguiram, como pôde ser observado nos capítulos anteriores.

Quanto aos elementos externos, verifica-se uma unidade somente no que tange ao *material*, enquanto *instrumentos*, *tipos de escritura*, *selos* e *tintas* aparecem apenas em alguns autores.

O que pode ser observado, com base na sistematização e análise dos elementos da Diplomática Clássica, é o início da formação de um método (o que chamamos neste trabalho de *formulações*) que ainda estava longe de se formalizar e, por essa razão, apresenta divergências em seus elementos, o que é defensável, uma vez que as análises realizadas tinham um objetivo majoritariamente prático-jurídico, sem a clara intenção de formalização de um método crítico ou científico ou mesmo o estabelecimento de uma nova ciência ou disciplina. No entanto, é necessário destacar que, embora as obras não tivessem a intenção de constituir as bases para uma ciência ou disciplina, é possível encontrar elementos para tanto, como no caso das obras de Tassin e Toustain e de Fumagalli.

O Quadro 4.2 apresenta, talvez, um maior consenso entre os autores com relação aos elementos, uma vez que, após as formulações de Sickel, o método finalmente é formalizado e todos os autores incorporaram a divisão entre texto e protocolo nos documentos solenes, variando muito pouco os elementos e suas posições dentro do texto e/ou protocolo. Assim, no método de Sickel, o *nome* e o *título do destinatário* encontram-se inseridos no texto, enquanto em outros métodos esses elementos aparecem no protocolo inicial. É possível notar, também, que a nomenclatura diverge de um método para outro, não representando, no entanto, uma mudança no significado dos termos. Alguns autores preferem utilizar os termos *titulação* e *inscrição*, em vez de *nome* e *título do autor/destinatário*, assim como *preâmbulo* (Sickel, Giry) em vez de *arenga* (Bresslau) ou *exórdio* (Paoli). Com relação aos elementos externos, novamente encontra-se consenso somente com relação ao material e, com exceção de Bresslau, todos consideram também o tipo de escritura. Nota-se, ainda, que o *selo*, antes considerado quase

exclusivamente elemento interno (com exceção de Tassin e Toustain), passa a figurar com mais frequência entre os elementos externos.

Observa-se, com base na análise do quadro de elementos da Diplomática Moderna, a formalização do método diplomático, que pode ser constatada pela unidade e pelo consenso entre os elementos das formulações dos autores apresentados aqui. Tal uniformidade se dá, em parte, pela intenção dos autores de fazer da arte crítica uma ciência, reflexo da própria noção de ciência que emergia no século XIX. Naquele momento, era clara a influência do positivismo e do movimento historiográfico de Ranke na construção de métodos que serviriam para racionalizar o trabalho científico. No âmbito da Diplomática não foi diferente, uma vez que os maiores beneficiados eram justamente os historiadores, que, naquele momento, consideravam o documento como o testemunho mais fiel dos fatos passado e, por isso, buscavam a forma mais segura e consensual para analisá-los.

Na comparação dos elementos da Diplomática Contemporânea (Quadro 4.3) é possível observar a construção de um método contemporâneo aplicável aos documentos do século XXI somente a partir da obra de Carucci, principalmente no tocante aos elementos internos. Quando a autora não elenca os elementos do texto, o método naturalmente se abre aos documentos contemporâneos, uma vez que eles não mantêm mais a mesma estrutura rígida dos documentos solenes da Idade Média. Por essa razão, torna-se desnecessária, segundo a autora, a identificação da *invocação*, do *preâmbulo* e da *exposição*. Outro elemento importante a ser observado em Carucci é a identificação da *autenticação* e do *registro de protocolo ou classificação* como elementos internos dos documentos contemporâneos, que, a partir daí, podem ser entendidos como os arquivísticos por natureza, ou seja, que estarão presentes no documento quando ele for parte de um conjunto documental produzido e/ou recebido em decorrência de uma atividade específica por uma pessoa física ou jurídica. Nesse contexto, fica claro que o objeto de estudo determinará o método.

No tocante aos elementos externos, a formulação de Bouïard parece apresentar uma maior complexidade em comparação àquelas apresentadas por Tessier e Carucci, uma vez que elenca elementos como a qualidade (da escrita ou impressão do documento), as correções e até mesmo a posição das assinaturas.

Por último, Durante, única a elencar, além dos elementos internos e externos, os que estão diretamente ligados ao contexto de criação do documento. Embora esse contexto e o sistema jurídico tenham sido identificados primeiramente por Ficker – quando este diferencia *actio* e *conscriptio* –, até então nenhum autor, nem mesmo Carucci, havia sistematizado a crítica diplomática além dos elementos internos/externos e das pessoas envolvidas na criação do documento

com tamanho detalhamento. Com o método de Duranti, as relações entre a ação e a documentação, assim como com as pessoas envolvidas na criação do documento e seu sistema jurídico, são evidenciadas, como apresentado no Quadro 4.4.

Quadro 4.4 – Crítica diplomática formalizada por Duranti

<i>Crítica Diplomática</i>	
<i>Elementos extrínsecos</i>	Material; tipo de escrita; linguagem; sinais especiais; selos; anotações
<i>Elementos intrínsecos</i>	Protocolo (subseções); Texto (subseções); Escatocolo (subseções)
<i>Pessoas</i>	Autor do ato; autor do documento; destinatário do ato; destinatário do documento; escritor; pessoa que autentica; testemunhas
<i>Qualificação das assinaturas</i>	Títulos e competências das pessoas envolvidas
<i>Tipo do ato</i>	Simple; contratual; coletivo; múltiplo; continuativo; complexo ou processual
<i>Nome do ato</i>	Venda; autorização; requerimento
<i>Relação entre documento e procedimento</i>	Especificação da fase do procedimento geral ao qual o documento se relaciona e, se o documento resulta de um “ato de procedimento”, a fase do procedimento específico
<i>Tipo de documento</i>	Nome (carta, escritura); natureza (público ou privado); função (dispositivo, probatório); estado de transmissão (original, rascunho, cópia)
<i>Descrição diplomática</i>	Contexto (ano, mês, dia, lugar); ação (pessoas, ato); documento (nome da forma, natureza, função, estado, meio quantidade)
<i>Comentários conclusivos</i>	Qualquer documentário que se refira ao documento como um todo

Fonte: Duranti, 1991.

No Quadro 4.5, elencam-se os elementos externos e internos propostos pelos autores em suas obras, em seus respectivos contextos históricos, para melhor explicitar a formação metodológica ao longo dos anos.

Quadro 4.5 – Elementos externos nas obras de Diplomática

<i>Autores</i>	<i>Elementos externos</i>
Papebroch, 1675	Material
Mabillon, 1681	Material; Tipos de escritura; Instrumentos
Maffei, 1727	Material; Tipos de escritura
Tassin e Toustain, 1750-1765	Material; Tipos de escritura; Instrumento; Tinta; Selos
Fumagalli, 1802	Material; Instrumento; Tinta
Sickel, 1867	Material; Tipos de escritura; Selos; Abreviatura; Comentários
Bresslau, 1889	Material; Selos
Giry, 1893	Material; Tipos de escritura; Tintas
Paoli, 1898	Material; Tipos de escritura; Tintas; Selos; Formato
Bouäard, 1929	Material; Tipos de escritura; Tinta; Selos; Formato; Qualidade; Correções; Posição das assinaturas; Monogramas
Tessier, 1952	Material; Tipos de escritura; Selos
Carucci, 1987	Material; Tipos de escritura
Duranti, 1989	Material; Tipos de escrita; Selos; Linguagem; Sinais especiais

Fonte: Tognoli, 2013.

É claro que os elementos externos são enriquecidos ao longo do tempo, devido, em parte, à complexidade da documentação analisada. Os elementos propostos pelos autores da Diplomática Clássica e da Moderna são basicamente os mesmos, uma vez que os documentos analisados correspondem a diplomas da Idade Média, variando somente em sua natureza pública ou privada. Quando há uma mudança no foco da arte crítica – dos diplomas aos documentos contemporâneos, notadamente àqueles eletrônicos –, há a necessidade de incorporar novos elementos para analisá-los, emergindo, assim, o estudo do *layout* e do software, por exemplo. O mesmo pode ser observado com relação aos elementos internos. Assim, quanto mais complexo o sistema jurídico, mais complexo o documento e sua crítica (Quadro 4.6).

Quadro 4.6 – Elementos internos nas obras de Diplomática

<i>Autores</i>	<i>Elementos internos</i>
Papebroch, 1675	Estilo; Invocação; Subscrições; Selos e lacres; Monogramas
Mabillon, 1681	Estilo; Invocação; Titulação; Inscrição; Datas; Subscrições; Precação; Assunto; Selos; Saudação
Maffei, 1727	–
Tassin e Toustain, 1750-1765	Estilo; Invocação; Titulação; Inscrição; Datas; Subscrição; Precação
Fumagalli, 1802	Estilo; Invocação; Titulação; Data; Subscrições; Precação; Exposição; Notificação; Selos; Língua
Sickel, 1867	<i>Protocolo inicial:</i> Invocação; Nome e título do autor <i>Texto:</i> Preâmbulo; Nome e título do destinatário; Exposição; Dispositivo; Corroboração; Anúncio dos sinais de validação <i>Escatocolo:</i> Assinatura; Datas; Precação; Língua
Bresslau, 1889	Estilo; Língua <i>Protocolo inicial:</i> Invocação; Titulação; Inscrição <i>Texto:</i> Arenga; Notificação; Exposição; Dispositivo; Sanções; Corroboração <i>Escatocolo:</i> Subscrições; Datação; Precação
Giry, 1893	<i>Protocolo inicial:</i> Invocação; Nome e título do autor; Destinatário; Saudação <i>Texto:</i> Preâmbulo; Notificação; Exposição; Dispositivo; Cláusulas finais; Anúncio dos sinais de validação <i>Escatocolo:</i> Datas; Precação; Sinais de validação (assinaturas e selos)
Paoli, 1898	Estilo; Língua <i>Protocolo inicial:</i> Invocação; Titulação <i>Texto:</i> Exórdio; Notificação; Exposição; Disposição; Sanção; Corroboração <i>Escatocolo:</i> Subscrição; Datação; Precação
Boüard, 1929	<i>Protocolo inicial:</i> Invocação; Nome e título do autor; Destinatário; Saudação <i>Texto:</i> Preâmbulo; Notificação; Exposição; Dispositivo; Cláusulas finais; Anúncio dos sinais de validação <i>Escatocolo:</i> Datas; Precação; Sinais de validação (assinaturas e selos)

(continua)

(continuação)

<i>Autores</i>	<i>Elementos internos</i>
Tessier, 1952	Língua <i>Protocolo inicial</i> : Invocação; Nome e titulação; Destinatário; Saudação <i>Texto</i> : Preâmbulo; Notificação; Exposição; Dispositivo; Cláusulas finais <i>Escatocolo</i> : Sinais de validação; Datas
Carucci, 1987	<i>Protocolo inicial</i> : Autor; Destinatário <i>Texto</i> <i>Escatocolo</i> : Subscrição; Data; Autenticação; Registro de protocolo ou classificação
Duranti, 1989	<i>Protocolo inicial</i> : Timbre; Título do documento; Datas; Invocação; Subscrição; Inscrição; Saudação; Assunto; <i>Formula perpetuitatis</i> ; Precação <i>Texto</i> : Preâmbulo; Notificação; Exposição; Dispositivo; Cláusulas finais <i>Escatocolo</i> : Corroboração; Datas; Precação; Saudação; Cláusula complementar; Atestação; Qualificação da assinatura; Notas secretariais

Fonte: Tognoli, 2013.

Assim como os elementos externos e internos, as pessoas interagentes, elementos centrais de qualquer documento, também sofreram alterações ao longo das formulações, conforme sistematizado no Quadro 4.7.

Quadro 4.7 – Pessoas que contribuem para a formação do documento

<i>Autores</i>	<i>Pessoas que contribuem para a criação do documento</i>
Papebroch, 1675	Autor; Destinatário
Mabillon, 1681	Autor; Destinatário
Maffei, 1727	Autor; Destinatário
Tassin e Toustain, 1750-1765	Autor; Destinatário
Fumagalli, 1802	Autor; Destinatário
Sickel, 1867	Autor; Destinatário; Escritor
Bresslau, 1889	Autor; Destinatário; Escritor
Giry, 1893	Autor; Destinatário; Escritor
Paoli, 1898	Autor; Destinatário; Escritor
Boüard, 1929	Autor; Destinatário; Escritor
Tessier, 1952	Autor; Destinatário; Escritor
Carucci, 1987	Autor; Destinatário; Escritor
Duranti, 1989	Autor; Destinatário; Escritor; Criador; Receptor

Fonte: Tognoli, 2013.

Novas pessoas são incorporadas à feitura do documento, à medida que este e o sistema jurídico no qual é gerado sofrem mudanças. Nos primeiros tratados, autor e destinatário eram as pessoas centrais do documento, únicas analisadas na ocasião da crítica diplomática. Com a efetiva formulação do método, a partir de Sickel, e com a diferenciação entre o momento da ação e o da documentação, por Ficker, o escritor passa a assumir uma posição de destaque na formação do documento, figurando entre os elementos que devem ser analisados para se chegar à “verdade” documentada. Com as mudanças advindas das novas formas de produção documental e com as novas tecnologias da informação, mais duas pessoas são incorporadas por Duranti: criador e recebedor.

Aqui, mais uma vez, é possível constatar que o documento e sua natureza são os responsáveis por determinar o método diplomático – moderno ou contemporâneo – a ser utilizado na análise. Isso revela que o método contemporâneo não constituiu ruptura ou mudança de paradigma⁴ ante o método moderno, e sim uma alternativa a mais, que passa a coexistir com aquele, notadamente no contexto arquivístico.

Nessa abordagem diacrônica, há de se verificar ainda como se constitui o objeto de estudo da Diplomática ao longo das formulações metodológicas analisadas (Quadro 4.8).

Quadro 4.8 – Objeto de estudo da Diplomática segundo as obras

<i>Autores</i>	<i>Objeto de estudo da Diplomática</i>
Papebroch, 1675	Diploma: documentos solenes e autênticos Sinônimo de: <i>Instrumentum</i> ; <i>Charta</i> ; Diploma
Mabillon, 1681	Instrumentos autênticos e atos solenes: <i>Chartes ecclésiastiques</i> (documentos eclesiásticos) <i>Diplomes royaux</i> (diplomas reais) <i>Actes publics</i> (documentos públicos) <i>Cédules privées</i> (documentos privados)

(continua)

4. Na teoria de Kuhn, paradigma “é aquilo que os membros de uma comunidade partilham, e, inversamente, uma comunidade científica consiste em homens que partilham de um paradigma”. Aquilo que é capaz de provocar um estremecimento na estrutura de um paradigma é uma *anomalia*, “um fenômeno para o qual o paradigma não preparou o investigador”. A partir daí emerge um novo paradigma, que é mais do que a rearticulação do paradigma “deposto”, pois um novo paradigma significa “uma reconstrução da área de estudos a partir de novos princípios, reconstrução que altera algumas das generalizações teóricas mais elementares do paradigma, bem como muitos dos seus métodos e aplicações”. Essa passagem de um paradigma para outro é o que Kuhn chama de “revolução científica” (Fonseca, 2005, p.57).

(continuação)

<i>Autores</i>	<i>Objeto de estudo da Diplomática</i>
Maffei, 1727	Diploma: documento mais nobre proveniente de autoridade suprema
Tassin e Toustain, 1750-1765	Diplomas autênticos dotados de autoridade Sinônimo de: Cartas; Instrumentos; Memórias; Papéis; Escrituras; Bulas; Peças; Cédulas; Rolos; Testamentos; Privilégios; Cartulário; Tratados; Títulos
Fumagalli, 1802	Sinônimo de: Diploma; Instrumento; Ato; Testamento; Contrato; Carta; Epístola; Monumento
Sickel, 1867	<i>Urkunde</i> : testemunho escrito, redigido segundo uma forma determinada – variável com relação ao lugar, à época, à pessoa, ao negócio, sobre fatos de natureza jurídica.
Bresslau, 1889	Declarações escritas segundo formas determinadas, mesmo que variáveis, com relação à pessoa, ao tempo, ou ao objetivo, destinadas a servir como testemunho de fatos de natureza jurídica.
Giry, 1893	<i>Acte</i> : testemunho escrito, redigido segundo uma forma determinada – variável com relação ao lugar, à época, à pessoa, ao negócio, sobre fatos de natureza jurídica.
Paoli, 1898	Testemunho escrito de um fato de natureza jurídica, compilado segundo a observação de certas formas determinadas, as quais são destinadas a dar-lhe fé e força de prova.
Boüard, 1929	<i>Acte</i> : testemunho escrito, redigido segundo uma forma determinada – variável com relação ao lugar, à época, à pessoa, ao negócio, sobre fatos de natureza jurídica.
Tessier, 1952	<i>Actes instrumentaires</i> : escritos autênticos ou sob autenticação privada, destinados ao conhecimento da realização de um ato jurídico.
Bautier, 1962*	Todos os documentos de arquivo
Carucci, 1987	Unidade arquivística elementar de natureza jurídica ou não.
Duranti, 1989	Unidade arquivística elementar de natureza jurídica ou não.

Fonte: Tognoli, 2013.

* Embora não apresente formulações metodológicas de análise para os documentos contemporâneos, Bautier pode ser considerado um marco teórico da Diplomática por ter sido o primeiro a referir-se ao documento de arquivo como objeto de estudo da Diplomática.

Quando Bautier identifica todos os documentos de arquivo como objeto da arte crítica, as fronteiras temporais são alargadas e, por essa razão, a Diplomática é revista. Assim, se para a análise de diplomas da Idade Média o método moderno é completo, para analisar a documentação contemporânea alguns elementos devem ser incorporados, como demonstraram Carucci e Duranti.

Com base no exposto, e entendendo que o documento é o responsável por determinar o método, seria possível a criação de um “tipo ideal” com elementos utilizáveis para a análise de qualquer documento, em qualquer época e contexto? Até o momento, observaram-se métodos criados para analisar documentos em um contexto específico de criação e uso: para os documentos da Idade Média, método moderno, e, para os documentos eletrônicos, método contemporâneo. Uma questão, no entanto, se impõe: e quando o contexto não é preestabelecido?

Buscando um “tipo ideal”, ou “padrão teórico ideal”, para analisar diplomaticamente um documento, propõe-se, aqui, uma construção analítica unificada dos elementos essenciais que compõem os métodos estudados e que, teoricamente, funciona como uma síntese metodológica apta a lidar com documentos de qualquer natureza (jurídica ou não jurídica/pública ou privada), em qualquer ambiente (tradicional/eletrônico), em qualquer época (medieval, moderna, contemporânea), para verificar o comportamento dos elementos comuns que compõem os métodos ao longo dos anos.

Para tanto, faz-se necessário, primeiramente, definir um objeto de estudo da Diplomática que subsidie esse método. Assim, entende-se esse objeto como *a informação orgânica registrada em uma forma escrita determinada, produzida e/ou recebida por uma pessoa física ou jurídica no desenvolvimento de uma atividade específica, variável com relação ao lugar e à época, de natureza jurídica ou não.*

Tal definição não apresenta uma limitação do objeto da Diplomática, entendido em um contexto específico, para um tipo de Diplomática específico – como até então se viu –, mas, sim, uma expansão de seus limites temporais e de sua natureza, o que contribui para uma abertura em direção a um método ideal. Ou seja: o documento pode ser público ou privado, diploma ou eletrônico, possuir uma natureza jurídica ou não, mas é objeto de análise diplomática desde que tenha sido redigido segundo formas predeterminadas que lhe ofereçam alguma validade legal. Aqui, a forma escrita⁵ mantém-se como condição *sine qua non* para a aplicação do método diplomático ao documento, uma vez que irá oferecer os elementos para sua análise.

5. Aqui, entende-se por escrito, em sentido amplo, aquilo que é materialmente registrado em um dado suporte.

Nesse sentido, apresentam-se, no Quadro 4.9, os elementos externos e internos da forma documental que devem ser considerados na crítica diplomática “ideal”.

Quadro 4.9 – Elementos externos e internos da crítica diplomática ideal

<i>Elementos externos</i>	<i>Elementos internos</i>
Material Tipo de escrita Qualidade de impressão Meio de registro Selos e Sinais	Língua Estilo de linguagem Protocolo inicial (Título; Assunto; Datas; Invocação; Titulação – nome e predicado do autor e destinatário; Saudação inicial) Texto (Preâmbulo; Exposição; Notificação; Dispositivo; Sanção; Corroboração; Anúncio dos sinais de validação) Protocolo final (Precação; Saudação final; Datas; Subscrição)

Fonte: Tognoli, 2013.

Nos elementos externos, encontra-se o material, dividido em suporte (livro, pedra, tábuas de argila, disco rígido) e formato (A4, carta, impresso, digital). Os tipos de escrita podem ser as hieroglíficas, cuneiformes, românicas, arábicas, góticas etc. A qualidade de impressão visa a oferecer um melhor detalhamento das condições físicas do documento, analisando se ele possui rasuras ou deteriorações, por exemplo. Os meios de registro podem ser as tintas utilizadas (quando se usa uma caneta), ou máquina de escrever, ou o software, quando se trata de documentos eletrônicos. Os selos e sinais são considerados, aqui, como elementos externos por terem sido colocados após a feitura do documento, do mesmo modo que os carimbos de autenticação, o registro de protocolo e o número de classificação no arquivo e as assinaturas eletrônicas, por exemplo.

Os elementos internos apresentam poucas variações com relação aos demais elementos das formulações analisadas. A língua é o idioma no qual o documento é redigido, enquanto o estilo pode ser formal ou informal. A divisão entre texto e protocolos mantém-se, apresentando apenas algumas variações, como a inserção das datas e da saudação, tanto no protocolo inicial quanto no protocolo final. Inserem-se no protocolo inicial o assunto e o título do documento, e a titulação engloba tanto o autor e seu predicado quanto o destinatário do documento.

Entende-se, para a construção do método ideal, a participação de pelo menos três pessoas na formação do documento: autor (da ação/do documento), destinatário (da ação/do documento) e escritor (responsável pelo teor e pela articulação

do texto). No entanto, vale ressaltar que todos devem estar respaldados nos conceitos de competência e responsabilidade para criar/redigir o ato.

Nesse contexto, após definir o objeto de estudo da Diplomática hoje, os elementos externos e internos para sua análise e as pessoas que contribuem para a formação do documento, apresenta-se, no Quadro 4.10, a síntese do método diplomático idealizado.

Quadro 4.10 – Método diplomático ideal

<i>Padrão de análise diplomática</i>
Espécie documental
Tipo documental
Categoria documental <i>Dispositivo</i> <i>Probatório</i> <i>Informativo</i>
Natureza do ato <i>Público</i> <i>Privado</i>
Elementos externos <i>Material</i> <i>Tipo de escrita</i> <i>Qualidade de impressão (visualização; integridade do documento)</i> <i>Meio de registro</i> <i>Selos e Sinais</i>
Elementos internos <i>Língua</i> <i>Estilo de linguagem</i> <i>Protocolo inicial (Título; Assunto; Datas; Invocação; Titulação – nome e predicado do autor e destinatário; Saudação inicial)</i> <i>Texto (Preâmbulo; Exposição; Notificação; Dispositivo; Sanção; Corroboração; Anúncio dos sinais de validação)</i> <i>Protocolo final (Precação; Saudação final; Datas; Subscrição)</i>
Pessoas envolvidas na criação do documento <i>Autor da ação</i> <i>Autor do documento</i> <i>Destinatário da ação</i> <i>Destinatário do documento</i> <i>Escritor</i> <i>Testemunhas envolvidas</i>

(continua)

(continuação)

<i>Padrão de análise diplomática</i>
Estado de transmissão <i>Pré-original</i> <i>Original</i> <i>Pós-original</i>
Informações complementares <i>Fundo produtor/recebedor</i> <i>Grupo</i> <i>Série</i> <i>Notação</i>

Fonte: Tognoli, 2013.

No método proposto, o primeiro elemento a ser identificado é a espécie documental, ou seja, o veículo redacional escolhido para o registro da ação. Segundo Camargo e Bellotto (1996), a espécie é a configuração que um documento assume de acordo com a disposição e natureza das informações nele contidas. Assim, a primeira coisa que o profissional da informação deve saber é *qual é esse veículo*, pois ele será determinante para o estudo da forma. Um exemplo de espécie que engloba tanto os documentos antigos quanto os contemporâneos é a “escritura” de uma transação imobiliária. O segundo elemento, o tipo documental, é a espécie agregada da atividade que irá gerar o documento, ou seja, seguindo o exemplo anterior, quando se tem uma escritura, a “compra e venda de imóvel” corresponderá à atividade de registrar o ato de comprar e vender imóvel, e a escritura é o veículo redacional eleito e juridicamente válido para a inserção desse ato.

Em seguida é identificada a categoria documental, que diz respeito ao valor jurídico do conteúdo dos documentos. Desta feita, o documento dispositivo é aquele que nasce para fazer cumprir e dar validade à ação, enquanto o documento probatório simplesmente atesta um fato jurídico já completo, válido perfeitamente antes de sua documentação. Por último, o documento informativo esclarece as questões e/ou informações contidas em outros documentos.

A natureza do ato também é importante no momento da crítica diplomática, uma vez que determina a relação entre documento e autor. Para fins de esclarecimento, no método ideal, um documento é considerado público quando criado por uma pessoa pública, ou em seu nome, exercendo uma atividade jurídica no contexto público. Por sua vez, um documento é privado se criado por uma pessoa privada, ou em seu nome, no sistema jurídico no qual atua.

A identificação das pessoas envolvidas na criação do documento é fundamental, uma vez elas são os sujeitos de deveres e direitos envolvidos no sistema

jurídico no qual o documento é criado. Ao identificar autores, destinatários, escritores e testemunhas, evidenciam-se justamente as relações entre elas e o sistema jurídico no qual atuam, fornecendo um estudo mais detalhado do contexto de criação desses documentos.

O estado de transmissão determina o grau de autoridade do documento que está sendo analisado e, por essa razão, sua identificação é primordial na crítica diplomática. O documento original terá valor e peso muito maiores do que o rascunho ou cópia, por exemplo, por ser o primeiro e perfeito.

Para ser original, um documento deve ser perfeito, um termo que é legal e diplomaticamente aceito como completo, terminado, sem defeito e executável. Um documento perfeito é um documento capaz de produzir as consequências almeçadas por seus autores, e a perfeição é conferida ao documento por meio de sua forma. Pode-se dizer, também, que um original é um documento perfeito e o primeiro a ser emitido naquela forma particular por seu criador. (Duranti, 1989, p.19, tradução nossa.)

Por último, as informações complementares, que funcionam sobretudo no contexto arquivístico, uma vez que é possível identificar os fundos/grupos/séries aos quais pertencem o documento, assim como o código de classificação ou número de registro de protocolo, caso existam.

Logo, com base em um tipo ideal de método diplomático, seria possível analisar tanto os documentos antigos quanto os documentos contemporâneos, uma vez que apresenta elementos comuns a todos os métodos analisados aqui, sem limitar cronologicamente o objeto de análise da Diplomática. Em adição, são incorporados alguns elementos da análise tipológica – como o estudo do fundo, espécie e tipo documental –, permitindo ao arquivista fazer uso do método sem maiores complicações e elementos desnecessários.

O que se propôs aqui, por meio da construção de uma ferramenta metodológica teoricamente ideal, foi compreender como os métodos diplomáticos foram sendo construídos e se eles se mantiveram ao longo dos anos, para verificar se os elementos comuns entre os métodos representam papéis semelhantes em contextos distintos, ou se o que se vê é uma adaptação sem uma preocupação acerca do significado dos elementos.

Nesse contexto, por meio do estudo dos elementos comuns aos métodos moderno e contemporâneo, verificou-se a manutenção dos elementos nucleares dos documentos e de seus significados, independente de sua antiguidade, o que demonstra, sim, uma sustentação do método, variando com relação à idade do documento. Assim, com exceção das informações complementares, todos os

elementos essenciais propostos no método ideal poderiam ser verificados em qualquer documento, de qualquer época e lugar, cabendo, no entanto, ao arquivista/diplomatista optar pelos elementos necessários ao estudo da documentação em análise quando utilizar um dos métodos.

Isso também demonstra que, embora os métodos sejam diferentes, uma vez que trabalham com documentos diferentes, os elementos centrais mantêm as mesmas funções, ou seja, os elementos do protocolo inicial de um documento medieval têm a mesma função que os do protocolo inicial de um documento eletrônico, servindo para evidenciar, ainda mais, a contribuição metodológica e teórica da Diplomática à organização do conhecimento arquivístico em um contexto contemporâneo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O resgate teórico da Diplomática é pertinente na medida em que fornece os subsídios não apenas para os estudos da disciplina, mas, principalmente, para os estudos arquivísticos, sobretudo em um momento no qual a crítica diplomática tem sido constantemente aplicada no contexto da organização do conhecimento arquivístico.

Embora tenha havido um movimento a favor da expansão dos limites temporais da Diplomática em meados do século XX, tal como preconizado por Baudouin, o que pode ser observado é que não há, na realidade, uma expansão do objeto de estudo da Diplomática no final desse século, e sim a emergência de uma nova abordagem, a Diplomática Arquivística.

Dessa forma, a Diplomática Clássica e a Diplomática Moderna podem ser consideradas a mesma disciplina – Diplomática pura – admitindo-se uma evolução, das formulações de Mabillon para o método de Sickel. A Diplomática Contemporânea, por sua vez, pode ser considerada uma nova abordagem, uma vez que conta com a Arquivística para desenvolver seu método de análise de documentos, arquivísticos por natureza, na medida em que lhes é inerente o caráter orgânico. Isso explica, ainda, a relutância de alguns autores (Ghignoli, 1991; Menne-Haritz, 1998) em aceitar a aplicação do método diplomático – da Diplomática Clássica ou Moderna – aos documentos de arquivo contemporâneos.

Assim, entende-se como Diplomática a crítica dos documentos medievais e modernos, uma disciplina que busca, por meio da análise e identificação de elementos formais – elementos internos e externos, *actio* e *conscriptio* e pessoas envolvidas na criação do documento –, verificar a autenticidade desses documentos; já a Diplomática Arquivística é uma abordagem diferente da Diplomá-

tica, que une o método diplomático moderno aos conceitos arquivísticos para, além de verificar a autenticidade dos documentos arquivísticos, fornecer uma ferramenta metodológica para a organização do conhecimento ali veiculado, como é o caso do estudo da tipologia documental.

Nesse contexto, a diferenciação dos métodos se faz ainda mais evidente, uma vez que se tem duas abordagens distintas – caracterizadas por objetos distintos. Quando apresentamos um método ideal de análise não buscamos a união de ambas, mas, sim, a compreensão de como os elementos desses métodos se comportam, ou seja, se eles se mantêm ou se transformam ao longo dos anos e qual o significado que exercem nos contextos estabelecidos.

Para se chegar ao “método diplomático ideal” (na concepção weberiana) considerou-se a Diplomática como um domínio. Tratada na Ciência da Informação pioneiramente por Hjørland e Albrechtsen (1995), a análise de domínio é uma importante abordagem para a caracterização e a avaliação da ciência, na medida em que permite identificar as condições pelas quais o conhecimento científico se constrói e socializa.

Segundo Danuello (2007), a análise de domínio permite verificar o que é efetivamente importante ou significativo em um dado campo, de tal modo que aspectos como tendências, padrões, processos, agentes e seus relacionamentos possam ser identificados e analisados. Como destaca Smiraglia (2011), a análise de domínio caracteriza-se pelo estudo dos aspectos teóricos de um dado entorno, geralmente representado por uma literatura ou comunidade de pesquisadores, constituindo um meio para a geração de novo conhecimento acerca da interação de uma dada comunidade científica com a informação.

Desse modo, tem-se o estudo de uma comunidade discursiva – os marcos teóricos da Diplomática –, fundamentado no conjunto de conhecimentos especializados que lhe é inerente – as obras estudadas neste trabalho –, para a formação de um novo conhecimento, ou seja, de um “método ideal”, por meio da identificação de padrões, processos e agentes – elementos internos e externos, pessoas que participam da formação do documento e contexto de criação.

É importante destacar, ainda, que, embora o método de análise proposto seja apenas idealizado, ele pode contribuir como uma ferramenta didática ao ensino da Diplomática Contemporânea nos cursos de Arquivologia, uma vez que fornece os elementos de análise para todos os documentos de uma maneira clara e simplificada, além de imediata. Dessa forma, abre-se espaço para estudos posteriores que possam se dedicar seja à análise do “método ideal” ora proposto a partir da sistematização transcorrida na tese, seja às novas tipologias documentais que são constantemente criadas no universo documental, fortemente permeado pelos avanços tecnológicos.

O que pôde ser percebido ao longo deste estudo é que a Arquivística começa a se beneficiar dos estudos diplomáticos somente no século XX, e não no XVII, como pensaram alguns autores. É importante deixar claro que não há, nas obras de Diplomática Clássica e Moderna, nenhuma menção aos princípios e conceitos arquivísticos, descartando-se, assim, qualquer hipótese de haver uma fundamentação epistemológica da Arquivística nessas obras. O suporte metodológico só começa a aparecer no final do século XX, quando uma nova abordagem emerge. Antes desse período não houve intenção ou necessidade em estabelecer um vínculo entre as disciplinas. Essa conexão se faz necessária e passa a figurar como fundamental no estudo dos documentos contemporâneos quando há uma mudança na forma de produção dos documentos no final do século XX.

Não há como negar a importância da Diplomática Contemporânea para os estudos arquivísticos, notadamente no contexto de produção de documentos eletrônicos – como bem demonstra o Projeto InterPares –, mas há que se ter cuidado para não confundir o papel da Diplomática Contemporânea em relação aos estudos arquivísticos. Seu objetivo é garantir que, por meio da análise dos elementos do documento, se chegue à compreensão do conjunto documental, objeto da Arquivística. E esta, por sua vez, quando identificado e compreendido o conjunto, poderá proceder às suas atividades nucleares de organização de maneira mais segura e eficaz.

Conclui-se que o estudo da construção teórica da Diplomática não se limita a oferecer subsídios aos estudos arquivísticos, mas também permite compreender como são construídas as abordagens de análise do documento, do medieval ao eletrônico, funcionando como um guia aos estudos diplomáticos, principalmente ao escolher qual abordagem seguir para melhor analisar o objeto de estudo em questão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1975.
- AUER, Leopold. Archivi, ricerca storica e scienza archivistica nell'Austria dell'Ottocento. In: *Archivi e storia nell'Europa del XIX secolo: alle radici dell'identità culturale europea*. Roma: Ministero per i Beni e le Attività Culturali, 2006.
- BATES, Marcia. An Introduction to Metatheories, Theories, and Models. In: FISCHER, Karen; ERDELEZ, Sandra; MCKECHNIE, Lynne (Ed.). *Theories of Information Behavior*. Medford: Information Today, 2005. p.1-24.
- BAUTIER, Robert-Henri. L'activité des archives dans le monde: 1945-1952. *Archivum*, v.3, p.189-238, 1953.
- _____. Leçon d'ouverture du cours de Diplomatique à l'École des Chartes. In: *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 1961, tome 119, p.194-225. Disponível em: <http://scrineum.unipv.it/biblioteca/biblioteca-bautier.htm>. Acesso em: 5 mai. 2007.
- BELLOTTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado; Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BLOCH, Marc. *Apologia della Storia o mestiere di storico*. 2.ed. Trad. Giuseppe Gouthier. Torino: Einaudi, 2009.
- BÖHMER, Johann Friedrich. *Regesta chronologico-diplomatica Karolorum: Die Urkunden sämtlicher Karolinger in Kurzen Auszügen*. Frankfurt, 1831.
- BOÜARD, Alain de. *Manuel de Diplomatie française et pontificale*. Paris: Auguste Picard, 1929.
- BRESSLAU, Harry. *Manuale di Diplomazia per la Germania e l'Italia*. Trad. Anna Maria Voci-Roth. Roma: Ministero per i Beni Culturali e Ambientali; Ufficio Centrale per i Beni Archivistici, 1998.

- BRESSLAU, Harry. *Handbuch der Urkundenlehre für Deutschland und Italien*. Leipzig: Veit, 1889.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida; BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Dicionário de terminologia arquivística*. São Paulo: Secretaria da Cultura, 1996.
- CARUCCI, Paola. *Il documento contemporaneo: Diplomatica e criteri di edizione*. Roma: La Nuova Italia Scientifica, 1987.
- CASANOVA, Eugenio. *Manual di Archivistica*. 2.ed. Siena: Stab. Arti Grafiche Lazzeri, 1928.
- CONRING, Hermann. *Censura diplomatis quod Ludovico imperatori fert acceptum coenobium lindaviense*. 1672.
- CRESCENZI, Victor. *La rappresentazione dell'evento giuridico: origini e struttura della funzione documentaria*. Roma: Carocci, 2005.
- DANUELLO, Jane Coelho. *Produção científica docente em tratamento temático da informação no Brasil: uma abordagem métrica como subsidio para a análise do domínio*. Marília, 2007. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP).
- DELISLE, Leopold. *Catalogue des Actes de Philippe-Auguste*. Paris: A. Durrand, 1856.
- _____. *Mémoire sur les Actes d'Innocent III*. Paris: A. Durrand, 1857.
- DIGITAL FORENSICS RESEARCH WORKSHOP, 2011. Disponível em: <http://www.dfrws.org/2001/dfrws-rmfinal.pdf>. Acesso em: 2 mar. 2012.
- DUCHEIN, Michel. Theoretical Principles and Practical Problems of *Respect des Fonds* in Archival Science. *Archivaria*, n.16, p.64-82, verão 1983.
- DUMAS, Auguste. *Compte rendus. Le Moyen Age*, n.I, p.104-22, 1930.
- _____. La Diplomatique et la forme des actes. *Le Moyen Age*, n.III, p.5-31, 1932.
- DURANTI, Luciana (Coord.). InterPares Project. *International Research on Permanent Authentic Records in Electronic Systems*. [s.d.]a. Disponível em: <http://www.interpares.org.index.html>. Acesso em: 3 dez. 2005.
- _____. *Diplomatics of Electronic Records*. Publicação eletrônica. 1996. Mensagem pessoal recebida por: nataliabtoognoli@yahoo.com.br, em 26 nov. 2005.
- _____. Diplomatics: New Uses for an Old Science. Part I. *Archivaria*, n.28, p.7-27, verão 1989.
- _____. Diplomatics: New Uses for an Old Science. Part II. *Archivaria*, n.29, p.4-17, inverno 1989-1990.
- _____. Diplomatics: New Uses for an Old Science. Part III. *Archivaria*, n.30, p.4-20, verão 1990a.
- _____. Diplomatics: New Uses for an Old Science. Part IV. *Archivaria*, n.31, p.10-25, inverno 1990b.
- _____. Diplomatics: New Uses for an Old Science. Part V. *Archivaria*, n.32, p.6-24, verão 1991.

- DURANTI, Luciana. *Diplomatics: New Uses for an Old Science. Part VI. Archivaria*, n.33, p.6-24, verão 1991-1992.
- _____. *Ciencia Archivística*. Trad. Manuel Vázquez. Córdoba, 1995.
- _____. From Digital Diplomatics to Digital Records Forensics. *Archivaria*, n.68, p.39-66, 2009.
- _____; THIBODEAU, Kenneth. The Concept of Record in Interactive, Experiential and Dynamic Environments: the View of InterPares. *Archival Science*, v.6, n.1, p.13-68, 2006.
- ECKHARD, Christian Heinrich. *Introductio in rem diplomaticam, praecipue Germanicam*. Jena, 1742.
- ENCICLOPEDIA CATTOLICA. 12 v. Città del Vaticano: Ente per l'Enciclopedia Cattolica e per Il Libro Cattolico, 1952.
- FICHTENAU, Heinrich. La situation actuelle des études de Diplomatie en Autriche. In: *Bibliothèque de l'École des Chartes*, tome 119, p.5-20, 1961. Disponível em: http://www.persee.fr/web/revues/home/prescript/article/bec_0373-6237_1961_num_119_1_449614.
- FICKER, Julius von. *Beiträge zur Urkundenlehre*. Innsbruck: Verlag der Wagner'schen Universitaets-Buchhandlung, 1877.
- FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e Ciência da Informação*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- FUMAGALLI, Angelo. *Delle istituzioni diplomatiche*. Milano: Dalla Stamperia e Fonderia al Genio Tipografico, 1802.
- GATTERER, Johann Christoph. *Elementa artis diplomaticae*. Göttingen, 1765.
- GERMON, Bartolomeo. *De veteribus Francorum diplomatibus et arte discernendi antiqua diplomata vera et falsa disceptatio*. Paris, 1703.
- GHIGNOLI, Antonella. La definizione dei principi e le metodologie diplomatiche: innovazioni ed eredità. In: FACOLTÀ DI LETTERE E FILOSOFIA DELL'UNIVERSITÀ DI SIENA, XII, 1991. *Annali della...* p.39-53.
- GIRY, Arthur. *Manuel de Diplomatie*. New York: Burt Frankin, 1893.
- GUENÉE, Bernard. História. In: LE GOFF, Jacques; SCHMITT, Jean-Claude (Org.). *Dicionário temático do Ocidente medieval*. v.1. Bauru: Edusc, 2006. p.523-36.
- GUYOTJEANNIN, Olivier. The Expansion of Diplomatics as a Discipline. *Archival Science*, v.59, p.414-21, outono 1996.
- HÄRTEL, Reinhard. Studi medievali e scienze storiche ausiliarie in Austria nel secolo XIX. Archivi, ricerca storia e scienza archivística nell'Austria dell'Ottocento. In: *Archivi e storia nell'Europa del XIX secolo: alle radici dell'identità culturale europea*. Roma: Ministero per i Beni e le Attività Culturali, 2006.
- HEREDIA, Antonia Herrera. *Archivística general: teoría y práctica*. 5.ed. ampl. Sevilla: Servicio de Publicaciones de la Diputación de Sevilla, 1991.

- HEUMANN, Johann. *Commentarii de re diplomatica imperatorum ac regum Germanorum inde a Caroli Magni temporibus adornati*. 2v. Nürnberg, 1745-1753.
- _____. *Commentarii de re diplomatica imperatricum ac reginarum Germaniae*. Nürnberg, 1749.
- HICKES, George. *Linguarum veterum septentrionalium thesaurus grammatico-criticus et archaeologicus*. 4v. Oxford, 1703-1705.
- HJØRLAND, Biger; ALBRECHTSEN, Hanne. Toward a New Horizon in Information Science: Domain-Analysis. *Journal of the American Society for Information Science*, v.46, n.6, p.400-25, 1995.
- INTERPARES Project. *Vancouver: Inter pares Project*, 2009. Disponível em: www.interpares.org. Acesso em: 3 nov. 2009.
- JENKINSON, Hilary Sir. *A Manual of Archive Administration*. Oxford: Oxford University Press, 1922.
- LUDEWIG, Johann Peter von. *Reliquiae manuscriptorum omnis aevi, diplomatum ac monumentorum*. Frankfurt, 1720.
- MABILLON, Jean. *De re diplomatica libri sex*. Paris, 1681.
- MACNEIL, Heather. *Trusting Records: Legal, Historical and Diplomatic Perspectives*. Canadá: Kluwer Academic Publishers, 2000.
- MAFFEI, Scipione. *Istoria diplomatica che serve d'introduzione all'arte critica in tal materia*. Con raccolta de' documenti non ancora divulgati, che rimangono in Papiro Egizio. Mantova, 1727.
- MENNE-HARITZ, Angelika. Die Archivwissenschaft, die Diplomatie und die Elektronischen Verwaltungsaufzeichnungen. *Archiv für Diplomatik*, v.44, p.337-76, 1998.
- MONUMENTA GERMANIAE HISTORICA. *Harry Bresslau*, 2011. Disponível em: <http://www.mgh.de/geschichte/portraitgalerie/harry-bresslau/>. Acesso em: 12 dez. 2011.
- PAOLI, Cesare. *Programma scolastico di Paleografia latina e di Diplomatica*. Firenze: G. C. Sansoni, 1898.
- _____. *Diplomatica*. Nuova edizione aggiornata da G. C. Bascapè con 220 disegni e facsimili. Firenze: Le Lettere, 2010.
- PAPEBROCH, Daniel van. Propylaeum antiquarium circa veri ac falsi discrimen in vetustis membranis. In: *Acta Sanctorum Aprilis*, tomus II, Anvers, 1675, p.I-XXXI.
- PETRUCCI, Armando. Diplomatica vecchia e nuova. *Studi Medievali*, v.4, n.2, 1963. Disponível em: <http://dohc.unipv.it/scrineum/biblioteca/petrucci.html>. Acesso em: 1º set. 2005.
- PRATESI, Alessandro. Diplomatica in crisi? In: *Miscelanea in Memoria di Giorgio Cencetti*. Torino, 1973. Disponível em: <http://dohc.unipv.it/scrineum/biblioteca/pratesi.html>. Acesso em: 1º set. 2005.

- PRATESI, Alessandro. *Genesi e forme del documento medievale*. 3.ed. Roma: Jouvence, 1999.
- RANKE, Leopold von. *Jahrbücher der Geschichte des Deutschen Reiches*. Berlin: Duncker und Humblot, 1834.
- RITZER, George. *Metatheorizing in Sociology*. Lexington: Lexington Books, 1991.
- SCHELLENBERG, Theodore Roosevelt. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004.
- SCHIAPARELLI, Luigi. *Diplomatica e Storia*. Annuario del R. Istituto di Studi Superiori, Pratici e di Perfezionamento in Firenze. Firenze, 1909. p.3-31.
- SICKEL, Theodor von. *Acta regum et imperatorum Karolinorum digesta et enarrata*. Wien: Duck und Verlag Von Carl Gerold's Sohn, 1867.
- _____. *Beiträge zur Diplomantik*. v.1-8. Wien, 1861-1882.
- SMIRAGLIA, Richard P. Domain Coherence within Knowledge Organization: People, Interacting Theoretically, Across Geopolitical and Cultural Boundaries. In: MCKENZIE, P.; JOHNSON, K.; STEVENS, S. (Ed.). *Exploring Interactions of People, Places and Information*. Proceedings of the 39th Annual CAIS/ACSI Conference, University of New Brunswick, Fredericton, Canada, June 2-4, 2011. 6p.
- STEIN, Von. *Gesellschaft für Ältere Deutsche Geschichtskunde*. [S.l.: s.n.], 1819.
- STORCH, Susan. Diplomatics: Modern Archival Method or Medieval Artifact. *The American Archivist*, v.61, p.365-83, outono 1998.
- SVENONIUS, Elaine. The Epistemological Foundations of Knowledge Representation. *Library Trends*, v.52, n.3, p.571-87, inverno 2004.
- TALLAFIGO, Manuel Romero. Ayer y hoy de la Diplomática, ciencia de la autenticidad de los documentos. In: CARUCCI, Paola et al. *Documento de archivo de gestión: Diplomática de ahora mismo*. Carmona: S & C, 1994.
- TASSIN, Dom René-Prospér; TOUSTAIN, Charles François. *Nouveau traité de Diplomatie: ou l'on examine les fondements de cet art*. Paris: Guillaume De-prez e Pierre-Guillaume Cavelier; Imprimeur e Librairie, 1750-1765.
- TENNIS, Joseph T. Epistemology, Theory, and Methodology in Knowledge Organization: toward a Classification, Metatheory, and Research Framework. *Knowledge Organization*, v.35, n.2-3, p.102-12, 2008.
- TESSIER, Georges. Leçon d'ouverture du cours de Diplomatie à l'École des Chartes. In: *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 1930, tome 91, p.241-63.
- _____. *La Diplomatie*. Paris: PUF, 1966. [1.ed. 1952.]
- VICKERY, Brian. Metatheory and Information Science. *Journal of Documentation*, v.53, n.5, p.457-76, 1997.
- WAILLY, Natalis de. *Éléments de Paléographie*. Paris: Imprimerie Royale, 1838.
- WEBER, Max. *The Methodology of the Social Sciences*. Glencoe: Free Press, 1949.

SOBRE A AUTORA

NATÁLIA BOLFARINI TOGNOLI é professora assistente doutora no curso de Arquivologia da UNESP de Marília com bacharelado em Arquivologia e mestrado e doutorado em Ciência da Informação, todos pela UNESP. Logo na iniciação científica, suas pesquisas foram direcionadas para Diplomática com ênfase em seu aporte teórico e metodológico à Arquivística. Durante o doutorado, foi bolsista Fapesp e Capes e teve parte dos estudos desenvolvidos na Università degli Studi di Firenze, na Itália, onde viveu durante doze meses e pôde se aprofundar nos estudos históricos e epistemológicos que circundam a Diplomática em suas diferentes abordagens e cujos resultados são apresentados neste livro.

SOBRE O LIVRO

Formato: 16 x 23 cm

Mancha: 28,3 x 47,9 paicas

*Tipologia: Horley Old Style 10,5/14
2014*

EQUIPE DE REALIZAÇÃO

Coordenação Geral

Tulio Kawata

